

MÁRCIO ACHTSCHIN



Realização
Projeto “Conhecendo o Vale do Mucuri”
Projeto “Centro de Arquivos UFVJM - Campus do Mucuri”

Apoio



ISBN 978-85-908323-4-8

Venda Proibida

MÁRCIO ACHTSCHIN FORMAÇÃO ECONÔMICA, POLÍTICA, SOCIAL E CULTURAL DO VALE DO MUCURI

A FORMAÇÃO ECONÔMICA, POLÍTICA, SOCIAL E CULTURAL DO VALE DO MUCURI

A FORMAÇÃO ECONÔMICA,
POLÍTICA, SOCIAL E CULTURAL
DO VALE DO MUCURI

MÁRCIO ACHTSCHIN

A FORMAÇÃO ECONÔMICA,
POLÍTICA, SOCIAL E CULTURAL
DO VALE DO MUCURI

Teófilo Otoni, MG
UFVJM
2018

Copyright © Márcio Achtschin Santos, 2018

Capa, projeto gráfico e diagramação
Vanessa Juliana da Silva

Apoio

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM
Pró-Reitoria de Extensão e Cultura - PROEXC
Programa de Apoio ao Ensino de Graduação - PROAE
Programa de Enfrentamento à Retenção e Evasão - PROGER
Programa Institucional de Bolsas de Extensão - PIBEX

Realização

Projeto “Conhecendo o Vale do Mucuri”
Projeto “Centro de Arquivos UFVJM - Campus do Mucuri”

Ficha Catalográfica

Preparada pelo Serviço de Biblioteca/UFVJM
Bibliotecária responsável: Élide A. S. Bracks – CRB6 nº 2585

A179f Achtschin, Márcio.
2018 A formação econômica, política, social e cultural do Vale do
Mucuri / Márcio Achtschin – Teófilo Otoni: [s.n.], 2018.
176 p. : il.

Inclui bibliografias
ISBN 978-85908323-3-1 (versão impressa). - ISBN 978-85-
908323-4-8 (ebook)

1. História. 2. Vale do Mucuri. 3. Sociedade. 4. Economia. 5.
Política. I. Título.

CDD: 981.51

“Se queres ser universal, começa por pintar a tua aldeia”
(L. Tolstói)

SUMÁRIO

Apresentação.....	09
CAPÍTULO I - Os indígenas: o começo de tudo.....	13
CAPÍTULO II - A reocupação do Mucuri.....	21
CAPÍTULO III - O mito Teófilo Ottoni.....	39
CAPÍTULO IV - O desenvolvimento do Mucuri na segunda metade do século XIX.....	49
CAPÍTULO V - Resistência e massacre indígena no Mucuri.....	61
CAPÍTULO VI - A escravidão no Mucuri.....	70
CAPÍTULO VII - O Vale do Mucuri na Primeira República.....	86
CAPÍTULO VIII - O Vale do Mucuri entre 1930 e 1964.....	98
CAPÍTULO IX - A Estrada de Ferro Bahia e Minas: outros olhares.....	115
CAPÍTULO X - A consolidação da formação autoritária e excludente: o caso do Território Negro “Bahiminas”.....	124
CAPÍTULO XI - O Mucuri de 1964 até a primeira década do século XXI....	141
.....	141
FONTES.....	157
REFERÊNCIAS	160

APRESENTAÇÃO

Márcio Achtschin

Em um mundo globalizado, onde as informações e a cultura são elementos descartáveis e mercantilizados, reconstruir a história de um povo e seu território é essencial para formação do cidadão. É uma maneira dele se reconhecer como agente ativo e transformador social, elevando a sua autoestima e sua capacidade de reflexão do contexto em que vive. Assim, em um momento no qual se tem valorizado de forma crescente, em todo o mundo, os patrimônios históricos, os bens móveis e imóveis, materiais e imateriais (inclusive como elemento gerador de emprego e alternativa econômica), as produções regionais, são fundamentais para consolidação desse processo.

Se a história tem sido analisada a partir de um processo globalizante, ela é vivida nos territórios. São nas esquinas, nos botecos, nas cozinhas e nas praças que se aproximam e tensionam os humanos. Se o calçado é chinês e a máquina inglesa, os pés e as mãos são de homens e mulheres do Mucuri. Ainda que se tenha nos tempos de hoje um sujeito fragmentado, rodeado por múltiplas identidades móveis, o modo de fazer e falar são moldados pelo local. Se as informações são massificadas, os materiais e as ideias são processados por comunidades que vão ressignificando a partir das lentes locais. São culturas enraizadas e institucionalizadas em comportamentos pouco visíveis e quase nunca reconhecidos, portanto, não identificados.

A proposta dessa obra é olhar a história do Mucuri como uma região que tem existência própria, identidade comum (ou múltiplas identidades) construída(s) em um espaço partilhado. Desse modo, é necessário buscar

outras categorias de entendimento de cultura. O descobrir do Mucuri nessa perspectiva teria o sentido de tirar a coberta. Exige um exercício de alteridade, buscando alcançar outras formas de comunicação, não privilegiando apenas a escrita e o discurso de quem tem poder. E que dominou e traçou, portanto, uma história com a versão de quem sempre deteve o controle da informação.

Assim, buscar o resgate da história do Vale do Mucuri é despertar o sentimento de pertencimento, provocando reflexões para novos significados de identidade. Torna-se um projeto político, pois se transforma em uma trincheira de resistência diante da cultura globalizada e massificada dos dias atuais. Também proporciona uma ruptura da história oficial, reexaminando a história reproduzida por gerações, inserindo novos atores e desconstruindo mitos.

Essa versão oficial, largamente difundida, produziu mitos já fortemente enraizados, muitas vezes distanciando de uma pesquisa historiográfica. Boa parte das obras produzidas sobre a história do Mucuri manteve uma tradição de construção do passado a partir de personagens que se identificam muito pouco com a maioria da população. Nesse sentido, essa narrativa pode trazer estranhamento para quem conhece a história através da literatura oficial e conservadora.

Esse material é resultado do projeto “Construindo a História do Mucuri”, com o objetivo de produzir um material didático relacionado à história do Vale do Mucuri. Iniciado em maio de 2017 através do Edital 01/2017, está vinculado a dois Programas da Universidade Federal dos Vales do Mucuri e Jequitinhonha: Programa de Apoio ao Ensino de Graduação (PROAE) e o Programa de Enfrentamento à Retenção e Evasão (PROGER). Para tanto, estiveram envolvidos e colaboraram nessa construção os bolsistas PROAE/PROGER Ígor Ribeiro Arruda, Ricardo Pereira Carvalho e Bruna Fernandes Silva Santos. Nesse aspecto, cabe destacar a importância da UFVJM na produção da pesquisa, cumprindo assim o seu papel de universidade pública.

A pretensão é que o resultado desse trabalho possa contribuir para pesquisadores, estudiosos e comunidade em geral, dando suporte às diversas formas de pesquisa e informações sobre a região. Essa obra que se fundamenta especialmente, mas não exclusivamente, em trabalhos acadêmicos já realizados tendo como tema a região do Vale do Mucuri. É expressiva a quantidade de publicações científicas sobre a história da região: livros, dissertações, teses e artigos. Mas estavam dispersas, fragmentadas em estudos voltados para momentos históricos específicos. Portanto, foi a partir de um trabalho institucional sistemático que essas lacunas da história regional foram preenchidas. Outra parte foi resultado de investigações

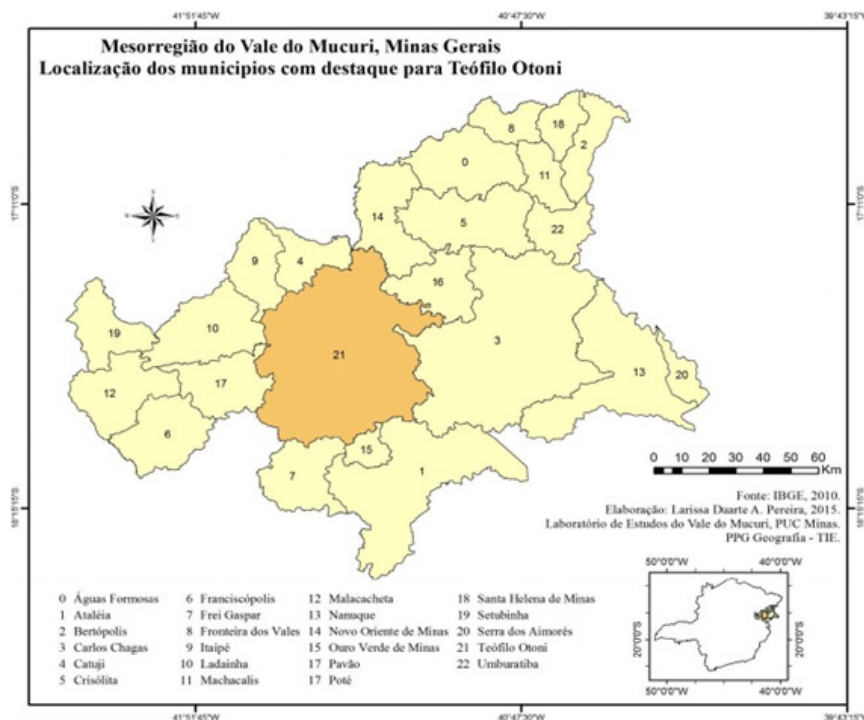
realizadas pelo Grupo de estudos do Projeto “Conhecendo o Vale do Mucuri” e “Centro de Arquivos UFVJM – Campus do Mucuri”, resultando em diversas publicações.

Quando reunidas, essas pesquisas apresentam uma lógica, um fio condutor que dá coerência e entendimento para as características atuais do Vale do Mucuri. Conforme será visto nos capítulos adiante, os elementos que vão marcar de forma definitiva a vida econômica, política, social e cultural local são a violência e a forma predatória da colonização iniciada no século XIX. Entrelaçadas às relações de poder, a preservação do trabalho fundado no agrego. O isolamento dos grandes centros por décadas vai consolidar essas práticas que acabam trazendo uma identidade não desejada, mas necessária de ser posta, fundada em uma relação de poder autoritária, e reforçada pelas práticas políticas cotidianas do localismo, mandonismo, personalismo e patrimonialismo. E terá consequências caras para a formação do mucuriense em todos os aspectos, deixando marcas profundas, difíceis de serem superadas em pleno século XXI.

Procurando resgatar a história através da inserção de grupos historicamente marginalizados da história oficial, esse livro resgata atores tradicionalmente ignorados pela história e que são de fundamental importância para entender a formação da região. É imprescindível dar visibilidade a esses atores que foram silenciados como sujeitos da história, especialmente os indígenas e afrodescendentes.

Por fim, duas ressalvas. A primeira é que, ao trabalhar com uma história regional, não há a demarcação precisa do que vem a ser essa territorialidade do Mucuri. Apesar de preferencialmente fazer uma abordagem tratando do espaço que envolve a bacia do rio e seus afluentes, não há como determinar com exatidão a vida que pulsa nessa região do nordeste de Minas Gerais. A própria Mesorregião do Vale do Mucuri é uma subdivisão que vai além da sua bacia. Tratar de história estimula a pensar em pessoas ocupando espaços dinâmicos. Como, por exemplo, fazer uma demarcação precisa de uma territorialidade de grupos indígenas, que viviam em grande mobilidade? Como retirar Itambacuri e Ataleia, que se localizam na bacia do rio São Mateus, da proximidade histórica com o Mucuri?

12 A formação econômica, política e cultural do Vale do Mucuri



Mapa da localização do município de Teófilo Otoni na mesorregião do Vale do Mucuri, Minas Gerais. Elaboração: Larissa Duarte Araújo Pereira, 2015¹.

A segunda ressalva é que parte dos estudos vai conseguir fazer abrangência por todo o Mucuri, tendo pontos em comum tanto das regiões a oeste quanto do leste do Vale. Mas, em determinados recortes temporais, em função da ausência de estudos específicos de cada município, serão, pela carência de informações, apresentados resultados de trabalhos já realizados que acabam privilegiando determinados territórios. Por ter sido desde o século XIX a cidade polo, Teófilo Otoni foi o foco maior tanto das investigações acadêmicas e como também as produções literárias em geral. No entanto, se a carência de informações específicas de determinados municípios ainda é grande, essa lacuna pode servir de motivação para que novas pesquisas sejam realizadas e apresentem, como em Minas Gerais, os muitos Mucuris.

¹ <http://site.ufvjm.edu.br/revistamultidisciplinar/files/2015/05/Larissa-Duarte-Ara%C3%BAjo.pdf> Acesso em 12 de dezembro de 2017.

CAPÍTULO I

OS INDÍGENAS: O COMEÇO DE TUDO

Topônimos com referência indígena estão em todos os lugares da região do Vale do Mucuri. Além do próprio Mucuri, Nanuque, Itambacuri, Poté, Itamunhec, Poton, dentre outros. No entanto, a violência contra os primeiros habitantes em um período curto de tempo deixou muito pouco visível a influência dos diversos grupos de índios que estiveram nessas matas. Segundo Eduardo Ribeiro (2013) a narrativa dos historiadores nas primeiras décadas do século XX já era de extinção dos indígenas, momento em que “[...] já se sabia que não eram mais os senhores da mata [...]” (RIBEIRO, p. 68, 2013).

Difícil de percepção, mas certamente incorporado a comportamentos, jeitos e hábitos, de forma silenciosa, a cultura indígena ainda hoje está presente nas manifestações locais. Nada mais importante para fazer esse contraponto ao apagamento dos nativos e de provocar estudos que valorizem e resgatem sua cultura do que iniciar a história da região trazendo-os como agentes primeiros e fundadores da história do Mucuri.

A base para as pesquisas hoje realizadas sobre os indígenas locais está fundamentalmente presente em documentos oficiais ou narrativas de pessoas e grupos externos, ou seja, outros olhares alheios a esses grupos. Leituras carregadas de preconceitos e interesses divergentes, que homogeneizavam e retratavam os nativos ao modo de quem procurava dominar as matas do Mucuri. Segundo Eduardo Ribeiro (2013), a própria dinâmica do tempo, mudaram interesses e, conseqüentemente, a forma como eram retratados os

indígenas.

1.1. Os Borum

Esses Botocudos, segundo Izabel Missagia de Mattos (2004) na realidade eram diversos subgrupos inter-relacionáveis, quer seja em convivências pacíficas, quer seja em violentos conflitos. Mattos considera que a autodesignação “borun” (alguns autores também utilizam borum) poderia englobar de forma mais satisfatória as diversas filiações dos grupos que viviam nas matas, que tinham em comum a língua e o sistema cosmo-sociológico, diferenciando de outros povos que também viviam no Mucuri, como os Puri e os Maxakali.

Segundo Teófilo Carlos Oliveira (2009), a terminologia “botocudo” era aplicada para os nativos do interior do Brasil que usavam na região da boca um adorno labial. Generalizante e pejorativo, foi uma expressão comum a todos os que chegavam, mas que não era uma conotação que agradava ao indígena (MATTOS, 2004). De uso frequente entre os nativos do Mucuri, esses ornamentos variavam entre grupos e entre homens e mulheres, tendo importância como uma formalidade, um verdadeiro “traje de gala” (MATTOS, 2013).

Apesar de alguns estudos considerarem a ocorrência de unidades linguísticas originárias do tronco “Macro-Jê”, produções recentes apontam para uma língua isolada em relação aos Botocudos da região (LOULOTKA apud MATTOS, 2004). Sua forma ganhou mais diversidade ainda à medida que se dispersavam em fuga, surgindo novos dialetos tanto pelo isolamento quanto pela inter-relação com outros povos. Dentre essas diversidades, podem ser citadas as diferenças entre as inúmeras tribos, como os Naknenuk, Pojichás e Krenak (OLIVEIRA, 2009). Mesmo que considerando algumas características comuns, esses povos indígenas modificaram-se de diversas maneiras, quer seja no interior das relações botocudas, quer seja pela crescente ocupação no século XIX.

Ainda assim é possível retirar nas entrelinhas das fontes parte da cultura desses índios. Teófilo Carlos Oliveira (2009) aponta como modo de vida comum a subsistência exclusivamente da caça e coleta de raízes e frutas. Segundo Wallace Gomes Moraes (2018), eram poucos os objetos de uso, para facilitar o deslocamento, tendo uso extremo de recursos naturais. De acordo com Moraes, cascas eram usadas como painéis, folhas para dormir, e moradias feitas com cipós e troncos de madeira.

Sua organização era estruturada em pequenos grupos nômades, o que

resultou na pouca sofisticação nos seus instrumentos, apesar das armas, caso do arco e flecha, serem mais elaboradas (MARCATO apud OLIVEIRA, 2009). Diversos eram os adornos corporais, como botoques, pulseiras e colares. Era comum entre cada pequeno grupo a existência de um líder, de modo geral, “[...] caçador e guerreiro entre seu povo [...]” (OLIVEIRA, p. 13, 2009).

Um aspecto dificultador para identificar as características dos indígenas foi a visão distorcida e reducionista dos colonos que ocupavam a região do Mucuri. De modo geral, animalizava-os, considerando como povos bárbaros, traiçoeiros, vingativos e que adotavam práticas canibalescas. Uma parte em função dos permanentes conflitos entre os grupos botocudos, outra parte pela tendência colonizadora a perceber o outro com características violentas. Acabaram por estimular no imaginário civilizatório a visão dos nativos do Mucuri como canibais. Mattos (2004) ainda destaca que a imagem embrutecedora do botocudo tinha um caráter pedagógico, propícia para a sobreposição dos valores civilizatórios, reforço do ideal de desenvolvimento e progresso do século XIX.

Segundo Mattos (2013) havia para os colonizadores a divisão, simplista e dicotômica, entre índios mansos (Naknenuk) e ferozes/canibais (Giporok). Essa classificação tinha uma lógica dos que dominam, utilizando o critério de maior ou menor resistência para classificar os indígenas:

[...] a classificação identitária observada nas fontes por meio dos atributos associados aos etnônimos, ainda que pautada por tais critérios etnopolíticos nativos, seria operacionalizada na situação histórica de acordo com a natureza do contato – hostil ou colaborativo – estabelecido entre indígenas e os colonos adventícios. (MATTOS, 2013).

Segundo Izabel Missagia Mattos, Naknenuk significa o “não da terra”, provavelmente pela presença recente no Mucuri de novos indígenas, consequência dos deslocamento desse grupo vindos fugidos da ocupação estabelecida na região do Rio Doce. Já Giporok tem o significado de perverso, hostil à presença de outros povos. Se os Naknenuk adotaram a política de rendição, os Giporok resistiram, ainda que desiguais, à dominação. Na realidade, o mito de práticas antropofágicas responsabilizadas aos botocudos era consequência da própria brutalidade colonizadora em função das práticas dominadoras e do terror em decorrência dessa violência, pois a antropofagia não pertencia aos rituais dos nativos do Mucuri.

Somado a esse contexto, corroborou muito com a imagem do nativo a belicosidade presente em sua cosmologia e organização social. Mais uma vez citando Izabel M. Mattos (2004), havia, como pertencente ao universo

social botocudo, a força do simbólico em detrimento da materialidade e praticidade dos valores ocidentais oitocentistas. São marcantes (Nimuendajú apud Mattos, 2004) dois aspectos no universo sociocosmológico xamânico botocudo: 1) a liderança política; 2) a força sobrenatural, denominada “Yilégn”. O líder botocudo é uma pessoa carregada do Yilégn, o que dava a ele a capacidade de prever doenças transmitidas de forma sobrenatural pelos inimigos, podendo causar, em caso extremo, a morte se atingido pela “flecha mágica rival”. De acordo com Mattos (2004), um grupo sentia-se protegido se tivesse a liderança de um xamã forte com capacidade de blindar o grupo de flechas invisíveis e mortais.

Entendendo ser a morte resultado de um assassinato orientado espiritualmente por feitiços, a reação contra inimigo eram ataques reais. Com o objetivo de eliminar aqueles que foram, de forma sobrenatural, responsáveis pela morte dos membros de sua aldeia, os ataques eram disparados contra a tribo rival, que tinham também poderes xamânicos. Para os botocudos, o Yilégn ganhava maior vigor se os indígenas estivessem em locais considerados por eles encantados, onde “[...] as forças sagradas capazes de atuar na cura de suas doenças eram, por eles, evocadas e controladas [...]” (MATTOS, p. 139, 2004). Segundo Eduardo Ribeiro (2013), esses confrontos internos ficaram ainda mais acirrados à medida que o espaço das matas eram ocupados pela lavoura.

Para Izabel Missagia de Mattos (2013) nesses conflitos entre grupos, ocorriam o rapto de mulheres das outras tribos, o que fortalecia politicamente o poder do grupo vencedor. Mattos ainda destaca como particularidade dos botocudos a forte atuação das mulheres na vida política do grupo, especialmente as idosas. Relatos de viajantes apontam para intervenção frequente das mulheres mais velhas da tribo nas decisões do chefe. Segundo o relato de Frei Jacinto de Plazzolo, do aldeamento de Itambacuri, ocorreram em alguns momentos resistência das lideranças femininas em não aceitar ficar no aldeamento de Itambacuri (MATTOS, 2013).

A violência contra os Borum na reocupação do Vale do Mucuri, que será analisada no capítulo V, levou ao desaparecimento quase que completo desses grupos.

1.2. Os Tikmu un

Os outros grupos que ocuparam a região, estando em inferioridade numérica (como os Malali, Macuni, Pataxó e Maxakali), acabaram deslocando-se continuamente, tendo de aproximar mais rapidamente das fronteiras agrícolas, em busca de proteção. Desses, os que ainda mantiveram traços marcantes de sua cultura no Vale do Mucuri são os Maxakali.

O termo não é de criação própria, tanto assim que o próprio grupo tem dificuldades em expressar “Maxakali” (PARAÍSO, 1999). Para se auto designarem usam “tikmu un”, significando “nós, os humanos”¹. De acordo com Ana Carolina Estrela da Costa (2015) a referência mais antiga sobre os povos Maxakali tem o registro de 1730, feito por João da Silva Guimarães. Segundo Costa, no final do século XVIII e início do século XIX, os relatos de viajantes, como príncipe Maximilian e Saint-Hilaire, identificam a presença dos Maxakali na região. Esses indígenas foram acudados tanto pelos grupos Botocudos como pela colonização, os obrigando a deslocar permanentemente em um espaço que se estende do litoral baiano até o vale do Jequitinhonha. Segundo Izabel M. Mattos (2004), a estratégia dos Maxakali para preservação foi uma falsa submissão, reagindo quer seja pela rendição coletiva, quer seja em busca de “protetores”, em uma aparente servidão. O recurso era de passar a imagem de docilidade, realizando atividades como intérpretes e canoeiros.

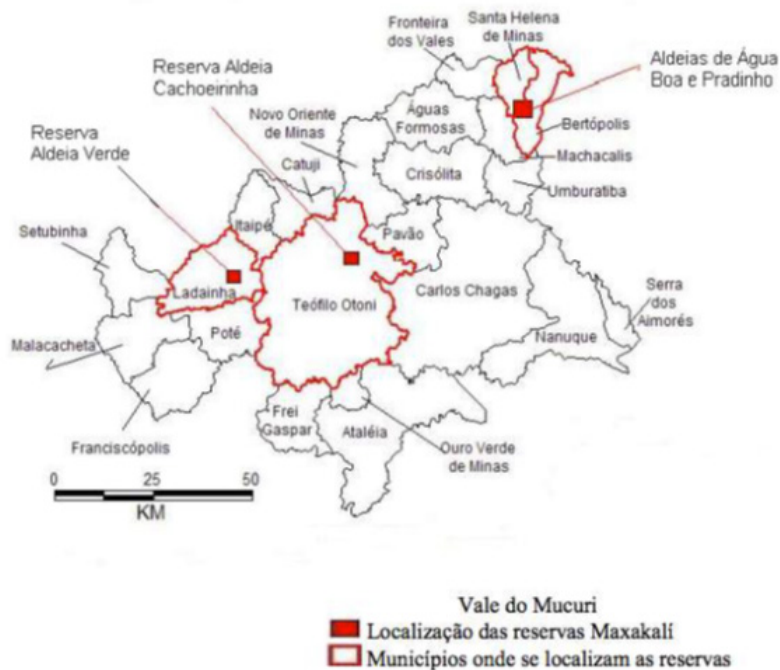
Para Ana Carolina E. da Costa (2015), na segunda metade do século XIX, a expansão colonial obrigou os Maxakali a ocupar a região das cabeceiras do rio Itanhém e Pampã, nordeste de Minas Gerais, localizado hoje no município de Santa Helena de Minas. Em 1940, o território foi demarcado com assentamentos divididos, Umburanas e Água Boa, em duas glebas não contíguas. Após décadas de violentos conflitos com fazendeiros locais, em 1996 foi homologado a Terra Indígena. Desentendimentos internos levaram a novas formações territoriais entre 2004 e 2006. Parte do grupo foi para o município de Ladainha e parte para Topázio, sendo essa a configuração atual do território Maxakali. Segundo Siasi/Sesai, em 2014 a população era de 2076 indivíduos².

As migrações sazonais são práticas ainda hoje existentes entre os Maxakali, deslocando em grande território que se estende do litoral baiano até o Médio

1 www.grupomaxakali.com/origem-nome-maxakali/ Consulta em 12 de dezembro de 2017.

2 <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/maxakali/772> Consultado em 15 de dezembro 2017.

Jequitinhonha³. Com a preservação da própria língua e manutenção de seus rituais, segundo o CEDEFES, o Maxakali é um símbolo de resistência cultural.



Fonte: Localização das reservas Maxakali. 2009. Elaborado por Djalma Souza, Crea-MG: 90.265D. (apud Costa, 2015).

O que chama a atenção é a preservação cultural dos povos Maxakali

Nem todas as boas políticas indigenistas reunidas, nem um máximo hipotético de eficiência em resguardo e valorização de culturas – ou “culturas”, ou práticas de vida, estéticas, pensamentos – indígenas poderiam garantir a façanha que os Maxakali realizaram: a partir de um grupo de cinquenta e nove indivíduos, sujeitos às condições mais adversas possível, eles hoje carregam e atualizam uma abundância impressionante de conhecimentos e práticas ancestrais. . . Surpreendentemente, mantêm e atualizam sua língua – e suas variações – e um corpus mítico-sonoro de cantos e histórias que descrevem detalhadamente uma

3 www.cedefes.org.br/povos-indigenas-destaque/ Consultado em 15 de dezembro de 2017.

infinidade de espécies vegetais e animais⁵⁹, dando provas de um conhecimento biológico e geográfico de extrema erudição. (COSTA, p. 55-56, 2015)

A cultura Maxakali está distante da lógica pragmática e materialista ocidentais. Segundo Myriam Martins Alvares (1992), uma das estratégias políticas Maxakali está no conhecimento cosmológico e seus rituais, chamado de “Yãmiyxop”. Acreditam em almas de pessoas (que pode ser índios ou não-índios) e animais. As cerimônias yãmiyxop tanto são usadas com intuito de receber favores, bem como evitar males causados por almas que fazem o mal. Esses rituais são coletivos e a força política está no conhecimento cosmológico e seus rituais, adquiridos nas experiências dessas cerimônias.

Dessa rica e diversa produção cultural, pode-se destacar a música nos povos Maxakali. Segundo Myriam Martins Alvares (1992), os cantos têm o papel de construir o contato entre os espíritos – Yãmiy – e os seres da Terra. Para a cosmologia Maxakali, o canto é formador da pessoa, é uma força entre o mundo espiritual e terreno. A forma de apresentação a outro fora do grupo é pelos seus cantos rituais (ÁLVARES, 1992). A tensão das diferenças nas relações políticas assume com o xamanismo cântico o papel socializador.

Atualmente, os Maxakali enfrentam dificuldades extremas, como a dependência excessiva das intervenções do governo, bem como a degradação ambiental do seu território. Além disso, vivem com o problema do alcoolismo, expondo esses grupos a situações de grande vulnerabilidade, não apenas física, mas também social e cultural.

Algumas considerações

A questão a analisar sobre uma identidade cultural do Vale do Mucuri seria a contribuição dos indígenas na formação dessa região. O violento processo de reocupação iniciado no nordeste mineiro a partir do século XIX teve como consequência não só o rápido desaparecimento dos indígenas, mas também uma tentativa de apagamento das características culturais dos nativos através de um discurso civilizatório que recusou qualquer forma de experiência dos primeiros habitantes. No entanto, é muito provável que tenha havido uma continuidade de comportamentos e ações silenciosas, necessárias, portanto, de ser estudadas para compreensão da vida social, política e cultural da região.

Há de se considerar que a população do Vale do Mucuri se manteve majoritariamente rural até os anos de 1960. Esses índios e seus descendentes permaneceram no trabalho agrícola até esse período, conservando, se não integralmente sua cultura original, boa parte do seu modo de viver que restou antes do processo colonizador do século XIX. Sendo relativamente recente a

presença desses grupos no meio urbano, a cultura desse indígena ainda está impregnada no cotidiano da região.

CAPÍTULO II

A REOCUPAÇÃO DO MUCURI

Inicialmente, cabe ressaltar que a terminologia “reocupação” é utilizada como forma de deixar explícito que havia grupos que ocupavam a região antes da chegada da dita “civilização”. Usar o tradicional termo “ocupação” é uma forma de desconhecer os grupos indígenas que aqui viviam e são os que originalmente tomaram posse da Vale do Mucuri.

Ivan Claret Marques Fonseca (1985) afirma que o Vale do Mucuri despertou desde cedo interesse dos portugueses em busca de esmeraldas. A primeira expedição partiu de Porto Seguro, em 1554, feita por F. Espinosa e o jesuíta A. Navarro. Percorreram o Mucuri e se dirigiram para o norte. Segundo Reinaldo Ottoni Porto (1932), a região foi visitada por portugueses outras vezes, em busca de metais preciosos ainda no século XVI. De acordo com Porto, a expedição de Martim Carvalho esteve em um afluente do rio Todos os Santos, o Córrego do Ouro, em busca de esmeraldas. Outros bandeirantes também vieram à procura de ouro e prata, caso da expedição do bandeirante Fernão Dias Paes, em 1673 (PORTO, 1932). Com a descoberta de ouro em Minas Gerais no século XVIII, o Vale do Mucuri esteve longe das práticas de exploração aurífera, pois o governo português queria manter as matas da região para ser um obstáculo natural das práticas do contrabando.

Mas esse cenário modifica-se no século XIX. Com a crise da mineração no final dos setecentos, a economia em Minas Gerais vai se voltar para

outras formas produtivas, o que exige ampliação de espaço para a agricultura (CUNHA, 2002). Segundo Leônidas Barroso e Márcio Achtschin (2017), “[...] na primeira metade do dezenove vai superar a crise da mineração com um alto grau de mercantilização e o seu nível de desenvolvimento relaciona-se com áreas mineiras fracionadas e suas articulações” (ACHTSCHIN E BARROSO, p. 18, 2017). Os novos grupos que chegam às matas do Vale do Mucuri estão diretamente relacionados com a demanda produtiva do período. Para Marcos Lobato Martins (2010), a reocupação do Mucuri tem estreito vínculo com “[...] variáveis ambientais, destacando-se a abundância de água, madeiras de lei e terras devolutas” (MARTINS, p. 72, 2010).

Por sua vez, segundo Regina Duarte Horta (2002), era também do interesse do Império brasileiro a conquista do território nacional, especialmente as áreas pouco povoadas. Partilhando com os valores oitocentistas, voltados para a racionalidade, o Estado acreditava que a mata juntamente com seus insetos e animais, impediam a saga civilizadora (HORTA, 2002). Antes do início do século XIX, o curso do rio Mucuri era praticamente desconhecido.

É dentro do interesse do império em ocupar os vazios populacionais do território brasileiro que o presidente da província, Antônio da Costa Pinto, contratou o engenheiro francês Pierre Victor Renault. Costa Pinto deu a Renault a incumbência de explorar as matas do rio Mucuri e do Todos os Santos. A finalidade era estabelecer uma colônia de degredados, o que estimularia o povoamento, pois oferecia maior segurança contra os ataques indígenas. O relatório de Renault traçou diversos perfis da região, em uma narrativa que se iniciou com a sua saída de Ouro Preto, em 22 de janeiro de 1836 e se encerrou em 02 de Abril do ano seguinte.

Renault, em seu relatório, descreveu a queda da produção aurífera e da produção algodoeira no Alto Jequitinhonha, apresentando como alternativa dessa crise uma ligação com o litoral a partir do Mucuri. Para Renault, o exploração do ouro se esgotou, reduzindo o intenso comércio. Como consequência, também a venda do algodão, dificultada ainda mais com as longas distâncias das estradas existentes, ou para o Rio de Janeiro ou para a Bahia. O francês constatou em seu relatório que o rio Mucuri era todo navegável, a região ser muito rica em terras e sem as febres “malignas” do Jequitinhonha e rio Doce.

Alguns meses depois de entregar o relatório ao presidente da província, um prussiano, Luiz Moretzsohn, residente em Ouro Preto, fez um pedido de concessão para estabelecimento de colônias de “polacos, alemães, prussianos de outras nações” no Mucuri. Tal proposta não foi adiante, mas em 1847 o relatório de Renault serviu novamente como referência. Agora

para o empreendimento do comerciante e liberal Teófilo Benedito Ottoni e Honório Ottoni. A proposta era promover o desenvolvimento na região do Jequitinhonha a partir de uma companhia de navegação e comércio pelo rio Mucuri.

É importante ressaltar que tanto o relatório de Renault, como o projeto do prussiano Moretzsohn e, posteriormente, dos Ottoni, vão ao encontro da ideia de civilização e progresso construído no Segundo Império. Como também de uma proposta de superação do vazio demográfico através de um alto grau de mercantilização em segmentos regionais particularizados e com necessidades específicas, típico da ocupação nas Minas Gerais do dezenove.

2.1. Ottoni e a Companhia do Mucuri

Segundo Leônidas Barroso e Márcio Achtschin (2017), o Mucuri seria, para Teófilo Ottoni, a alternativa de comunicação que necessitava o Vale do Jequitinhonha, aproveitando também a fertilidade do seu solo. A agricultura seria o principal elemento para povoar e desbravar as matas. Portanto, através de um comércio e ocupação do Vale do Mucuri, poderia reabilitar a produção e comércio do algodão, encurtando a comunicação até o Atlântico.

Teófilo Ottoni vislumbrou a possibilidade de lucro sugerida por Renault a partir da criação de uma companhia de comércio com vantagens e exclusividade, apostando potencial de consumo do Jequitinhonha. Vale lembrar que os irmãos Honório e Teófilo são do Serro e conhecem bem a realidade do chamado norte mineiro. O transporte dos produtos do Alto Jequitinhonha para o Rio de Janeiro era elevado e a comunicação de Minas Novas para a corte feita pelo Mucuri encurtaria de 160 léguas¹ para 40 léguas do norte até o litoral baiano. Haveria uma redução de 80 dias para 24 dias.

Através de contrato com o governo provincial e imperial, foi criada em 1847 a Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri. Foram concedidas diversas vantagens, dentre as quais: o exclusivo de navegação por vapor entre o porto de S. José de Porto Alegre (atualmente Mucuri-BA) e os da Bahia e Rio de Janeiro, o exclusivo de navegação por vapor ou por outro qualquer modo no rio Mucuri e seus afluentes, o direito no fim de quarenta anos de receber do governo o valor de todas as obras que houverem construído, dentre outras.

Quanto ao governo provincial mineiro ficou acertado o monopólio completo de todas as comunicações das comarcas ao norte de Minas por

¹ Léguas é uma medida que varia de região para região, correspondendo nesse trabalho a, aproximadamente 6 quilômetros e meio.

oitenta anos como também a garantia de um destacamento de trinta praças para segurança da região. O empreendedorismo da Companhia do Mucuri tinha sustentação e privilégios do Estado, sinalizando os limites quanto ao liberalismo existente no Brasil do período. Teófilo Ottoni era do partido Liberal e obteve privilégios ou desvantagens à medida que mudava o governo:

Ao fundar a empresa de comércio e navegação do Mucuri, um dos problemas imediatos foi a comunicação. A navegabilidade garantida pelos estudos de Renault não se confirmou. Foi necessária a construção de 27 léguas e meia de estrada, 180 quilômetros, que recebeu o nome de Estrada Santa Clara.



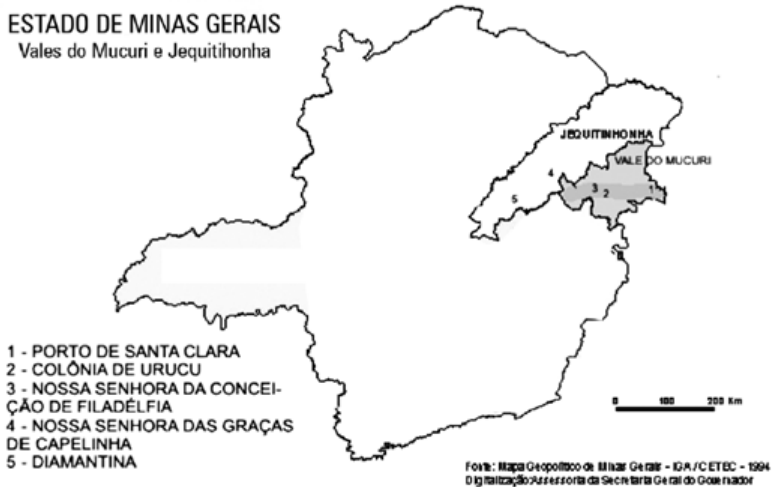
Trecho da Estrada Santa Clara, entre a Colônia de Urucu e Filadélfia
Mapa das Colônias do Mucuri – Carlos Krauss, 1866.

Para a garantia do trânsito de viajantes foi preciso a criação de instalação de povoações e quartéis. A partir do litoral, na cidade de São José de Porto Alegre foi criado um armazém, onde eram depositados produtos vindos do Rio de Janeiro. Mas São José era apenas escala de cargas e viajantes entre o Rio de Janeiro e Santa Clara, estando fora das colônias do Mucuri. Do litoral baiano saía outro vapor, conduzindo as mercadorias até o porto de Santa Clara.

De acordo com Leônidas Barroso e Márcio Achtschin (2017), a Vila

de Santa Clara², foi o primeiro núcleo de ocupação na região do Mucuri, com início em 1852. Era o último ponto navegável, sendo que o restante do trajeto ocorria pela Estrada Santa Clara. Nesses primeiros anos, foi local de recepção de trabalhadores, parte deles escravos, outra parte de imigrantes europeus. Com boa estrutura, ao longo dos anos, o local foi de grande agitação comercial

ESTADO DE MINAS GERAIS
Vales do Mucuri e Jequitinhonha



a Companhia do Mucuri montou uma boa estrutura no local, contando já em 1853 com uma serraria, um grande armazém com 80 palmos³ de frente e 40 de fundo, uma oficina de ferreiro, uma olaria, um estaleiro e um cais feito de madeira e cal para atracar os vapores, além de diversas casas provisórias para abrigar os trabalhadores. Por vezes, enchentes levavam algumas dessas construções, como a serraria, em 1852, que elevou o rio Mucuri em mais de 40 palmas de altura, caracterizando alternâncias climáticas que ainda hoje são traços regionais. Essa estrutura permaneceu ao longo da existência da Companhia do Mucuri, acrescendo apenas um novo armazém com a mesma medida do anterior como também o local preservou sua condição de ponto de apoio para colonização do Mucuri, com um intenso movimento de mercadorias e pessoas. (ACHTSCHIN E BARROSO, p. 92, 2017).

Em direção a oeste, e distante 16 léguas da Vila de Santa Clara, foi criada uma colônia militar de Urucu, conforme previsto no contrato da fundação da

2 Atualmente o local da Vila de Santa Clara, localizada no município de Nanuque, está submerso em função da construção de uma represa no local da cachoeira.

3 Um palmo corresponde a 22, 86 centímetros.

Companhia do Mucuri, em 1847. Assim, entre Filadélfia e o porto de Santa Clara, às margens da estrada Santa Clara, se estabeleceu a colônia de Urucu (atualmente distrito de Epaminondas Otoni, município de Carlos Chagas), pelo decreto de 14 de fevereiro de 1855.

Juntamente com os 30 soldados, a Colônia foi recebendo famílias vindas da Ilha de Madeira, da China, da Holanda e da Bélgica. Esses grupos desenvolveram no local uma produção de subsistência, como milho, cana-de-açúcar, arroz e feijão:

Por muito tempo essa colônia ficou sendo majoritariamente estrangeira. Em 1865, por exemplo, havia 165 portugueses, 97 holandeses e 25 brasileiros. Em 1871, 194 portugueses, 102 holandeses e apenas 7 brasileiros. (ACHTSCHIN E BARROSO, p. 93, 2017).

Com a distância de 11 léguas da Colônia Militar de Urucu, foi fundada, no ano de 1853, um entreposto comercial chamado Nossa Senhora da Conceição de Filadélfia (atualmente a cidade de Teófilo Otoni), que se localizava às margens do rio Todos os Santos, principal afluente do rio Mucuri. De Filadélfia até a saída da mata, foi construído um caminho muito precário, de 14 léguas, até a aldeia e posto militar de Alto dos Bois (atualmente localizado no município de Angelândia). O ponto final era, então, Minas Novas.



Filadélfia, atual cidade de Teófilo Otoni em 1860, pintura de Albert Schirmer.

A configuração desta empreitada, que foram as obras da construção da estrada Santa Clara, a criação de Filadélfia, colônia de Urucu e o porto de Santa Clara, evidenciava a tendência de crescimento a partir de um alto grau de mercantilização em Minas Gerais com regiões fracionadas e ao mesmo tempo articuladas entre si, conforme já dito anteriormente. Concomitantemente a Companhia cumpre, com a ocupação das selvas, a missão civilizadora desejada pelo Império.

A riqueza natural do Vale do Mucuri trouxe para região diversos pesquisadores estrangeiros. Foram muitos os viajantes que percorreram as matas, cada qual com suas motivações: Auguste Saint-Hilaire, príncipe Maximilian, Victor Renault, Barão Tschudi. Relatos que merecem um breve comentário, especialmente porque pode servir de referência para comparar a riqueza das matas do nordeste mineiro no século XIX com os sérios problemas ambientais vividos no século XXI. Boa parte desses europeus veio em busca de informações da fauna e flora, procurando catalogar as espécies tropicais, mas descreveram com muita riqueza suas experiências e o que presenciavam na região.

Segundo Marcio Achtschin e Leônidas Barroso (2017), um exemplo desse olhar estrangeiro foi do canadense Charles Frederick Hartt que fez parte, entre 1865 e 1866, como geólogo, da expedição Thayer ao Brasil. Percorreu o litoral entre o Rio de Janeiro e Bahia, subindo os principais rios, entre eles o rio Mucuri. Não conseguiu ficar indiferente à beleza local:

Os terrenos aluviais são pequenos em extensão. Tanto estes como os terrenos terciários estão cobertos por uma floresta fértil e exuberante, e a paisagem do rio é de superior beleza [...] as árvores amontoam-se junto das águas, formando um muro de vegetação. Uma coleção de belas folhas e brilhantes flores formam uma densa cortina de árvore e algumas vezes pendem em dobras dos ramos ostendidos, como o panejamento que cai de um braço de estátua antiga. (HARTT apud ACHTSCHIN E BARROSO, p. 65, 2017).

Outro que se entusiasmou como a beleza local foi o médico alemão Robert Avé-Lallemant (ACHTSCHIN E BARROSO, 2017). Ele esteve no Vale do Mucuri em 1859 se autodeclarando comissário do governo Imperial e se encantou com a beleza do Mucuri, com sua “[...] estonteante variedade de formas e milhares de cores” (AVE-LALLEMANT apud ACHTSCHIN E BARROSO, p. 63, 2017). Um dos aspectos que Lallemant destacou a abundância da mata Atlântica, que, segundo ele, cavalgando pela estrada “. . . era quase ininterrupta . . . toda a região se recobre de espessas florestas através das quais segue, como um fio delgado, a nova estrada de Santa Clara” (AVÉ-LALLEMANT apud ACHTSCHIN E BARROSO, p.63, 2017). Apontava nessa floresta a sua diversidade, os “mil ecos diferentes”, como o ruído do pica-pau, as revoadas de periquitos, o barulho do besouro metálico ao voar. Chamou a atenção as frondosas árvores, com destaque às sapucaias e as barrigudas. Estas tiveram um olhar mais atento, presente segundo o relato, por toda a floresta, com altura que chegava a 70 pés.

Ainda de acordo com Márcio Achtschin e Leônidas Barroso (2017), Avé-Lallemant enumerou como mais presentes na fauna as antas, tamanduás e

tatus, ou insetos como as borboletas azuis, mariposas agripinas, besouros metálicos, milhares de pirilampos e enxames de falenas. O destaque dado por Lallemand foi para os pássaros, pelas misturas de cores e sons. Não apenas o olhar, mas o ouvir era muito especial para ele: “Por toda a floresta em volta, ressoava o variado concerto dos animais, cujas vozes isoladas, estranhas ao viajante europeu, têm por isso mesmo singular poesia” (AVÉ-LALLEMANT apud ACHTSCHIN E BARROSO, p. 64, 2017). Eram muitas as espécies de anuns, macucos, jacus, jacutingas, mutuns. Foi atento aos periquitos (que chamava de “pardais verdes dos trópicos”), nas suas revoadas “grazinando entre si, de árvore em árvore” (AVE-LALLEMANT apud ACHTSCHIN E BARROSO, p. 64, 2017) e ao singular “ruído do pica-pau, porque não era realmente bater como faz o pica-pau nórdico” (AVE-LALLEMANT apud ACHTSCHIN E BARROSO, p. 64, 2017). Pelo porte, pelo colorido, foram as araras que em seus movimentos trouxe o maior deslumbramento, com suas plumagens azuis e vermelhas.

2.2. A heterogeneidade ocupacional: as várias correntes migratórias

É relevante notar a heterogeneidade cultural existente na região na metade do século XIX. Além da diversidade indígena já existente, vão se somar lavradores do norte de Minas atraídos tanto pela Companhia do Mucuri como pela busca autônoma de novas áreas de produção agrícola.

[...] avulta nas comarcas do norte de Minas uma classe de lavradores menos bem favorecido da fortuna, e que na impossibilidade de exportar os seus produtos planta somente o indispensável para a subsistência da família. Esforcei em 1852 e 1853 por chamar ao Mucuri o maior número possível destes lavradores. Muito consegui e não foi só na classe dos pequenos proprietários. Os posseiros d’aquela época, figuram na estatística [...] com um contingente de mais de mil habitantes⁴.

A partir de documentos cartoriais, podemos confirmar a presença marcante de colonos vindos especialmente do vale do Jequitinhonha e norte de Minas. Mas também eram trazidos escravos, acompanhando seus proprietários de mudança, vendidos ou alugados. São comuns em depoimentos de processos criminais as identificações dos interrogados dessas regiões. São fartas as fontes cartoriais que registram as origens de moradores do Mucuri vindos de Minas Novas, Araçuai, Água Suja, Água Limpa, Chapada, Diamantina, Serro, Sucuriú, Itinga, enfim, cidades, vilas e freguesias do Vale do Jequitinhonha.

Desses grupos, grande parte eram os chamados posseantes (RIBEIRO, 2013), que eram despossuídos que ocuparam as matas do Mucuri ao longo

4 OTTONI, Teófilo Benedito, A colonização do Mucuri, p.01, Rio de Janeiro, 1859. APM

do dezenove, sendo de forma mais intensa na segunda metade dos anos de 1800. Era a busca de trabalho a partir da produção agrícola que ocorria a reordenação do espaço nas matas. Esses posseantes, em maior ou menor fluxo ao longo do tempo, chegaram do Vale do Jequitinhonha, norte de Minas e da Bahia com toda a família. A terra tanto oferecia vantajosas riquezas, como diversos obstáculos a transpor. O solo fértil para lavoura e o clima satisfatório, boa quantidade de madeira, caça e pesca; coexistiam com ataque de indígenas e quantidade considerável de doenças locais.

Ainda de acordo com Eduardo Ribeiro, em função do afastamento das matas do Mucuri dos outros centros, essa reocupação territorial formou uma cultura extremamente rica, pois, ganhavam autonomia diante das realidades e vicissitudes específicas desse isolamento. Mas a narrativa realizada pelos posseantes foi, ao longo da história, ofuscada tanto pelas tentativas de produzir uma epopeia capitaneada por Teófilo B. Ottoni, como a busca de uma saga germânica no Mucuri. Essa leitura parcial e elitista acabou por sufocar a expressão e a importância de grupos mais pobres, fundamentais para a reocupação da região: “[...] isso não significa, necessariamente, que essas matas não foram abertas por camponeses posseantes, e sim que a fazenda encobriu a posse e, habilidosamente, eliminou da história a memória camponesa e pioneira” (RIBEIRO, p. 173, 2013).

Justificando que a vinda de agricultores do norte de Minas não seria suficiente para ocupar a região do Mucuri, Teófilo B. Ottoni buscou a colonização com a mão-de-obra estrangeira. Os primeiros a chegarem foram os portugueses da ilha de Madeira e os chineses. Os chins, como eram chamados, vieram para trabalhar na estrada de rodagem de Santa Clara a Filadélfia. Residentes na região, passaram a ter como sobrenome “Cantão”, referência à cidade onde embarcavam. A presença chinesa, a princípio, foi recebida com ressalva pelos diretores da Companhia do Mucuri.

Já os colonos portugueses, de acordo com os relatos, adaptaram-se melhor às dificuldades de colonização da mata, ajustando a realidade deste período. Segundo José Nogueira Filho (1989) esses portugueses que vieram da ilha da Madeira eram pequenos agricultores e grande parte foi trabalhar na colônia de Urucu, acompanhados depois por belgas e holandeses.

Mas a colonização que se tornou mais visível pela literatura foi a alemã (forma genérica para referir aos prussianos, suíços, belgas, holandeses e grupos do norte europeu). A vinda destes europeus foi feita pela firma Schlobach e Morgensten, de Leipzig, com previsão de contrato anual de mil agricultores alemães. A partir de 1856 chegaram os primeiros. Em 1857 foram 435, e 1858 chegaram mais 820 (ARAUJO, 2003). No final de 1858,

havia 750 alemães e suíços além de 363 portugueses (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1993).

Das atividades realizadas pelos imigrantes, parte era destinada à área urbana (engenheiros, ferreiros, carpinteiros, professores, etc), e a outra parte foi destinada às colônias agrícolas (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1993). Muitos se instalaram nas proximidades da então Filadélfia, outros se concentraram na Vila de Santa Clara e colônia militar de Urucu. As dificuldades no Vale do Mucuri foram extremas: as terras não estavam demarcadas, a abertura de espaço para a agricultura, até o “[...]reconhecimento da fauna e flora era complexo[...]”(FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, p. 58, 1993). Ainda segundo a pesquisa da FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (1993), a chegada de alemães trouxe para região o culto evangélico, religiosidade pouco comum no Brasil do período, fortemente marcado pela presença da igreja católica.

Apesar da generalização, os imigrantes europeus eram de origens diversas e condições econômicas também distintas. A instalação no Brasil, além de ocupações variadas na cidade e no campo, resultou em alguns ricos fazendeiros, mas em número bem mais expressivo de colonos empobrecidos, que viveram dificuldades extremas, materiais e culturais: “A diferença cultural encarnada pelos alemães imigrantes era tanto mais acentuada quanto mais inadaptados e vulneráveis se mostrassem em relação aos hábitos da terra [...]” (WEYRAUCH, p. 97, 1997).

É relevante aqui identificar a existência de um projeto de progresso vinculado a uma imigração e consequente “purificação” da “raça brasileira”, até então composta por uma forte presença africana. O processo de branqueamento a partir da presença europeia, apesar de popularizado nos anos de 1870, já tinha fortes raízes na primeira metade do século XIX. Nas cartas do Presidente de Província, já apresentava as propostas da presença de imigrantes no Mucuri, através de publicações de jornais da Alemanha, pretendendo assim trazer para a região “uma civilização mais adiantada”⁵. Apesar de reconhecer que não era prioridade da Companhia do Mucuri um projeto imigracionista, Filadélfia foi construída visando receber europeus, especialmente a população alemã:

E fui procurar clima europeu ao oeste da cordilheira do mar. . .Quanto aos preparativos que tinha de fazer na Europa, me limitei a procurar que lá se aprendesse a soletrar o nome do Mucuri, enquanto eu cá aprontava a casa para agasalhar dignamente os convidados. E logo que a primeira picada levou-me ao

5 OTTONI, Teófilo Benedito. Relatório apresentado aos acionistas da Companhia do Mucuri, Rio de Janeiro, 1856. APM

Todos os Santos reconheci as grandes vantagens de germanizar aquele fertilíssimo e salubérrimo torrão⁶

Muitas obras, acadêmicas ou não, foram produzidas em relação à chegada de imigrantes europeus na região. A contribuição para formação social, econômica e cultural da região desse grupo é inegável, apesar de ter se construído uma carga mítica em torno do imigrante alemão. Há ainda presente uma leitura de quase exclusiva germanização da região, resultando em um apagamento da participação de outras composições, como os indígenas, escravos e afrodescendentes.

2.3. As mudanças ocorridas na região a partir da Companhia do Mucuri

Os dados fornecidos sobre a região até 1862 são os Relatórios da Companhia do Mucuri e documentos oficiais, tanto os feitos pelos Ottoni dirigidos para os acionistas ou para o governo imperial, como também os produzidos pelos comissários enviados pelo Império. O primeiro documento que detalha sobre o desenvolvimento no nordeste mineiro é o relatório destinado aos acionistas em 1857, onde Teófilo B. Ottoni faz um perfil da população e sua produção, além das edificações existentes. Pelo relatório, percebe-se o caráter essencialmente comercial que os Ottoni destinam ao Mucuri e o seu desenvolvimento a partir disso. O suporte que a Companhia oferecia era para as construções com fins comerciais, estradas com facilidades de acesso e produção agrícola.

Mas também o documento retrata desde este período a tendência de produção interna e um abastecimento dentro da região do Mucuri

O comércio de exportação não principiou ainda. Contei ter de exportar mais cedo gêneros alimentícios que eram de uma certeza fabulosa nas imediações da mata [...] ocorre que os novos habitantes do Mucuri, em número de mais de 2000, cuidando ou de fazer estradas, ou de estabelecer-se, têm sido em geral somente consumidores, em cujo caso estão igualmente mais de 700 colonos que a companhia tem introduzido nas matas, por isso por ora é nula a exportação. Não devo terminar este artigo sem dizer duas palavras acerca da colônia militar de Uruçu. Sob a direção do Sr. Capitão Manoel Joaquim de Barros, a colônia marcha visivelmente em via de prosperidade. Já este ano os colonos tiveram que vender, e só a companhia lhes comprou não poucos centos de mil réis em milho para as tropas, arroz e batatas para os Chins e Alemães⁷

6 Relatório apresentado à Assembléia Legislativa de Minas Gerais pelo presidente de Província Herculano Ferreira Penna, anexo 4, p. 6, Ouro Preto, 1856. APM

7 OTTONI, Teófilo Benedito. Relatório apresentado aos acionistas da Companhia do

No documento, Ottoni nomina 14 negociantes em Filadélfia que vendiam “fazendas, ferragens, louça, molhados, etc”, onde especificava que uma das casas de comércio, a Araújo Maia & Irmão importou 26:000\$000 de mercadorias, vindas do Rio de Janeiro, em junho e outra casa, a Cardoso de Faria e Marrie, 50:000\$000 em julho de 1857. Ainda no mesmo documento, foi registrada a criação de escolas de “primeiras letras” em Filadélfia e na colônia do Urucu, esta frequentada por vinte crianças. Não só o comércio aquecia, mas os investimentos na produção rural também eram motivos de otimismo.

Por ordem do governo imperial, em 1859, esteve no Mucuri o comissário Sebastião Machado Nunes, que, no seu relatório, apresentava características da região. Nunes comenta sobre os diversos ranchos instalados ao longo da estrada Santa Clara para hospedar tropeiros e denuncia a falta de um padre católico e um pastor protestante em Filadélfia. São precários, segundo o comissário, tanto o atendimento médico, contando com apenas dois em toda região do Mucuri, como também a pouca quantidade de escolas, professores e alunos.

No relatório de Sebastião Nunes, a produção agrícola no Mucuri se fundamentava em pequenas propriedades, mas as grandes posses já ganhavam força:

Além da população estrangeira há em Filadélfia muito maior número de brasileiros estabelecidos, existindo entre estes signos fazendeiros. Os srs. Dr. Manoel Esteves Ottoni, Joaquim José de Araújo Maia e P. Velloso são fazendeiros de grande força; o sr. José Ferreira dos Santos também possui a três quartos de légua de Filadélfia uma bela fazenda, onde, além de muitas plantações, tem um excelente engenho de serrar movido por água do ribeirão Todos os Santos⁸.

De acordo com Sebastião Nunes era modesta a criação de animais, predominava a agricultura para consumo interno e a produção cafeeira ainda era embrionária: “A lavoura está ainda limitada em milho, feijão, arroz e outros gêneros alimentícios, que a terra produz em abundância, e a criação é quase nula”⁹. O monopólio do transporte comercial no Mucuri foi assumido parcialmente pela Cia, sendo uma parcela da estrada Santa Clara franqueada

Mucuri, p. 10 e 11, Rio de Janeiro, 1857. APM

8 NUNES, Sebastião Machado. Relatório para exm. Sr. Conselheiro Sergio Teixeira de Macedo, ministro e secretario de estado dos negócios do império, p. 65, Rio de Janeiro, 1859. APM

9 NUNES, Sebastião Machado. Relatório para exm. Sr. Conselheiro Sergio Teixeira de Macedo, ministro e secretario de estado dos negócios do império, p. 65-70, Rio de Janeiro, 1859. APM

para tropeiros. Em síntese, o quadro econômico da região em 1859, segundo Nunes, pode ser descrito como uma produção agrícola que crescia, um comércio com diversos estabelecimentos, a presença de tropeiros e ainda uma reduzida exportação.

Em 1860, em outro relatório, T. B. Ottoni relatava o crescimento e a movimentação comercial da região. Apesar da Companhia do Mucuri apresentar sinais de desgaste, Ottoni procurava apresentar uma visão otimista quanto à atividade produtiva da região, detalhando a quantidade da colheita além dos engenhos e moinhos ali existentes, considerando que a produção crescia na ordem inversa dos habitantes da região do Mucuri:

A produção dos cereais de 1859 para 1860 foi considerável. Na esperança de que teríamos de introduzir mais 1.000 colonos, e de que lá permaneceriam os importados em 1858, como também para vender aos novos habitantes brasileiros que estavam exigindo, avultaram as plantações em 1858, e tivemos mantimento suficiente de 1858 a 1859; mas este ano o mantimento veio na razão inversa da população. Tem os colonos nacionais e estrangeiros uma colheita de 20 a 30.000 alqueires de milho, 3 a 4.000 alqueires de arroz, abundancia de feijão e uma produção extraordinária de batatas [...] O toucinho é o único gênero que se conserva caro no Mucuri, porque a seca que lavrou nos sertões da Bahia atraiu muito toucinho dos lugares adjacentes ao Mucuri: a criação dos porcos vai tomando grande desenvolvimento. Já não se importa nem açúcar, nem aguardente no Mucuri. O terreno é também muito próprio para a plantação de cana¹⁰.

2.4. Tensões e conflitos na colonização do Mucuri

A reocupação do Mucuri foi marcada pela extrema heterogeneidade. Nesse sentido, o trecho do relatório de Teófilo Ottoni de 1859 é emblemático. Quando, em um galpão, estavam juntos europeus, chineses, índios e africanos, escreveu Ottoni: “Segue-se daí que no espaço apenas de 100 braças quadradas se acham representadas as quatro principais raças humanas, e isto nas formas mais extremas”¹¹.

Se esses grupos construíram espaços de sociabilidades, também essa convivência acabou por resultar em tensões. Os conflitos internos nos primeiros anos no Vale do Mucuri foram uma constante. Não poderia ser diferente, pois interesses opostos, culturas tão diferenciadas, expectativas não realizadas, produziriam tensões que muitas vezes resultaram em embates

10 OTTONI, Theófilo Benedito. Relatório apresentado aos acionistas da Companhia do Mucuri no dia 10 de maio de 1860, p. 32, Rio de Janeiro, 1860. APM

11 OTTONI, Teófilo Benedito. p. 53. Relatório sobre a colonização do Mucuri, Rio de Janeiro, 1859. APM

diretos, “. . .especialmente em espaços recém-ocupados, onde a presença do Estado era frágil e os interesses divergentes tendiam a serem resolvidos mais pela força do que pela lei” (ACHTSCHIN E LEÔNIDAS, p. 71, 2017).

Há de se destacar especialmente os conflitos entre colonos estrangeiros e a Companhia do Mucuri. Fruto de falsas promessas de agenciadores, trabalhadores urbanos despreparados para atividades rurais, desconhecimento da realidade tropical e epidemias, a seca, falta de um acompanhamento e não cumprimento de contrato pela Companhia do Mucuri: foram estas as causas principais para os movimentos de rebeliões dos imigrantes europeus (ACHTSCHIN E BARROSO, 2017).

Segundo Leônidas Barroso e Márcio Achtschin (2017), o primeiro conflito registrado entre a Companhia do Mucuri e os imigrantes alemães ocorreu na Vila de Santa Clara. Além de todas as dificuldades vividas pelas diferenças culturais, eram tensas as relações de trabalho. O que constava no contrato assinados entre os imigrantes e a empresa não eram garantidos quando chegavam aqui. Importante lembrar que esse era um período agitado na Europa, os movimentos operários já estavam bastante organizados.

A expectativa de Teófilo Ottoni quanto aos europeus era receber imigrantes com recursos para investimento na região: “Nos colonos, procurava associados e não proletários para com quem exercesse a caridade cristã”¹². E que pagassem pelas terras que iriam explorar: “lisonjeava-me de poder obter colonos que não fossem simplesmente proletários, colonos que pagassem suas passagens, e viessem comprar terras à companhia”¹³. No entanto, grande parte desses grupos saía do Velho Continente em busca de melhores condições de vida, vindas em condições muito precárias. Ao chegarem ao Vale do Mucuri, os custos com os diversos pagamentos feitos à Companhia de Ottoni eram bem acima do que era recebido no trabalho.

No caso do vale do Mucuri, os gastos com a viagem, alimentação, remédios, ferramentas e aquisição de lotes (a 300 mil réis) teriam de ser pagos à Companhia em contratos de difícil entendimento quanto a valores, como questões cambiais, ou sistema de pesos e medidas (palmas, arrobas, etc). Com o preço do toucinho na região a mil e 300 réis e a farinha 400 réis, a oferta de trabalho a 640 réis/dia seria compatível ao árduo trabalho das obras da estrada Santa Clara? Para piorar, os preços dos produtos elevavam constantemente, sendo que o feijão, em 1860,

12 OTTONI, Theófilo Benedito. A colonização do Mucuri: memória justificativa em que se explica o estado atual dos colonos estabelecidos no Mucuri e as causas dos recentes acontecimentos naquela colônia, p. 04, Rio de Janeiro, 1859. APM

13 OTTONI, Theófilo Benedito. A colonização do Mucuri: memória justificativa em que se explica o estado atual dos colonos estabelecidos no Mucuri e as causas dos recentes acontecimentos naquela colônia, p. 04-05, Rio de Janeiro, 1859. APM

chegou a 4 mil réis e o arroz, a 3 mil réis. Para se ter uma ideia da diferença salarial entre serviços especializados e o trabalho braçal, o engenheiro polaco Christino Wyzeuski recebia 5 mil réis por dia nas obras da estrada Santa Clara. (ACHTSCHIN E BARROSO, p. 86, 2017).

O confronto era uma questão de tempo, o que ocorreu em 1857 com os colonos chegados da Prússia. Os imigrantes exigiam melhorias salariais, realizando um movimento grevista pioneiro no Brasil. Os prussianos, 16 no total, desceram o rio Mucuri em uma prancha, chegando até a vila baiana de São José. T. Ottoni, veio assim que tomou conhecimento do movimento, com algumas dezenas de homens armados. Sem oferecer resistência, foram detidos. Os líderes foram processados e o restante dos revoltosos encaminhados para a construção do caminho de São Mateus e da Estrada Santa Clara.

Em 1858, novos problemas, também na Vila de Santa Clara. A região era o local onde mais se apresentava incidência das chamadas “febres intermitentes”, especialmente nos meses de chuva, entre novembro e março (ACHTSCHIN E BARROSO, 2017). Mais de 40 imigrantes haviam morrido entre outubro de 1858 e abril de 1859, gerando um quadro de revolta entre os alemães.

Nesse período chegou no Mucuri o alemão Robert Ave-Lallemant, com a responsabilidade de fiscalizar as condições dos colonos. Lallemant percorreu diversas localidades da região, ouviu os recém-chegados europeus bem como registrou suas condições. Levou a público a situação que viviam os imigrantes, denunciando o isolamento, as péssimas condições de higiene, a precária alimentação, as epidemias e o descuido da Companhia do Mucuri diante desse quadro (ACHTSCHIN E BARROSO, 2017). Sua denúncia causou grande impacto, resultando na promulgação do Edito de Heydt, que limitava a migração de alemães para o Brasil. Parte significativa desse grupo que estava no Mucuri foi levado para o Rio de Janeiro e de lá tomaram destinos dos mais variados (ACHTSCHIN E BARROSO, 2017).

É farta a documentação produzida por Teófilo Ottoni em sua defesa e descredenciando os relatos de Lallemant. Não foram em vão as referências feitas por Teófilo Ottoni aos que não se adaptaram ao duro trabalho da região como mendigos, meretrizes, imprestáveis e boêmios. Frustrava ao Estado e investidores brasileiros deparar com europeus, especialmente alemães, com pouca “vocaçào” para o trabalho, braços muito mais “preguiçosos” que os escravos. Era mais razoável para a mentalidade do século XIX crer que os imigrantes revoltosos eram pertencentes a um grupo minoritário, uma exceção, que por má fé dos agentes que trouxeram pessoas fora protótipo

de europeu desejado. Porém, é pouco provável que homens processados como Karl Muckler e Daniel Wassmuth, que vieram com mais quatro e cinco familiares, respectivamente, fossem simplesmente imprestáveis e indigentes.

Os chineses foi outro grupo de estrangeiros que veio para o Mucuri em busca de trabalho, contratados em um número de cem pela Companhia do Mucuri para a construção da estrada Santa Clara, a partir de 1856. Depois de concluído o trabalho, em 1857, muitos ainda permaneceram para manutenção dessa via.

Segundo Márcio Achtschin e Leônidas Barroso (2017), ocorreram também grandes tensões entre os chineses e a Companhia do Mucuri. Relatórios e viajantes do século XIX chamam a atenção dos maus tratos recebidos pelos chineses que estiveram na região. Andando pela estrada, Robert Avé-Lallemant percebeu uma fila com trabalhadores chineses levados por um feitor que segurava na mão um cacete. O alemão ouviu de um feitor que os chineses “[...] só trabalhavam bem quando os sovavam bastante” (LALLEMANT apud ACHTSCHIN E BARROSO, p. 82, 2017).

Lallemant comentou, sem apresentar detalhes, sobre um motim de chineses antes da sua chegada no Mucuri, em 1859. Foi mais minucioso em outra revolta que presenciou. Pelo que foi descrito, um dos feitores da Companhia do Mucuri atingiu com um tiro o ventre de um chinês. O motivo do conflito foram os preços abusivos dos alimentos que eram vendidos para os orientais pela empresa de Ottoni. Revoltados, os outros trabalhadores chineses se reuniram e partiram para o enfrentamento. O confronto só foi contido porque, diferente dos chineses, os homens da Companhia estavam armados. Oficialmente, no relatório da Companhia de 1859, a divergência não teve maiores desdobramentos, resolvida com as recomendações de Ottoni para evitar a venda de produtos a preços abusivos¹⁴. Mas não foi essa a versão do desfecho do caso dada por Lallemant: “Soube, alguns dias depois, que o diretor [Teófilo Ottoni] após me haver acompanhado na manhã seguinte até fora da cidade, mandara surrar os chineses, fazendo-os voltar para o trabalho” (ACHTSCHIN E BARROSO, p. 83, 2017).

2.5. O fim da Companhia do Mucuri

As dificuldades da Companhia do Mucuri já se faziam visíveis em 1859. Foram elevados os custos com a construção da estrada de rodagem Santa Clara, exigindo gastos não previstos pela Companhia. A estrada também necessitava permanente manutenção, o que aumentava as despesas da

14 OTTONI, Teófilo Benedito. Relatório sobre a colonização do Mucuri, 1859. APM

Companhia (ACHTSCHIN E BARROSO, 2017). Da mesma forma, a estrada que ligava Filadélfia até os centros comerciais do Jequitinhonha era precária, apenas caminhos provisórios de tropas, com grande quantidade de atoleiros e que também necessitava de manutenção permanente.

De acordo com Eduardo Ribeiro (1998), a circulação de mercadorias prevista, tanto para a saída como chegada de produtos, foi muito abaixo do esperado. Essa situação impactou na cobrança das mercadorias em circulação, a principal fonte de arrecadação da Companhia do Mucuri. Abaixo do esperado também foi o fluxo migratório, prejudicado pela denúncia feita por Lallemand em 1859 e a consequente saída de boa parte do imigrantes. Somado a estes problemas, a região sofreu tanto com a seca como também com as doenças, especialmente a malária e o tifo: “tinha-se estendido ao Mucuri a seca que há dois anos tem assolado o norte, acompanhada, isto é, de Santa Clara até S. José de Porto Alegre, de febres intermitentes, que às vezes degeneraram em perniciosas [...]”¹⁵.

No início de 1860 o navio “Mucuri”, que ligava o Rio de Janeiro a São José de Porto Alegre naufragou na altura de Guarapari, Espírito Santo, representando prejuízo maior para Companhia (ARAÚJO, 2002).

Teófilo Otoni ainda tentou um empréstimo com objetivo de ampliar a estrada de rodagem até Minas Novas, mas com a mudança de ministério, assumido pelo Partido Conservador, o recurso foi rejeitado. Com todas essas dificuldades, a Companhia do Mucuri foi encampada pelo governo em 1861, sendo liquidada a empresa (CHAGAS, 1978).

Algumas considerações

O Patrimônio, a memória, não são elementos estáticos, tampouco construção exclusiva de uma classe ou segmento. Mudanças e permanências são inerentes às vivências humanas. Inseridas na estrutura, as resistências acabam sendo sufocadas, impossibilitando a visualização de outros agentes historicamente importantes. E como consequência, suas mais diversas manifestações. Trabalhar com o conflito oportuniza a inserção de outros atores sociais, construindo assim uma identidade cultural capaz de produzir na comunidade o sentimento de pertencimento. O seu contrário, ou seja, secundarizar os confrontos, é ignorar as diferenças sociais e as suas variadas formas de vivências. Enfim, as revisões são necessárias, as desconstruções ampliam os debates.

15 OTTONI, Teófilo Benedito. Relatório apresentado aos acionistas da Companhia do Mucuri, p. 21, Rio de Janeiro, 1856. APM

Nesse sentido, a reocupação do Vale do Mucuri deve ser vista dentro de um contexto específico. Em âmbito geral, um projeto civilizatório do recém-formado império brasileiro com forte influência do discurso produzido pelo darwinismo social europeu. Regionalmente, uma economia mineira do século XIX que acuava o Vale do Mucuri em busca de espaço produtivo. Assim, a Companhia do Mucuri vai dando um formato heterogêneo, tenso, desigual à colonização no nordeste mineiro.

Nesse efetivo período de controle da Companhia do Mucuri, que girou em torno de 10 anos, vai ganhando corpo o predomínio de determinados grupos e seus interesses. Predomínio através de práticas autoritárias que se consolidariam nas décadas seguintes como o isolamento da região. Ainda que a Cia. do Mucuri não tenha usado da violência direta para incorporar o indígena no projeto civilizador, já evidenciava o desprezo pelos nativos, prorrogando o genocídio que ocorreria alguns anos depois. Foi constante o uso da força como principal ferramenta para resolver os impasses de uma relação de trabalho que se fundava na escravidão. Os conflitos registrados, como as manifestações dos chineses e alemães, foram tratados de forma extremamente autoritária. A relação da empresa de Ottoni com os imigrantes de outras regiões brasileiras, não visíveis, teria sido diferente?

CAPÍTULO III

O MITO TEÓFILO OTTONI

3.1. Ottoni, a atualidade do mito

Teófilo B. Ottoni não assumiu a dimensão de mito nacional como ocorreu com a figura de Tiradentes, tendo em torno de sua imagem uma menor expressão se comparado ao conjurado mineiro. Portanto, cabe inicialmente procurar identificar o lugar onde atua o mito Teófilo Ottoni para a política brasileira, ainda que não seja possível uma construção exata, pois, segundo Girardet “É difícil, sem dúvida, para não dizer impossível, atribuir ao fenômeno uma consonância política relativamente precisa” (GIRARDET, p. 99, 1987).

Em 2007, quando da efeméride do bicentenário do nascimento de Teófilo Benedito Ottoni, ampla comemoração envolveu governo federal, governos estaduais¹ e diversos municípios, especialmente nas cidades mineiras do Serro e Teófilo Otoni. O selo do bicentenário lançado pelos Correios recebeu o título por eleição popular de “melhor selo lançado em 2007”. Houve em 29 de novembro de 2007 sessão solene no senado aberta pelo então presidente Tião Viana. Foi criada por lei estadual 16920 uma comenda com objetivo

¹ Ocorreram homenagens, além do estado de Minas Gerais, no Rio de Janeiro, Bahia, Distrito Federal e São Paulo.

de homenagear pessoas e instituições que se dedicaram ao desenvolvimento do Vale do Mucuri, Jequitinhonha, norte e nordeste mineiro. Essa comenda é entregue anualmente, alternando o evento entre a cidade natal do político liberal mineiro e a cidade de Teófilo Otoni. Portanto, apesar de reconhecimento geral do meio político às ideias de Otoni, a construção do mito tem maior concentração no estado mineiro, principalmente nas duas cidades citadas.

Os discursos comemorativos possibilitam uma leitura do que hoje é visto a figura de Otoni. De acordo com o perfil que o envolve, ele é considerado um abolicionista, republicano, herói da Revolução Liberal de 1842, e, seu projeto brotou nas gerações seguintes. Ainda na construção da imagem de Otoni, a criação da então Filadélfia, atual cidade mineira de Teófilo Otoni, foi um projeto ambicioso de um político com espírito democrático e de um comportamento que serve de modelo pela sua integridade às gerações atuais.

A grande referência biográfica de Otoni é Paulo Pinheiro Chagas, que apresenta na sua obra uma apologia ao mineiro natural do Serro. Segundo Chagas, a sua inspiração foi Tiradentes e frei Caneca, a sua vida política está fundada em uma intransigente luta não somente em favor da república, como também da democracia:

Porque Teófilo Otoni é o grande precursor da República. Decerto outros já haviam morrido por ela. Tiradentes, Caneca [...] eram ídolos da devoção ottoniana. Mas ele foi além porque fez de sua vida uma lúcida lição de democracia, onde a primeira geração republicana foi beber as razões de sua fé... Fez dessa política a norma de sua vida, maculando no espírito público, pouco a pouco, o amor pela democracia (CHAGAS, p. XV-XVI, 1978).

Ou

A mocidade e o povo cedo adivinharam nele o guia providencial, dando-lhe um apoio que teve visos de idolatria. Pregando a democracia, em todas as tribunas, identificou-se com ela, e dominou soberanamente a opinião, imprimindo-lhe o seu caráter e a sua constância (CHAGAS, p. XVI, 1978).

Para Chagas, “Teófilo Otoni é, entre nós, o Patriarca da Democracia” (CHAGAS, p. XIX, 1978). Essa era uma ideia que já havia sido construída após sua morte e reforçada com o início da república, conforme dizia Basílio de Magalhães na introdução de “A Circular de Teófilo Otoni” : “[...] o digno mineiro foi incontestavelmente um precursor da conquista democrática de 15 de novembro de 1889”².

2 OTTONI, Teófilo B. Circular dedicada aos eleitores de senadores pela província de Minas Gerais . . . (1860). Prefácio de Basílio de Magalhães. 2 ed. Revista do Instituto

Em obra lançada no bicentenário de Ottoni, Nilmário Miranda apresenta a continuidade da visão de Pinheiro Chagas, considerando-o como um defensor da democracia das minorias, do pluralismo e do respeito às diferenças. Para Miranda, ele foi

Minoria sempre, por ser um precursor, um político que queria o capitalismo quando as condições políticas e econômicas ainda não estavam dadas. Queria a democracia, incorporando indígenas, negros, trabalhadores e camponeses sem terra à cidadania (MIRANDA, p. 165, 2007)

Ainda segundo Miranda, a criação da Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri, em 1847, que tinha a pretensão de fazer a ligação do litoral baiano com o Alto Jequitinhonha pela navegação do rio Mucuri, tinha principalmente o objetivo de criar um reduto de práticas democráticas:

A aventura do Mucuri foi um dos grandes momentos do século XIX: construir e realizar a utopia. Um lugar para realizar o que o império sonhou à Nação nascente: o pluralismo, a tolerância religiosa, a convivência étnica e racial, as liberdades civis, a valorização pelo mérito.(MIRANDA, p. 14, 2007).

O uso instrumental da História sempre foi algo muito discutido. Sua utilização muitas vezes favorece a manutenção de um conhecimento elitista e excludente, especialmente as biografias. Se, nas últimas décadas vem sendo revistos os mitos nacionais, nos resta fazer o mesmo no Nordeste mineiro. A biografia de Teófilo Benedito Ottoni já foi escrita mais de uma dúzia de vezes, quase todas preservando a imagem do herói que desbravou a região do Vale do Mucuri por um ideal democrático, procurando instalar aqui um oásis republicano em um Império excludente e escravista.

É necessário colocar Teófilo Ottoni como um homem do século XIX, dentro das possibilidades do seu período. O erro mais grave na História é o anacronismo, transferir as nossas representações para outro momento histórico, ou seja, desejar que alguém do passado pense como nós, ou como nós o idealizamos. Situar qualquer homem em seu tempo não significa diminuí-lo, mas dar a ele seu real valor.

A construção do mito em torno de Ottoni foi muito favorecida pela posição contraditória assumida ao longo da sua vida pública. Adotando um discurso fluido, possibilitou o seu uso para diversas tendências. Mesmo o passar dos anos não deu a Teófilo Ottoni a clareza quanto às suas propostas políticas, vivendo momentos de reconhecimento alternados com diversos tipos de críticas por parte dos mais diferentes segmentos. Foi duramente

criticado pelos Conservadores quando se candidatou ao senado em 1860, apontando para seu discurso contraditório que se opunha ao senado vitalício. Em 1868, foram os Liberais que se sentiam traídos por um líder histórico ao se aproximar dos Conservadores para favorecer a candidatura ao senado do irmão Cristiano Ottoni.

O que realmente pode ser considerado na imagem liberal, democrática, abolicionista e idealista de Teófilo Ottoni?

3.2. Ottoni e a historiografia

Nas produções acadêmicas, de um modo geral, o olhar do mito em torno da figura de Ottoni é substituído pelo homem de seu tempo. De acordo com Eduardo Magalhães Ribeiro,

Nenhum dos seus biógrafos conseguiu resistir ao fascínio da sua personalidade. Paulo Pinheiro Chagas escreveu a melhor e mais completa biografia; mas é um livro tão louvatório que toca sempre a beira do ridículo. Godofredo Ferreira, Reinaldo Porto e frei Olavo Timmers, para citar somente grandes autores, também sucumbiram ao charme de Ottoni. (RIBEIRO, p. 38, 1998).

Segundo Ribeiro, diferente das representações construídas, Teófilo Ottoni foi um personagem contraditório, repleto de ambiguidades entre o discurso e a prática. Foi um político que em discurso assumia uma postura liberal, mas que na prática procurava se beneficiar com recursos do estado. Um “empresário cartorial” (RIBEIRO, p. 38, 1998) que utilizava de monopólios para vantagens comerciais e com atitudes pouco liberais com os imigrantes que chegaram no Vale do Mucuri.

De acordo com Regina Horta Duarte (2002), Ottoni reproduziu as mesmas práticas apontadas por Ribeiro no que se refere ao tratamento indígena. Dentro de uma postura etnocentrista, não respeitou as diferenças daqueles que chegaram para ocupar o Vale do Mucuri e a ênfase dada pelos seus biógrafos às vias pacíficas para relacionar com os Botocudos na região do Mucuri era uma estratégia para conquistar as suas terras. As matas e seus habitantes eram vistas como elementos a serem dominados em nome da civilização: “Índios, matas e rios apareciam como forças naturais a serem domadas” (HORTA, p. 34, 2002). Quanto ao discurso comumente utilizado de pensar em uma ocupação no Vale do Mucuri como um projeto grandioso, uma utopia em defesa da liberdade de ideias e de pessoas, Duarte considera que havia a proposta de um discurso civilizatório, e que não tinha uma proposição de respeito às diferenças:

Mesmo apresentando como um ferino crítico da elite monárquica, Teófilo Ottoni, ao reunir índios, negros, imigrantes, proprietários e homens pobres livres nos

seus planos de fundar uma nova região, permaneceu afinado aos mesmos ideais homogeneizadores explícitos da sociedade imperial, dos quais emergia a imagem de formação de um povo. A insensibilidade às diferenças entre as pessoas que para ali se encaminharam e à diversidade de suas necessidades e intentos surgiu como obstáculo decisivo no desfecho do empreendimento (DUARTE, p. 35, 2002).

Leonardo Souza de Araújo Miranda (2008) fala em “identidades políticas” ao trabalhar com o perfil de Teófilo Ottoni como homem público. Miranda cita diversas visões de autores, apontando como consenso entre eles sobre o mineiro do Serro seu discurso liberal. Leonardo Miranda dedica parte da sua dissertação para discutir a identidade política que a imprensa moderada entre 1827 a 1842 construiu para Ottoni. Do mesmo modo que a historiografia, também os periódicos se dividiram à época entre uma postura exaltada e moderada atribuída a Ottoni. Defendeu a ação violenta em 1842 como forma de combater um governo considerado ilegítimo, aproximando-se das ideias republicanas depois da Revolução Liberal. Mas, diante dos limites da política brasileira, adaptou-se à realidade do jogo de poder imperial.

No que se refere às influências no discurso político, Valdeci Lopes de Araújo (2008) acredita que Ottoni fazia parte da representação de um segmento que entendia que a independência seria um processo, uma construção política ainda inconclusa. Dentro dessa perspectiva, a luta em prol da liberdade continuaria. Mas, simbolizada por um projeto republicano, não cessando nem mesmo com a saída de D. Pedro I. Teófilo Ottoni reivindicou para si o papel de representante moderno dessa bandeira, identificando como a figura de Tiradentes. Para Araújo

Ottoni, ao reivindicar/construir esta tradição, imaginava-se como seu representante moderno. Tal como “seu” Tiradentes, Ottoni autoproclamava-se como um perseguido político, um proscrito, mas que se mantinha enquanto tribuno e voz do “povo” em uma república que imaginava poder construir gradualmente. (ARAÚJO, p. 225, 2008).

Erik Hörner (2010), ao estudar a Revolução Liberal em Minas Gerais, reputa que o discurso de transformações pelas vias não institucionais após o fracasso de 1842 foi abrandado pelos liberais mais extremados. Nesse período, para se integrar na vida política, era preciso reconhecer o Estado e a Constituição. Por sua vez, a revisão das antigas práticas exigiu um novo entendimento de comportamentos e papéis políticos. Houve a partir de então uma

[...] aceitação do ordenamento político-jurídico do Império [...] Não estaria mais em discussão os limites da Constituição ou do caráter representativo da política imperial [...] Aos mais velhos que se mantiveram em posição eminente seria

necessária não a acomodação, mas a compreensão dos novos espaços e papéis, como fariam Paula Sousa, Limpo de Abreu, Teófilo Ottoni [...] (HÖRNER, p. 354, 2010).

3.3. “Morre o homem fica a fama”: a consolidação do mito no século XIX

Ao se pensar em um modelo mineiro de fazer política, há a relação de imediato entre moderação e liberdade. Essa representação foi construída ao longo do século XIX, através de Tiradentes e a Conjura Mineira. Criado a partir de um passado que envolvem. Como herdeiro, Teófilo Ottoni assumiu esse papel, encarnou a figura de Tiradentes nos tempos do Império. No discurso onde havia a companhia dos dois, além de ser inspirador de liberdade, existia a construção da ética, do uso correto da coisa pública, da não aceitação do empreguismo e da corrupção: “Aqui neste canto remoto do Brasil, na pátria de Tiradentes e dos Ottonis, aqui onde o servilismo devia ser mais do que uma baixeza e a corrupção mais do que uma infâmia, aqui também para vergonha nossa existem climacos [sic]”.³

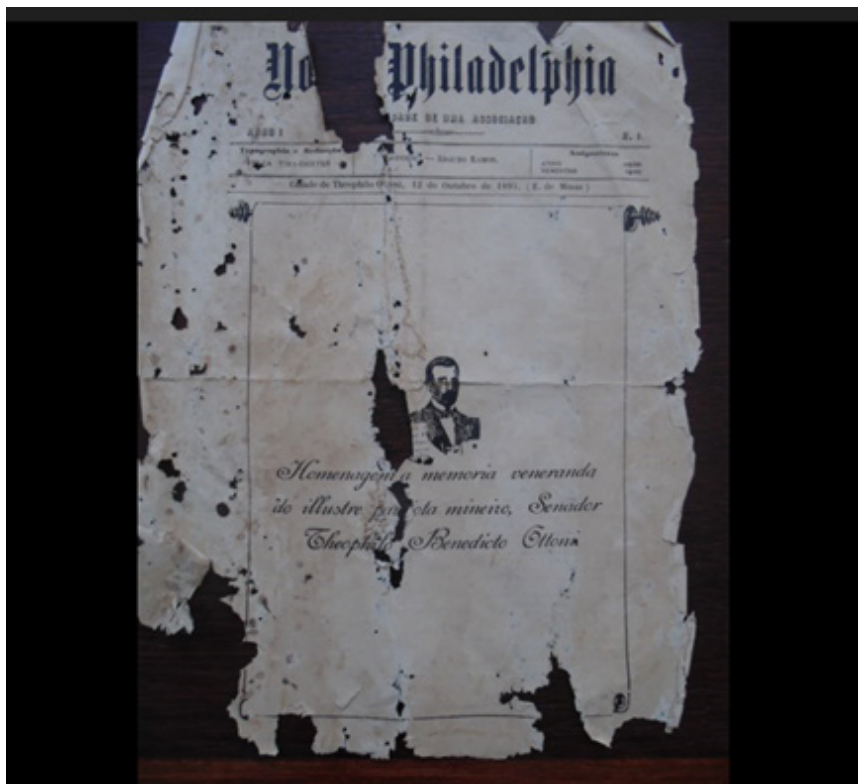
Polissêmica como toda construção mítica, a sequência dos marcos 1789 (Conjura Mineira)-1842 (Revolução Liberal) tem uma roupagem adaptada às diversas tendências políticas. Para os Liberais, e em certos momentos até para Conservadores, serviu de reforço ao discurso de uma província que era capaz de atender aos interesses do império, mas que tinha uma tradição de resistência latente. O nome de Ottoni passou a ser sinônimo de liberalismo, ora aproximando da monarquia, ora do republicanismo, assumindo um papel tão significativo que chegou a ser nome de jornal semanal de São José do Paraíso, com uma circulação relativamente duradoura, constando 35 edições. Pode-se identificar os elementos que particularizam a figura construída em torno do mito de Teófilo Ottoni. Muitos traços se aproximam de Tiradentes, outros assumem contornos próprios. Características que se imbricam e se ajustam, adaptados a novos anseios políticos que vão sendo assumidos com as novas realidades. A própria postura pública de Ottoni em vida contribuiu para essa construção, não só ao se espelhar em Tiradentes, mas pela própria posição ambígua, no que favorecia a diversas leituras políticas.

Nos moldes do mito em Tiradentes, Teófilo Ottoni vivia em constante ambiente de confronto. Aquele contra o despotismo português, o mineiro do Serro contra o império, consagrando a imagem de guerreiro incansável. E, semelhante ao conjurado, diante dos riscos vividos Ottoni carregava a

3 Jornal Colombo, 25.05.1873, APM.

expressão de grandeza, de gestos firmes, altivo e decidido. Atitudes que dão um colorido de nobreza ao procurar defender uma causa que não é pessoal, mas que seria em benefício coletivo. Encontrava no clamor popular, ou no que se imaginou ser esse apelo, o apoio que tinha igualmente Tiradentes, no que vai resultar a proximidade de Ottoni com os ideais democráticos. No entanto, comum no discurso político dos liberais do império, não houve clareza por parte de Ottoni quanto a quem deveria estar incluso nesse processo de participação popular.

Na condição de pertencente ao “caráter” mineiro, foi um continuador do sagrado princípio da luta em prol da liberdade, inserido dentro de um processo onde se viu o prolongamento das lutas realizadas em 1720 (Revolta de F. dos Santos) e 1789. Após sua morte, Teófilo Ottoni consolidou essa imagem no Vale do Mucuri. Foi marcante nas mobilizações lideradas pela elite local. Um dos primeiros registros dessas manifestações ocorreu no final do século XIX, quando da campanha de formação de um Estado federativo envolvendo o norte de Minas Gerais, o sul da Bahia e parte do Espírito Santo. Essa não era uma ideia nova, já havia sido proposta por Teófilo Benedito Ottoni em meados do século XIX, resgatada no final dos anos de 1800 pelos grandes produtores de café. A figura em torno do mito de Ottoni catalisou bem os interesses dos cafeicultores locais, que queriam pressionar o governo mineiro a investir maior recurso na região, especialmente a agilidade na construção da Estrada de Ferro Bahia e Minas.



Primeira página da primeira edição do jornal “Nova Philadelphia”, de 12 de outubro de 1895. Fonte: Centro de Documentação e Arquivos da UFVJM – Campus do Mucuri

3.4. T. Ottoni como um homem do seu tempo

Primeiramente, a ênfase dada ao liberalismo de Ottoni deve ser relativizada. Sem dúvida, ele pertencia ao Partido Liberal, mas o liberalismo no Brasil do século XIX era extremamente contraditório, pois havia enormes dificuldades em conciliar princípios básicos construídos na Europa. Como cumprir a liberdade jurídica em um país escravista? A economia brasileira se fundamentava na liberdade de mercado? Para Teófilo Ottoni não, pois a Companhia do Mucuri gozou de privilégios do Estado admitido a partir do próprio contrato de fundação. É só ler as “Condições para incorporação de uma Companhia de Navegação e comércio”, documento de 1847, onde são dadas pelo Estado concessões como o exclusivo de navegação no rio Mucuri, o monopólio de todas as comunicações das comarcas ao norte de

Minas Gerais por oitenta anos, o direito de, no fim de quarenta anos, receber do governo o valor de todas as obras que houvesse construído, dentre outras. Ou as propostas feitas por ele, em documento de 22 de setembro de 1847: “[...]deliberei-me, eu e meu irmão, o sr. Honório Benedicto Ottoni, a solicitar privilégios e isenções tais que facilitassem para o fim exposto a incorporação de uma Companhia”. Se o ministério liberal oportunizou tantas vantagens em 1847, um empréstimo pedido doze anos depois só não foi concedido porque o gabinete conservador de Ângelo Muniz não o autorizou. Um Estado centralizador como era o Império abria ou fechava as portas de acordo com suas conveniências, mas, certamente, suas mãos eram bem “visíveis”.

Outro mito também construído foi de que Ottoni era um democrata e que a colonização do Vale do Mucuri foi puro idealismo. Ora, somente homens que possuíssem renda mínima anual de cem mil-réis podiam votar. Esses escolhiam os eleitores, que por sua vez necessitava ter uma renda anual de duzentos mil-réis. Para ser deputado, a renda mínima deveria ser de quatrocentos mil-réis, e, senador, oitocentos mil-réis. O voto censitário colocava como eleitor apenas 2,5 % da população. Teófilo Ottoni foi deputado diversas vezes e concorreu ao senado outras tantas. Assim, não só comungava com a estrutura política excludente como usou dos seus meios até chegar a senador.

Por outro lado, é explícito o interesse econômico do liberal do Serro ao colonizar o vale do Mucuri. Nos seus relatórios são frequentes as propostas de ganho no comércio, aproveitando as dificuldades de transporte no Alto do Jequitinhonha. Quanto à instalação da Companhia do Mucuri é do próprio Ottoni que podemos retirar os seus objetivos: “O que fica dito basta para provar que n’um futuro muito próximo, às margens do Mucuri, ricas e povoadas, darão um desenvolvimento considerável à navegação e comércio do porto de São José, e **lucros seguros a quem tem o exclusivo desta navegação.**”⁴ . Ter a expectativa do lucro em um investimento é algo mais do que natural para um empresário. Como todo investimento tem seus riscos, sua projeção não foi aquilo que esperava, a Companhia faliu. É bom deixar bem claro que não estava em seus planos fazer daqui um oásis republicano para confrontar com o Império. Este sim, sabia dos ganhos ao ter uma região habitada e conseqüentemente controlada pelo Estado.

Foi abolicionista? Ottoni tinha escravos pessoais, alugou escravos para construção da estrada Santa Clara, como usou escravos ao longo de toda

4 OTTONI, T. B. Condições para incorporação de uma Companhia de Comércio e Navegação do Rio Mucuri, Rio de Janeiro, 1847. APM.

existência da Companhia do Mucuri. Os relatórios da Companhia deixam bem evidente isto. Condená-lo por isso seria o mesmo que criticar hoje um empresário que se utiliza do trabalho assalariado.

A Companhia estava “pujante de vida” quando foi encampada, justificando seu fechamento por razões de perseguições da oposição e do Império? É o próprio Ottoni que responde em do um dos relatórios: “[...] Devo confessar-vos que a decadência da povoação é a fiel imagem do distrito[...] A freguesia tinha em janeiro de 1858 mais de 5000 habitantes nacionais e estrangeiros, e hoje não tem 4000[...]”⁵. Na verdade, o crescimento da região ocorreu após o fim da Cia., o que pode ser constatado no Censo de 1872. Este registrou 6.864 habitantes, 876 casas e 46 negociantes em Filadélfia. Finalmente, outra afirmativa que contribuiu muito para fortalecer o mito Ottoni foi que ele enterrou toda sua fortuna na região, saindo empobrecido. Para ser senador, era preciso ter uma renda de 800 mil réis, quantia nada desprezível. O liberal do Serro foi eleito para o senado em 1863.

Algumas considerações

A reocupação do Vale do Mucuri, ocorrida ao longo do século XIX tem relação direta com o crescimento populacional em Minas Gerais no período. A presença de novos atores ocupando o nordeste mineiro, portanto, vinculase a uma reutilização dos espaços e suas atividades produtivas, mostrando o dinamismo na penetração do território mineiro e suas especificidades regionais. A partir desse processo histórico, o que deve ser analisado é um intenso deslocamento da população, especialmente do Jequitinhonha e norte mineiro, em busca de novas possibilidades produtivas.

Dentro deste contexto, Teófilo Ottoni teve um papel importante na ocupação do Mucuri, como tiveram outros diversos atores sociais. A desconstrução deste mito abre a possibilidade de nova perspectivas sobre a História regional no século XIX, principalmente a inserção dos múltiplos atores que fizeram parte do que a região é hoje. Evidenciar a figura de Ottoni como desbravador da região carrega um discurso que reflete, no campo das representações, o caráter autoritário da formação local, pois personifica arranjos que foram coletivos ao mesmo tempo em que ignora quem compõe as raízes locais, caso dos indígenas e negros.

5 OTTONI, Teófilo Benedito. Relatório apresentado aos acionistas da Companhia do Mucuri, p. 31, Rio de Janeiro, 1860. APM

CAPÍTULO IV

O DESENVOLVIMENTO DO MUCURI NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

4.1. O mercado interno e produção do café no Vale do Mucuri

Encapada e liquidada a Companhia, as fontes sobre a região do Mucuri vão rarear, pois os relatórios feitos pela empresa e pelo governo deixaram de ocorrer. Os mapas populacionais não fazem referência à região (MARTINS, 1994) e só se terá um documento oficial existente após 1862 com o Censo de 1872-73. Esse Censo, primeiro do Brasil, apontou em seus registros, o levantamento populacional, apresentou a totalização das atividades econômicas, do índice de alfabetizados, número de habitações e fogos.

Pelo Censo, o número de habitantes da paróquia de Filadélfia era de 6864, sendo 3952 casados, 3852 brancos e 2353 pardos, tendo 5769 analfabetos, havendo 138 das 1190 crianças frequentando as escolas. As casas e fogos totalizavam 876. Da população nacional, havia 8 baianos, 6 pernambucanos, 7 cariocas, 4 paulistas e o restante, 3705, mineiros. Dos estrangeiros, 1270 eram alemães (todos registrados como “acatólicos”) e 896 portugueses. Da população quanto à profissão, havia 6 religiosos, 1 jurista, 2 médicos, 2 farmacêuticos e 11 parteiras. Os militares totalizavam 128. Os negócios contavam com 46 comerciantes e caixeiros, e as costureiras e operários em

tecidos eram de, respectivamente, 489 e 319. Havia 31 trabalhadores em madeiras e 21 explorando metais, 6 operários em edificações. O número de lavradores é de 1941, sendo que destes, 1202 são estrangeiros. Os criados e jornaleiros totalizavam 1043.

Filadélfia apresentava um número de jovens de 0 a 20 anos em 46,61%, sendo que mais da metade era uma população entre 21 a 60 anos, 51,08%. O número de pessoas acima de 60 anos não chegava a 2%. Pode-se entender a partir desses dados que havia tanto um alto índice de mortalidade e natalidade, como um número elevado de migração pela quantidade de adultos entre 20 a 50 anos.

Pode-se destacar o crescimento populacional em 1872 se comparado com os registros realizados no início dos anos de 1860 feitos tanto pela Companhia do Mucuri quanto pelos relatórios do império. Estes documentos descreviam nos anos 60, a região como em crise. De uma freguesia que tinha 5000 habitantes em 1858, cai para 4000 em 1860, chegando a 2800 pessoas em 1862. Das 144 casas e 14 casas de comércio existentes em Filadélfia, havia, em 1862, a 105 moradias e 6 estabelecimento de negócios.

O Censo evidenciou um crescimento populacional acentuado não apenas pelo movimento migratório, mas também pela natalidade. Existiam onze parteiras na região, contra uma apenas no vizinho município de Capelinha, apesar deste ter, à época, o dobro da população de Filadélfia. Ou seja, este número elevado de parteiras sinalizava uma grande demanda, era uma população que aumentava. Da mesma forma com os seis operários em edificações, contra oito de Capelinha. No comércio registrou-se quarenta e oito comerciantes e caixeiros em Filadélfia, diante dos cinquenta e um existentes em Capelinha, apresentando uma intensa movimentação comercial.

Também se encontrou alternativa de exploração em outros setores produtivos, como é o caso da madeira, que, pelo Censo de 1872, contava com 31 trabalhadores no ramo. Essa atividade predatória foi, desde o início da reocupação, uma prática permanente, afetando não apenas o meio ambiente como também intensificando o choque entre colonizadores e indígenas.

O crescimento populacional tão expressivo esteve relacionado com o deslocamento de uma população vinda especialmente do Vale do Jequitinhonha e norte de Minas Gerais. Pelo Censo, o número de mineiros existentes dentro do universo dos nacionais era de 99,92%. Esse movimento, conforme já exposto anteriormente, já era uma tendência desde o início do século XIX. Nas matas do Mucuri se estabeleceu uma economia baseada na subsistência e no comércio interno (ACHTSCHIN E BARROSO, 2017). Porem, com a produção para exportação ganhou força ao longo da segunda

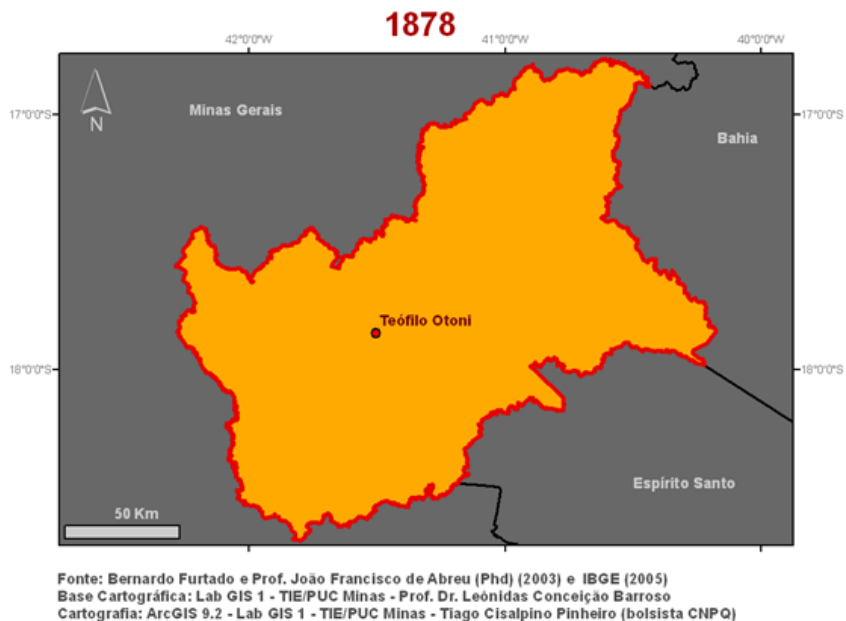
metade do século XIX.

A liquidação da Companhia dificultou o contato do Mucuri com os grandes centros, pois foi desativado o vapor Peruípe, ligando o porto de Santa Clara ao mar, e o vapor Mucuri, naufragado no Espírito Santo, que fazia a conexão de São José de Porto Alegre com o Rio de Janeiro. Apesar do seu funcionamento precário, a estrada Santa Clara permaneceu como principal meio de ligação das atividades regionais e das atividades exportadoras, ainda que de forma irregular.

Até então, a produção literária sobre o Vale do Mucuri tem considerado que, após o fim da Companhia criada por Ottoni, a região se baseou em uma economia de subsistência e de um comércio interno (ACHTSCHIN, 2008. RIBEIRO, 2013). Apesar da crise e fim da Companhia, o Mucuri tinha dentro de suas fronteiras um contingente populacional que passou a produzir com aproveitamento do seu mercado interno. O motor de superação da crise ocorreu no interior do sistema, já dando sinais de revigoração mesmo antes do fim da Cia. O próprio Teófilo B. Ottoni descreve em 1860, em relatório já reproduzido neste capítulo, que havia uma produção de 30 mil alqueires de milho, e 4 mil de arroz, vindos tanto de pequenos como de grandes proprietários, com engenhos de ferro horizontal, além de moinhos de milho e fábricas de fazer farinha.

Houve, conforme apontado anteriormente, um deslocamento da fronteira agrícola dentro da própria província mineira, um movimento autônomo, silencioso (tanto o império como o governo mineiro se recusavam a fazer investimentos em uma região que consideravam ser inviável economicamente), de uma população despossuída que no próprio espaço mineiro buscou alternativa de produção (RIBEIRO, 2013). Mas, paralelo à produção voltada para um mercado local, surgiu também gradativamente uma agricultura de exportação que ganhou força, especialmente no plantio do café. Tanto assim que passou à categoria de distrito em 1877, e emancipação em 1878. O município de Teófilo Otoni era então uma extenso território que correspondia praticamente ao que é hoje todo o Vale do Mucuri.

Grandes fazendas já existiam, chegaram junto com a Companhia do Mucuri:



Os srs. Dr. Manoel Esteves Ottoni, Joaquim José de Araújo Maia e P. Velloso são fazendeiros de grande força; o sr. José Ferreira dos Santos também possui a três quartos de légua de Filadélfia uma bela fazenda, onde, além de muitas plantações, tem um excelente engenho de serrar movido por água do ribeirão Todos os Santos.¹

Essas grandes propriedades certamente não tinham como destino apenas o abastecimento da população local. E pela tendência nacional, foi o café o impulsionador dessa produção para exportação. Segundo Godofredo Ferreira (1934), o café chegou junto com os primeiros colonos, em 1853 e era um produto explorado tanto por pequenos como grandes proprietários. O pioneiro da cafeicultura em grande escala foi a fazenda Itamunhec, em 1862(ACHTSCHIN E BARROSO, 2017). Outras grandes fazendas, segundo Godofredo Ferreira (1934), seguiriam os caminhos da Itamunhec, caso da Monte Cristo, Liberdade e São Benedito.

Mesmo com o transporte irregular e com dificuldades, os portos da Bahia continuaram a ser utilizados com o fim da Companhia do Mucuri

¹ NUNES, Sebastião Machado. Relatório para exm. Sr. Conselheiro Sergio Teixeira de Macedo, ministro e secretario de estado dos negócios do império, p. 65-70, Rio de Janeiro, 1859. APM

(ACHTSCHIN; BARROSO, 2017). A Estrada Santa Clara serviu como principal via no Vale do Mucuri até os anos de 1890, apesar da sua conservação pelo poder público não ter sido permanente. Por essa estrada, os produtos eram levados até o porto de Santa Clara. Daí, as mercadorias seguiam dois trajetos: um pelo rio Mucuri; “[...] e o outro seguindo até Goitezeros, e de lá, pelo rio Peruípe até a Vila de Viçosa ou Caravelas. Desses pontos, segundo o mapa, a comunicação era feita com o Rio de Janeiro ou Vitória por vapores” (ACHTSCHIN E BARROSO, p. 58,2017).

Em sua passagem na região, entre 1865 e 1866, o cientista canadense Charles Frederick Hartt reafirmou a presença de escoamento de produtos, tendo como porto São José de Porto Alegre, entre os quais “[...] café, algodão, pão-rosa [...]” (HARTT apud ACHTSCHIN E BARROSO, p.66, 2017), além de importar principalmente produtos secos. A entrada e saída de produtos pelo litoral era realizada no povoado de Santa Clara, impulsionando sua economia e favorecendo seu crescimento.

Segundo Márcio Achtschin e Leônidas Barroso (2017), provavelmente os depoimentos feitos por Hartt, que era geólogo, foram fundamentais para motivar o plantio do café no Mucuri. O canadense assemelhou muito à paisagem das fazendas do rio Paraíba do Sul, à época uma referência na produção de café no Brasil: “As colinas eram baixas e arredondadas [...] as duas regiões são rigorosamente idênticas no solo, topografia geral e clima. A região é coberta por uma densa floresta virgem[...]” (HARTT apud ACHTSCHIN E BARROSO, p.66, 2017). Fez elogios à fertilidade do solo na região de Urucu e à região de Filadélfia, apontando o Mucuri como uma das regiões mais férteis do Brasil:

[...] não posso deixar de exprimir a minha firme crença de que, tendo a natureza tão abundantemente favorecido o Mucuri, em dias não muito distantes vê-lo-ei regorgitando de gente e constituindo a principal via de comércio com o interior mineiro. (HARTT apud ACHTSCHIN E BARROSO, p. 67, 2017).

Foi grande impacto dos estudos de Hartt para motivar o plantio do café no Mucuri. Hartt especialista no estudo do solo e seu trabalho teve grande repercussão tanto no Brasil como no exterior. O que justifica ter ocorrido o investimento de produtores de outros locais na aquisição de terras na região, especialmente vindos do Jequitinhonha, ao longo da segunda metade do século XIX. Desses investidores, muitos já exerciam influência na política mineira, como a família Sá. Daí entender gastos públicos na região a partir da década de 80 do século XIX, em especial a Estrada de Ferro Bahia e Minas. À medida que crescia a necessidade da saída do café, a busca de melhoria da estrada Santa Clara e, posteriormente, a necessidade do surgimento de

uma ferrovia, vai ser tema central de debates. Estrangeiros como os irmãos Schroeder e italiano Domenico Campagnani, também se sentiram atraídos em aplicar suas fortunas no nordeste mineiro, especialmente pelo baixo custo da terra.

A imprensa da época apontava em números o crescimento da produção cafeeira na região:

Segundo a publicação de “O Cruzeiro” de 21 de agosto de 1878, havia uma produção cafeeira de 40 mil arrobas armazenadas desde a safra passada. Informava ainda o jornal que existem grupos de tropeiros que vivem do frete desse produto. Os dados do “Nova Philadelphia” registram o crescimento significativo no plantio de café, sendo que o jornal afirmou em editorial de 31 de maio de 1896 ter aumentado em dez vezes a sua produção. Em edição de 02 de fevereiro de 1896, indicou a previsão da safra de café em 250 mil arrobas². Em 25 de outubro registrou a safra de café no Mucuri em 300 mil arrobas e na edição de 06 de setembro, também de 1896, apontou para existência de mais de 10 milhões de pés de café na região. (ACHTSCHIN E BARROSO, p.57, 2017).

Importante ressaltar que nem todas as localidades do Mucuri foram impulsionadas pelo crescimento econômico regional. É o caso da colônia de Urucu. No relatório de 1871 do presidente de Província de Minas Gerais foi feita uma comparação entre a prosperidade da colônia de D. Pedro II, fundada pela Companhia e Indústria. Segundo o relatório:

a colônia de Urucu está em franca decadência, com a população de 436 pessoas, apenas sete eram brasileiros, não considerando os 31 militares ali instalados, onde se vivia basicamente da produção de subsistência. Segundo o relatório, os praças eram insuficientes para dar conta da “carrera dos selvagens”, os medicamentos estavam deteriorados, não existia capela e os edifícios estavam arruinados. (ACHTSCHIN E BARROSO, p. 94, 2017)

Ainda nos relatórios dos presidentes de província sobre a colônia de Urucu, havia uma permanente reclamação das dificuldades no escoamento dos produtos locais (ACHTSCHIN E BARROSO, 2017). Nas cartas de presidente de 1873 e 1875, foi registrada a pouca alteração populacional 441 (1873) e 446 (1875), na sua grande maioria, portugueses, holandeses e suíços³. Era, nesse momento, uma população com meia dúzia de fábricas de moer cana, duas oficinas de ferreiro e outras duas de sapateiros, cinco

2 O peso de uma arroba corresponde a 15 quilos.

3 Relatório apresentado à Assembleia Legislativa de Minas Gerais pelo presidente de Província Venâncio Jose de Oliveira, Ouro Preto, 1873. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa de Minas Gerais pelo presidente de Província Pedro Vicente de Azevedo, Ouro Preto, 1875. APM

casas de comércio, quatro olarias. Apenas 35 alunos estudavam em escola de primeiras letras.

4.2. A vida política na segunda metade do século XIX

São muito precárias as informações sobre a vida política em Teófilo Otoni e região até a República. O único relato da vida partidária local foi dado por Godofredo Ferreira (1934), citando características da região no Segundo Reinado através da memória e relatos de contemporâneos seu. Segundo Ferreira, encampada a Companhia do Mucuri, foi implantado um sistema colonial administrado por diretores indicados pelo governo. Esse sistema durou até a criação do município. Eram nomeados diretores de colônias, mas que, segundo Ferreira, os recursos eram muito pouco para trazer qualquer benefício de maior relevância.

Ainda segundo Godofredo Ferreira (1934), na região se reproduziu os mesmos conflitos existentes nacionalmente entre os partidos Liberais e Conservadores. Mas, com os escassos recursos do governo provincial e do império, as disputas locais foram de poucas proporções. A ascensão de um partido representava perseguições e demissões do opositor, seguido de nomeação de parente e amigos para ocupar os cargos vagos. À época, o partido Liberal tinha como liderança em Teófilo Otoni o coronel Antônio Soares da Costa, aliado ao capitão Leonardo Esteves Ottoni, Onofre Esteves Ottoni, Antônio Vieira Ottoni, José Jerônimo de Castro Pires, os irmãos Altino, João e Olympio Soares da Costa, dentre outros. O partido Conservador tinha a orientação do coronel Antônio José da Costa Ramos e a participação de João Antônio de Campos e o filho Arthur Campos, major Dantas de Carvalho, Henrique Schroeder e outros. Em 1881, o município contava com 28 eleitores e em 1885, ainda segundo Godofredo Ferreira, esse número cresceu para 61.

A relação entre Conservadores e Liberais era muito polarizada, segundo relatos de Godofredo Ferreira. Aponta (sem citar data), por exemplo, a venda sem autorização de um terreno feita pela Câmara Conservadora. A Câmara foi suspensa pelo presidente de Província (cargo correspondente hoje ao governador de estado), assumindo o controle os liberais. Houve forte resistência dos conservadores que foram reintegrados, mas com a presença de tropas do exército.

Das poucas notícias locais dadas pela imprensa mineira desse período, o que foi noticiado foi desvio de verba pública, em 1883. Nos raros recursos do governo destinado à região, para reforma das pontes de Urucu e Poton, as obras foram alvo de denúncias de desvio. A denúncia foi noticiada pelo “Jornal do Comércio” de 06 de julho de 1883 e pelo periódico “A Província

de Minas”, na edição de 28 de dezembro de 1883, e submetida a amplo debate entre os deputados estaduais mineiros envolvendo conservadores e liberais. Em discurso reproduzido pelo jornal, o deputado Xavier da Veiga denunciou no que chamou a “patota da estrada e das pontes” e envolve o presidente da Câmara Municipal de Teófilo Otoni, Antônio Soares da Costa, denunciado por receber em duplicidade por obras no trecho da Santa Clara que ligava Teófilo Otoni à colônia de Urucu (ACHTSCHIN E BARROSO, 2017).

Com a chegada da república, em 1889, a grande maioria dos vereadores se opuseram à manifestações de apoio ao novo governo. Os grupos políticos locais percebiam na república um governo fraco e que não teria continuidade. De acordo com Godofredo Ferreira, havia uma dose de receio, tanto pelos riscos de perder o poder quanto pelo pragmatismo de apoiar uma república que “[...] poderia não vingar” (FERREIRA, p. 143, 1934). Houve, inclusive, uma tentativa de dois vereadores em enviar comunicado de apoio ao governo empossado provisoriamente em 1889, resultando em grande resistência por parte dos outros legisladores. Diante do impasse, foi enviado um telegrama congratulando o novo governo e informando que a ordem não foi alterada na região. Ferreira ainda destacou o perfil dos políticos da região, com forte tradição que foi continuada ao longo dos tempos: “. . .tinham horror ao sacrifício das posições e dos interesses pessoais em holocausto aos princípios, aos programas claros” (FERREIRA, p. 144, 1934).

Essa recusa à vida republicana e a resistência à mudança foi resultado de uma formação fortemente marcada pela manutenção de uma política construída pela violência e pelo isolamento. A formação social, política e cultural da região do Vale do Mucuri provoca necessariamente a reflexão do que somos a partir da construção da nossa história. Passado que determinou especificidades, heranças de uma região que conservou traços marcantes, mas pouco visíveis através dos seus registros históricos, quase nunca incluindo atores múltiplos e raramente evidenciando fatos necessários.

4.3. Os trabalhadores rurais e a grande lavoura

Com a prosperidade do grande produtor agrícola, as tensões sobre o controle da terra intensificaram. As regiões ocupadas por posseantes e as reserva indígenas foram incorporadas pelo fazendeiro. O recurso usado nessas práticas era a violência.

Predominou nos latifúndios do Vale do Mucuri, em um primeiro momento, o trabalho escravo, conforme será estudado no Capítulo VI. Mas a reocupação ocorreu em um momento que a escravidão estava sendo abolida. A alternativa foi substituir pelo regime de agrego no trabalho do campo. Para

Leandro Braga (2008), os agregados eram, na sua maioria, homens pobres que trabalhavam em serviços manuais de uma fazenda. Segundo Maria Lúcia Lamounier (2007), os agregados, por não terem posse, utilizavam as terras marginais da fazenda, onde plantavam seu sustento. Em contrapartida, desempenhavam atividades na produção, administração e na segurança das fazendas.

Para Flávia Gieseler de Assis (2007), agregado é o trabalhador menos visível, diferente do escravo ou assalariado. Dificulta ainda mais essa identificação por estar coberta por uma relação que aparenta o favor. Mas, para Assis há um forte controle senhorial nesse processo, pois existe nesse contexto, uma obrigação e não uma relação espontânea. Diante de uma política tradicionalmente patrimonialista já enraizada na segunda metade do século XIX, os direitos eram substituídos pelo favor. O agregado se associava ao proprietário diante da necessidade de sobrevivência. Por sua vez, os proprietários construíram nessa exploração uma política forjada no favor. Citando Slenes, Assis registra que não foi incomum a “fuga” de agregados, o que deixa evidente a ausência de liberdade.

De um modo geral, a literatura trata a relação de agrego como sendo marcada pelo mando e violência (QUEIROZ, FRANCO, VIANNA apud RIBEIRO, 2013). Tendo grande controle desse trabalhador, o fazendeiro fazia o uso da força, não só na exploração econômica, mas também em relação ao controle político.

O agrego fez parte de um sistema de poder doméstico, foi muito dependente do mando pessoal, resultava de acordos pessoais intransferíveis, era muito relacionado às personalidades dos sujeitos que os criavam, que grande parte das vezes poderiam reconstituí-lo, embora para isso sempre devessem obedecer a um princípio básico: o agregado aceitava o mando, que compreendia um certo conjunto de favores e deveres (RIBEIRO, p. 225, 2013).

Segundo Ribeiro (2013), o agrego era aquele que utilizava a terra para produzir alimentos e extração de matérias-primas, mas não era proprietário. Quem detinha a posse era o fazendeiro, que estabelecia uma relação de reciprocidades, tendo as duas partes (fazendeiros e agregados) direitos e obrigações.

Pelo Censo de 1872-73, no Vale do Mucuri, o número de lavradores era de 1941, sendo que destes, 1202 são estrangeiros. Já os criados e jornaleiros totalizavam 1043. Ou seja, quanto ao trabalho livre, havia uma parte de posseantes, outra de agregados, uma vez que inexistia na região, e em quase todo o Brasil, o trabalho assalariado. Qual era a composição provável desse trabalhador agregado na região?

A população existente era majoritariamente composta de mestiços, afrodescendentes e indígenas, todos em grande desvantagem nessa relação com o fazendeiro. O posseante, que desbravou as fronteiras agrícolas, sem recursos de explorar o solo esgotado ou pressionado pelo latifundiário, vai se sujeitar ao agrego. Por sua vez, o indígena vai tendo sua reserva incorporada à fazenda, sem mobilidade e sem controle do seu espaço geográfico. Os únicos que conseguiram sobreviver foram aqueles que buscaram refúgio nas cabeceiras dos rios, parte da região com mais doenças e terrenos menos férteis, caso dos Maxakali.

Outro trabalhador que vai corroborar que o sistema de agrego são os grupos que se deslocam em função das secas nordestinas. A chegada de retirantes no final do século XIX foi grande. O periódico “O Mucury” de 01 de outubro de 1899, afirma que “[...] não passa um só dia sem que magotes de famílias atravessem a região [...] dez e mais pessoas [...] que se internam pelas matas”. Porém, os nacionais que chegam, normalmente retirantes do norte acossados pela seca, vêm para serviços temporários.

Com essa relação tão desigual não existia base de reciprocidade, pois o agregado pouca ou nenhuma moeda de troca tinha para negociar com o fazendeiro. E em torno dessa grande propriedade se construiu uma sociedade complexa e controlada pelo grande proprietário:

Uma grande fazenda típica da bacia do Mucuri, na virada do século XIX para o século XX, era composta de centenas de alqueires divididos entre roças, pastos, malas e posses de agregados, espaço em torno do qual gravitavam, frequentemente 50 ou 60 famílias sob o domínio patriarcal do “coronel”. (MARTINS, p. 61, 2010).

Esse cenário foi favorecido pelo pouco contato ocorrido entre o Vale do Mucuri e o grande centro até o final do século XIX. Esse isolamento regional acrescido à violência potencializou o mandonismo do fazendeiro local, enraizando um modo de fazer política que “[...] permaneceu vivo até começos do século XXI.” (RIBEIRO, p. 173, 2013).

Se e como ocorreram manifestações por parte dos agregados diante da exploração e do mando dos grandes proprietários, ainda são escassas as fontes para uma afirmativa segura. No entanto, com a chegada de novos grupos, quer seja para trabalhar na EFBM, quer seja para a colheita de café, despertou inquietações nos grandes proprietários quanto às novas formas de relações trabalhistas que estavam surgindo.

Havia uma preocupação do fazendeiro do Vale do Mucuri em conter o valor do salário pago naquele momento, especialmente aos trabalhadores brasileiros. Em 07 de junho de 1896, o periódico teófilo-otonense “Nova Philadelphia” apontou como solução o que denominou de “convênio”,

propondo aos fazendeiros que evitem a competição entre si em busca de trabalhadores no café: “Imponham um preço uniforme ao camarada e não deem tréguas ao vadio, para o que poderão encontrar apoio na lei e se não encontrarem, façam mão forte, pois é caso de salvação pública[...]”. Outro periódico, “O Mucury”, recomendava que não dessem esmola aos retirantes da seca que chegavam na região, mas que se estimulasse o trabalho pagando pouco, pois “[...] a distribuição de esmola é um sistema péssimo e serve somente para acostumar ainda mais este povo, cuja índole é preguiçosa por natureza, a viver sem trabalho” (10/09/1899).

A tendência do cafeicultor de São Paulo de encontrar nos europeus, especialmente italianos, justificada pela carência de mão-de-obra vai refletir também em Teófilo Otoni e vizinhança. A primeira leva é muito comemorada na edição de 29 de março de 1896 pelo jornal “Nova Philadelphia”, destacando que são homens “válidos e aptos para todo gênero de trabalho. . .” e que os imigrantes vindos da Velha Bota trazem “[...] o ar prazenteiro que em todos os rostos divisamos[...]”. O jornal noticia a chegada de 14 famílias de colonos italianos, totalizando 50 pessoas, para trabalhar nas fazendas cafeeiras locais. A vinda de mais 91 italianos é publicada em 17 de maio de 1896 pelo “Nova Philadelphia”. Usando como pretexto a falta de mão de obra, há no discurso da elite muito mais um reforço ao projeto de branqueamento na formação da população regional. Na realidade, o “grosso” da força de trabalho era originária dos brasileiros empobrecidos da região, explorados no limite pelo sistema de agrego.

Algumas considerações

Esse recorte temporal, entre 1860 até o final do século XIX, é fundamental para entender a formação da sociedade do Mucuri. Acompanhada da reocupação predatória e violenta, outro elemento definidor das relações sociais e políticas foi o autoritarismo, resultado do isolamento da região nesse período. Em 19 de abril de 1896, o “Nova Philadelphia” reproduziu essa realidade: “[...] quando o governo, mais solícito do que tem sido, atender aos reclamos desta população, *confinada há 30 anos nas margens do Mucuri* [grifo meu], como se fosse uma população de párias votada à execração nacional.”

Diferente da produção historiográfica sobre a região, ainda que houvesse uma composição de pequenos e médios agricultores, a produção cafeeira se estabeleceu ao longo da segunda metade do século XIX e foi determinante para formação da sociedade regional. Com o fim da Companhia do Mucuri, a autonomia do grande proprietário diante da frágil presença do Estado na

região fez do modelo de trabalho baseado no agrego não apenas uma forma ainda mais acentuada na exploração do trabalhador, mas também de grande autonomia na vida política.

São relações de poder que se conservaram e preservam até os dias de hoje características fortemente marcadas pelo mandonismo e personalismo na vida pública, favorecendo práticas autoritárias e patrimonialistas. Enquanto que a tendência dos grandes centros brasileiros era de, ao longo do século XX, o mandonismo desaparecer “à medida que os direitos civis e políticos alcancem todos os cidadãos” (CARVALHO, 1997) na região ganhou autonomia, conseguindo caminhar no Segundo Reinado, durante toda a Primeira República e resistiu até mesmo à penetração de práticas e valores capitalistas.

CAPÍTULO V

RESISTÊNCIA E MASSACRE INDÍGENA NO MUCURI

Para Eduardo Ribeiro (2013), a história indígena no Vale do Mucuri é uma “[...] narrativa de massacre” (RIBEIRO, p. 62, 2013). Houve uma forte resistência por parte dos povos originários da região contra a reocupação ocorrida a partir do século XIX, resultando no extermínio de grande parte dos índios. Ainda no período colonial, em 1808, o governo português determinou guerra aos Botocudos. Já após 1822, a estratégia foi de criar quartéis como métodos de guerra para a reocupação do nordeste mineiro. Segundo Eduardo Ribeiro, não apenas com ações, mas também com omissões, reagiu o poder público diante da brutalidade realizada contra os índios. Fechava-se os olhos para as diversas denúncias de matanças e chacinas ocorridas ao longo do dezenove.

Os botocudos foram os mais atingidos pela ocupação da Companhia do Mucuri, apesar da proposta de Teófilo B. Ottoni de não agressão aos nativos. Teófilo Ottoni apresentava em discurso a relação pacífica com os indígenas, o que já não era uma novidade no período, já propagados por José Bonifácio que defendia o uso de “[...] métodos brandos para civilização dos nativos ainda em estado selvagem[...]” (OLIVEIRA, p. 19, 2009). Mas por diversas vezes Ottoni afirmava a necessidade de força policial contra os botocudos, especialmente quanto à preservação da propriedade e os bens nela produzidos.

Apesar do discurso pacifista de Ottoni, com as atividades da Companhia do Mucuri na região, o aparecimento de conflitos era uma questão de tempo. Segundo Márcio Achtschin e Leônidas Barroso (2017), já na abertura da estrada Santa Clara a resistência de alguns grupos indígenas se anunciava. Teófilo B. Ottoni relatou que os Jiporoks estavam querendo “[...] assassinar os capitães de Filadélfia a fim de não haverem mais estradas[...]” (OTTONI, p.68, 2002). Ottoni também descreveu a reação do cacique Pojichá em 1857 bradando contra uma escolta nas margens do rio Todos os Santos: “Não quero estrada nas minhas terras” (OTTONI, p. 79, 2002).

A construção da estrada por diversos momentos aproveitou antigas trilhas indígenas (ACHTSCHIN E BARROSO, 2017) e esses caminhos dirigiam-se para espaços de uso e convivência dos botocudos. Foi o que ocorreu em 1853, quando Teófilo B. Ottoni, ao buscar melhor traçado para a 2ª seção da estrada Santa Clara acabou por ter o trajeto cortando exatamente uma aldeia Pojichá. Diante da reação indígena, Ottoni manteve a trajetória da estrada cortando a aldeia, negociando com o Capitão Pojichá essa autorização em troca de ferramentas. Era uma alternativa temporária, adiando conflitos que não tardariam a ocorrer.

De acordo com Márcio Achtschin e Leônidas Barroso:

Nos primeiros anos, essa forma de ocupação de terras indígenas através da troca de objetos foi uma prática utilizada frequentemente. Por meio de acordos, no qual se estabelecia o território a ser ocupado por cada tribo indígena, foram sendo definidos os chamados aldeamentos. Mas os pactos eram frequentemente quebrados, e para obter novas terras voltava a se negociar. Passado os anos, esse toma-lá-dá-cá se esgotou. Espaços cada vez menores nos aldeamentos e a intolerância de novos acordos por parte dos colonos fez explodir os conflitos. (ACHTSCHIN E BARROSO, p. 75, 2017).

O diretor-geral Antônio Luiz de Magalhães Musqueira descreveu a realidade que viviam os índios no Mucuri em 1871:

A invasão sempre crescente dos colonos posseiros nas terras ocupadas pelas tribos indianas, apertando-as cada vez mais em um círculo de ferro, privando-as da extensão precisa para proverem a sua alimentação cotidiana na pesca, na caça e nos frutos espontâneos da natureza, de um lado, e por outro a nenhuma ideia do que seja propriedade particular, nem alguma outra instrução moral, senão instinto de conservação e de reprodução: o furor de se verem espoliados dos lares habitados por seus avós, desde tempos imemoriais, a dor e o desejo de vingarem os seus companheiros exterminados, todas essas causas deveriam trazer, e trouxeram, um estado de agitação sempre crescente entre os índios e os colonos naquela parte da província. (MUSQUEIRA apud ACHTSCHIN E BARROSO, p. 76, 2017).

A reação dos indígenas ficou marcada na memória dos colonos. Contados

de geração a geração, trazia pânico aos posseiros a cada relato da violência dos botocudos, construindo a imagem de “índios criminosos” (MATTOS, 2004). Caso citado por Lallemand, de certo Vidal, morto junto com mais onze de sua família pelos índios. Ou um dos pontos da estrada Santa Clara destacado no relatório de Sebastião Machado Nunes, chamado Jacupemga, “[...] de tão lúgubre celeridade pelo morticínio que praticaram os selvagens na família do colono José Coelho Vaz[...].” (LALLEMANT, p. 87, 1980).

Esses relatos ficaram vivos na lembrança da população, contados de geração a geração, como reproduz Godofredo Ferreira, quase cem anos depois:

Perto de Santa Clara, distante mais ou menos 33 quilômetros, no lugar que se dominava ‘Jacupemba’, massacraram uma família portuguesa, totalmente. O chefe dessa família era negociante. Os bugres saquearam a sua casa comercial, espalhando toda a sorte de objetos, como sejam fazendas, etc, pela mata à dentro e roubaram o dinheiro encontrado. A fazenda do sr. Antonio Dias Araújo, na Planície, poucos quilômetros de nossa cidade, foi atacada muitas vezes – não podendo o seu proprietário desenvolver e tratar convenientemente a lavoura que era uma das mais prosperas da colônia. . . (FERREIRA, p. 29, 1934).

Pouco contado, no entanto, que grande parte desses ataques indígenas era em resposta à violência que sofriam no cotidiano. Eduardo Magalhães Ribeiro (2013) aponta os abusos dos colonos que invadiam os territórios dos índios, transformavam grupos inteiros em escravos, ou que abusavam sexualmente de suas mulheres. As reações eram as mais variadas, desde agrupamentos para revidar o ataque até o abandono das terras para lugares mais seguros. O relatório do presidente de província de 1862, diante da morte de um escravo de Joaquim José Fernandes por indígenas, retratou uma dessas reações: “Esse fato renovou a lembrança, ainda recente, dos sinistros acontecimentos de Jacupemba, e produziu um tal terror entre os colonos, que 20 famílias retiraram-se abandonando suas plantações¹”. Nas lembranças fortaleciam também os embates vitoriosos dos colonos contra os indígenas, como o ocorrido na fazenda Liberdade, localizada hoje no município de Teófilo Otoni, no final do século XIX, onde indígenas atacaram a propriedade e foram acuados e mortos pela tropa vinda da então Filadélfia.

A cada ação indígena contra os colonos, muitas vezes violenta, havia uma reação de igual ou pior proporção. Em relato, Godofredo Ferreira detalha especialmente a reação aos ataques dos nativos no início da colonização do

1 Exposição que ilmo. Joaquim Camilo Teixeira da Motta apresentou no ato de passar a administração da província de Minas Gerais, Ouro Preto. 1862. Brazil.crl.edu/bsd/bsd/263/000004. Acesso em 11 de dezembro de 2016.

Mucuri:

Naturalmente, cada ocasião de um desses ataques e assassinatos, reuniam-se os vizinhos das vítimas – seguiam no encalço dos botocudos fazendo em suas fileiras verdadeiras hecatombes. Dessa maneira, acossados de todos os lados pelos civilizados que se defendiam de suas ferozes e traiçoeiras investidas, foram se retraindo e desaparecendo (FERREIRA, p.30, 1934).

Segundo Ribeiro (2013), se a violência contra os indígenas tinha o reconhecimento oficial, outra iniciativa, a privada, foi tanto ou mais brutal e de maior alcance. Envolvia interesses pessoais para ocupar terras, no que resultou em “[...] uma população acossada, em rápida redução e a caminho da extinção” (RIBEIRO, p. 67, 2013). Todo o tipo de estratégia era utilizado para acabar com os nativos, como uso de roupas infectadas de doenças como sarampo e cólera, o que levou à morte aldeias inteiras.

A ocupação do território brasileiro manteve como um dos traços marcantes a violência. Porém, o que particulariza as relações no território do Mucuri é o discurso civilizatório construído a partir do neocolonialismo e abraçado pelo Império brasileiro. Somado a esses aspectos mais sofisticados, as matas da região eram fronteiras onde, apesar do esforço, o Estado pouco alcançava. Portanto, a penetração de colonos naturalizou a violência tanto incorporado pelo discurso civilizatório como pela própria forma de penetração conflituosa. Essa violência recaiu especialmente, mas não exclusivamente, contra os primeiros habitantes da terra. O enfrentamento entre indígenas e ocupantes do Vale do Mucuri foi o ponto central das tensões.

Várias estratégias foram utilizadas contra o indígena. Eduardo M. Ribeiro (2013) aponta três movimentos que incorporaram o combate ao indígena. O primeiro foi a repartição da mata, tendo a presença de quartéis, protegendo a penetração de agricultores e pressionando o indígena a ocupar espaços cada vez menores. Essa ação contribuía para os conflitos entre os próprios grupos nativos, como também favorecia o controle do território ocupado.

No segundo movimento, ainda segundo Eduardo Ribeiro, carregava uma maior sutileza, qual seja, a modificação do hábito indígena da coleta para o ensinamento das práticas agrícolas. Ofertando alimentos, roupa, cachaça em troca de trabalho, o ganho era duplo: a terra disponível e a força de trabalho barata do indígena. Para Eduardo Ribeiro “...Fazer o índio trocar a coleta pela lavoura regular foi a vitória mais espetacular dessa guerra” (RIBEIRO, p. 96, 2013).

O terceiro movimento de combate ao indígena foi o de arrancar sua cultura, instituindo a língua portuguesa, os princípios cristãos. Daí contribuiu

para o que Ribeiro chama de “desbotucudização”. Além dos quartéis, os aldeamentos, que instituíam entre os índios o casamento, o batismo, os cultos.

Eduardo Magalhães Ribeiro (2013) considera que ocorreu uma verdadeira guerra de extermínio diante do interesse crescente das terras do Mucuri. Acuados em aldeamentos cada vez menores, a busca de alimentos passou a ser onde tem abundância. As grandes plantações e as criações de animais eram a alternativa mais visível para os indígenas. Valores e necessidades diferentes, o resultado era previsível.

Exemplo do desdobramento desses interesses antagônicos foi descrito pelo padre Samuele Cultrera (2001) na fazenda Liberdade, de propriedade do Capitão Leonardo Ottoni. Segundo Cultrera, era uma extensa propriedade com grande número de escravos, permanentemente visitada pelos Pojichás, que acabavam por alimentar com a produção existente. Diante das repetidas investidas dos índios na fazenda, a esposa de Capitão Leonardo convidou indígenas para uma farta refeição regada de cachaça e carne, dentro de um terreiro com muro alto. Com a movimentação intensa de escravos e agregados, as mulheres voltaram para a mata, atitude recusada pelos homens. Logo começou o que Cultrera chamou de carnificina. Foi fechada a porteira e com tiros de fuzil realizados por pistoleiros foram executados dezenas de indígenas.

Novas investidas nas fazendas, mais violência contra os indígenas. E novamente os Pojichás, mesmo grupo que tiveram suas terras invadidas para a passagem da estrada Santa Clara. O diretor geral dos índios em Minas Gerais, Antônio Luiz de Magalhães Musqueira, em documento enviado ao presidente de Província em 1871² descreveu um esse outro massacre ocorridos no Mucuri. A chacina ocorreu próximo ao quartel de Urucu, em 30 de junho de 1871, envolvendo um grupo de soldados e civis. Contratado por um fazendeiro a um conto de réis, chegou, vindo do Jequitinhonha, o subdelegado de polícia Joaquim Martins Fagundes. Ele havia recebido a nomeação do ministério da Agricultura para ser o “pacificador” dos índios do Mucuri. Fagundes já havia sido denunciado por um massacre contra a tribo de São Miguel, ocasionando mais de 30 mortes, inclusive crianças.

No dia 30 de junho ocorreu o massacre. A estratégia mais uma vez foi matar duas rezes e convidar os índios. O comandante do quartel militar de Urucu participou da chacina, argumentando que responderam ao ataque. Mataram, com a participação de Fagundes, 9 homens, 7 mulheres e 5 crianças

2 Relatório à Assembleia legislativa provincial de Minas Gerais no ato de abertura de sessão ordinária o vice-presidente Francisco Leite da Costa. Ouro Preto, 1871. Brazil.crl.edu/bsd/bsd/478/ Acesso em 10 de dezembro de 2016.

entre 9 e 10 anos. Este número foi contestado pelo diretor de Índios do Serro, Augusto Benedito Ottoni, que identificou 41 mortos de ambos os sexos e idade. Augusto Ottoni descartou também o argumento de o revide ao ataque, por não ser prática entre índios levar mulheres e crianças ao combate.

Diante das matanças, o único esboço de intervenção do governo foi sugerir as catequeses com a presença de missões religiosas. O que se efetivou com a chegada dos padres cappuccinos na região, em 1873. Foi determinante para o esvaziamento da cultura indígena no Mucuri a criação do aldeamento de Nossa Senhora dos Anjos de Itambacuri pelos frades capuchinhos “. . . localizado a 36 km ao sul de Filadélfia” (MATTOS, p. 271, 2004). Segundo Teófilo Carlos Oliveira (2009), a partir do processo de catequização, diferentes grupos de nativos foram atraídos para o aldeamento. De acordo com Eduardo Ribeiro (2013), a estratégia dos padres católicos se baseava no tripé educação, religião e produção para ser cristão.

Para Izabel M. Mattos (2004) a estratégia mais comum usada pelos padres para atrair os indígenas era a distribuição de presentes, como roupas, objetos e mantimentos. Mas também os Capuchinhos adotaram formas punitivas como aprisionamentos e castigos físicos. Gradativamente eram incorporados valores ocidentais, especialmente o universo cristão e os seus sacramentos, marcando um processo excludente de integração, como novas estruturas sociais produzidas e afastando dos nativos toda a sua cultura. O aldeamento cresceu nos anos que seguem sua fundação. De acordo com Izabel Mattos (2004), em 1887 já existiam 2002 habitantes indígenas em Itambacuri. No final da década de 1880, já haviam mais de 3 mil no aldeamento dos Capuchinhos (RIBEIRO, 2013).

Mattos (2004) chama a atenção que, a princípio, o lugar se tornou um espaço de exílio e boas expectativas tanto para missionários como indígenas que sentiam todos os efeitos do contato com os grupos que chegavam ao Mucuri. De acordo com Teófilo Oliveira (2009), a presença do aldeamento também atendia os interesses do Estado, que ampliava o domínio territorial do império e abrandava as tensões entre índios e colonos. Por sua vez, para os fazendeiros, interessados na ampliação das suas terras, tinham disponíveis mão-de-obra barata com a aculturação indígena. Assim, havia a “[...] desinfestação das terras de matas e o ‘expurgo da gente das matas’, revertendo as terras em produtivas e os segundos em produtores disciplinados[...].” (OLIVEIRA, p. 19, 2009).

Mas esse processo também gerou em tensão entre fazendeiros e padres do aldeamento, ambos em disputa do trabalho indígena. Segundo Mattos (2004), iniciou uma rede de intrigas, capitaneada por Leonardo Esteves

Otoni, com a finalidade de escravizar os índios. O frei Serafim de Gorízia denunciava os artifícios de roceiros e fazendeiros que “[...]atraíam os índios, empregando-os nos serviços pessoais em troca de aguardente[...]” (MATTOS, p. 319, 2004). Por sua vez, também os padres sofriam as mesmas críticas dos opositores, como do senador Cristiano Otoni, que afirmava sobre o trabalho de catequese em Itambacuri: “aldear os índios para lucrar com o trabalho de seus braços não é catequizá-los, é escraviza-los” (MATTOS, p. 319, 2004).

Ainda que alguns grupos indígenas tenham se integrado ao aldeamento em Itambacuri, outros foram extremamente resistentes à missão, caso dos Cracatã, Potão e, especialmente, os Pojichás. Estes considerados como “. . . um dos maiores impedimentos para o desenvolvimento da ‘indústria e do comércio’ locais[...]” (MATTOS, p. 322, 2004). Mas a violência e os massacres ofereciam poucas alternativas aos que sobreviveram. Foi emblemático o reconhecimento da derrota quando os antes bravos Pojichás se entregaram ao aldeamento de Itambacuri, em 1888. Sem espaço para sobrevivência, famintos, sofrendo ataques constantes e boa parte da população dizimada, foram retirados das matas pelo frei Serafim: “A entrada dos índios Pojichás em Itambacuri constituiu, sem dúvida, um grande triunfo [...] a vasta região do Mucuri estava agora livre de incursões, massacres e depredações[...]” (PALAZZOLO, p.210-211, 1954). ”

Segundo Izabel M. Mattos (2004), com o passar dos anos, os frades capuchinhos procuraram outras estratégias para trazer os indígenas para o mundo “civilizado”. As dificuldades com a catequese eram visíveis e os religiosos entendiam ser a mata a principal responsável para a vida sem controle e errante que viviam os nativos. A recusa para uma passagem ao mundo ocidental desgastou e gerou tensões entre a Igreja e os indígenas.

Uma alternativa para solucionar esse quadro foi ampliar as áreas agricultáveis, trazendo colonos pobres para se juntar aos botocudos. Aos poucos, segundo Izabel M. de Mattos (2004), o aldeamento em Itambacuri se ampliou, recebendo os “nacionais pobres” e estimulando a aproximação desses colonos com os indígenas. Mas, as ações realizadas pelos religiosos acirraram ainda mais os ânimos no aldeamento. As reações com o processo civilizatório foram frequentes, quer seja por razões materiais, como epidemias, quer seja pela forte presença do universo sociocosmológico indígena.

Diante dessa situação, as tensões eram cotidianas. Até culminar na mais expressiva revolta desses indígenas, ocorrida em 1893. Em uma ação violenta, aproximadamente 800 indígenas feriram missionários e destruíram casas e plantações (MATTOS, 2004). Foram armadas expedições como represália. Muitos indígenas morreram, outros retornaram às matas. O impacto após a

revolta de 1893 não foi pequeno. Após três meses, restavam 642 indígenas em Itambacuri (MATTOS, 2004). Em torno de 300 índios foram mortos (MORAES, 2018). No aspecto simbólico, a imagem dos botocudos ficou ainda mais arranhada, culpados pela afronta contra os padres. A língua nativa foi proibida de ser falada. De acordo com Wallace Gomes Moraes (2018), a revolta indígena ocorrida em Itambacuri gerou um sentimento de culpa, desdobrando em uma reação de desprezo à própria identidade e a negação de suas origens.

Ao chegar a república, pouco restou dos indígenas nas matas do Mucuri (RIBEIRO, 2013), tomados pelo álcool e pelas doenças. De acordo com Geralda Chaves Soares (2010), esses grupos, para a sobrevivência, tiveram de abandonar a condição de ser índio. Eduardo Magalhães Ribeiro (2013) chama a atenção para o fato de que a morte do indígena não se deu apenas no extermínio, mas também no presença violenta da cultura ocidental no cotidiano, na destruição cultural do nativo através “. . . do mando do patrão no trabalho na lavoura, a opressão da patroa na cozinha da casa de sede, o poder dos fazendeiros nas relações marcadamente desiguais da agregação” (RIBEIRO, p. 69, 2013). Segue Eduardo Ribeiro apontando que:

[...] pouco comentados e menos destacados ganhariam ainda porque ao final desse combate o resultado não se contaria pelo número de mortos, mas, sobretudo pela quantidade de antigos índios que se tornariam brasileiros vivos agrilhoados ao trabalho e à terra alheia. Os sobreviventes da guerra na mata, provavelmente uma grande parte dos índios do Jequitinhonha e Mucuri, viveram um massacre muito mais sofisticado: foram obrigados a aceitar a civilização (RIBEIRO, p. 70, 2013).

Se parte dos indígenas foi morta, outra parte ocupou as mais diversas funções na economia, especialmente como trabalhadores rurais, em situações de agrego, posseiros ou em piores condições ainda (SOARES, 2010). Às mulheres indígenas foram destinadas as atividades domésticas, muitas vezes sendo brutalmente trazidas para vida de matrimônio com os colonos. Segundo Wallace Gomes Moraes (2018) foi uma prática constante o tráfico de crianças e mulheres para todo tipo de exploração. Especialmente em períodos de escassez, chefes de família negociavam com os colonos sua esposa e filhos para trabalhos braçais, afazeres domésticos e exploração sexual (MORAES, 2018).

Algumas considerações

Um elemento determinante para compreender a história regional é o contexto da sua formação. A reocupação da região vai ter um traço marcante para as relações sociais e econômicas, e muito particular se comparado com

o processo de colonização de outras regiões brasileiras antes do século XIX. Se até os anos de 1700 existia uma dominação aliada a um discurso católico, nos anos de 1800 há um domínio pelo discurso civilizatório. Apesar de ambas marcadas pela violência, o segundo tipo de dominação é muito mais intolerante quanto à coexistência de diferentes culturas, bem como com um maior vigor para exploração da mão-de-obra indígena.

Também, diferentemente do período colonial, onde havia um amplo espaço de fuga, o indígena do Mucuri estava acuada por todos os lados pelos colonos, situação expressa adequadamente pelo Barão Tschudi: “Restam-lhes apenas então dois caminhos abertos: ou se entregam voluntariamente à civilização e sobrevivem ou sucumbem lutando” (MATTOS apud TSCHUDI, p. 291, 1971).

As redes de sociabilidade e as relações políticas se entrelaçam a partir de uma relação de coexistência tensa e violenta. Colonos (com ou sem posse) e indígenas, viveram em isolamento por décadas. O que fortaleceu ainda mais o perfil político regional pautado no mandonismo, localismo, personalismo e patrimonialismo.

No campo cultural, a criação de alguns símbolos, como a figura dos frades franciscanos expostos na praça central da cidade de Itambacuri, fez surgir um dos muitos mitos da elite local, qual seja, os europeus trazendo a civilização para o indígena que vivia na selvageria e barbárie. As experiências e vivências dos personagens indígenas, caso de Domingos Ramos Paco (MORAES, 2018), foram praticamente ignoradas pela história oficial.

Outro exemplo que pode ilustrar esse modelo de negação da presença indígena e ausência de uma identidade local capaz de construir suas próprias referências é o nome dado ao município de Carlos Chagas quando da sua emancipação em 1938. O distrito tinha o nome de Urucu, palavra indígena, e naturalmente era o nome que receberia a cidade. Mas, segundo José Nogueira Filho (1989), dentre as versões dadas para justificar o nome de Carlos Chagas (médico e sanitarista sem nenhum vínculo com o Mucuri) foi que seria uma forma do governo mineiro em homenageá-lo. Outra explicação, dada pelo senso comum, é que o nome Urucu “. . . feria o pudor daquelas pessoas mais recatadas do lugar” (NOGUEIRA FILHO, 1989). Essas construções sufocaram a identificação cultural de grande parte da população da região, composta especialmente por indígenas. Ainda que não tenham desaparecido, foram incorporadas de forma silenciosa em múltiplas expressões e comportamentos.

CAPÍTULO VI

A ESCRAVIDÃO NO MUCURI

A reocupação do Vale do Mucuri, em meados do século XIX, ocorreu em um momento que a escravidão estava sofrendo os primeiros abalos. Um marco desse processo é a lei Eusébio de Queirós, em 1850, que proibia o tráfico de escravos vindos da África. Ainda assim, a mão-de-obra compulsória no Brasil nesse período era parte ativa em todos os setores econômicos.

Minas Gerais era a província que possuía o maior número de escravos no Brasil. Quanto à especificidade do norte e nordeste mineiro, a historiografia considera o Mucuri-Doce-Jequitinhonha como exportadores de escravos para outras regiões em Minas Gerais. Mas, ao que tudo indica, o Jequitinhonha abasteceu outras regiões, inclusive o Mucuri. Evidencia-se assim a necessidade de se fazer um hiato entre a realidade dessas duas regiões nas pesquisas até então realizadas.

A medida que as matas do Mucuri iam sendo ocupadas em suas “beiradas”, na primeira metade do século XIX, já se tem notícias do uso de escravos nas propriedades agrícolas. São os casos dos atuais municípios de Malacacheta e Ladainha.

A quantidade de cativos cresceu com a chegada da Companhia do Mucuri. A empresa utilizou escravos ao longo de toda existência, tanto de posse quanto alugados. Nos relatórios da Companhia são abundantes esses

registros:

O vapor Peruípe é tripulado em geral por escravos da companhia: possuímos 27 que custarão 31:596\$000 e que hoje darão 60 contos por ser em geral gente escolhida. Os dois homens do leme, pai Manoel e pai Antonio que servem excelentemente desde 1853, têm promessa minha de que se completarem 10 de serviço bom, e à minha satisfação, obterão sua liberdade.¹

Os colonos que chegavam incentivados pela Companhia do Mucuri também trouxeram escravos para a lavoura. É um nome constantemente citado nos documentos e relatórios o de Joaquim José de Araújo Maia Júnior, natural de Valença, Rio de Janeiro, que trouxe pelo menos uma centena de escravos para a região do Mucuri. Nas obras da estrada Santa Clara, boa parte foi executada por cativos, na sua maioria alugados pela Companhia. Em 1852, abrindo picadas na região para construção da estrada, Teófilo Ottoni relatou: “havia eu contratado com o sr. Joaquim Pereira da Silva, da Serra do Grão-mogol para esperar-me com 40 escravos[...]”².

Pelo Censo de 1872-73, a quantidade de escravos em Filadélfia era de 605, em uma população de 6.864 pessoas (ACHTSCHIN, 2008). Havia 455 crioulos e 155 africanos. O número maior de ocupação escrava era na lavoura, com 98 homens e 49 mulheres, seguido por criados e jornaleiros com 58 homens e 46 mulheres. Mas as atividades se estendiam em metais, madeiras, costureiras e tecidos. Ao que tudo indica, as crianças escravas começavam a trabalhar a partir dos dez anos, pois era praticamente igual o número de cativos sem profissão, 181, com os menores de dez anos, 185. Pode ser também que o censo ignorou como elemento em atividade os aprendizes abaixo de uma década de vida. Pelo Censo, nenhum escravo sabia ler e escrever e não havia nenhuma criança entre 6 a 15 anos na escola.

1 OTTONI, Teófilo Benedito. Relatório apresentado aos acionistas da Companhia do Mucury, Rio de Janeiro, p. 09, 1857. APM

2 OTTONI, Teófilo B. Relatório à Assembleia legislativa provincial de Minas Gerais no ato de abertura de sessão ordinária de 1853, presidente Luiz Antônio Barbosa. Ouro Preto, 1871. S1-1. Brazil.crl.edu/bsd/bsd/457/000045. Acesso em 10 de dezembro de 2016.

FILADÉLFIA
POPULAÇÃO ESCRAVA POR IDADE

0-5 ANOS	– 120 (20%)
6-10 anos	– 65 (10,83%)
11-15 anos	– 72 (12,0%)
16-20 anos	– 81 (13,50%)
21-25 anos	– 58 (9,66%)
26-30 anos	– 49 (8,16%)
31-40 anos	– 44 (7,33%)
41-50 anos	– 26 (4,33%)
51-60 anos	– 40 (6,66%)
61-70 anos	– 27 (4,5%)
71-80 anos	– 13 (2,16%)
81-90 anos	– 2 (0,33%)
91-100 anos	– 2 (0,33%)
mais de 100 anos	– 1 (0,16%)
TOTAL DA POPULAÇÃO	600
AUSENTES	5

Fonte: Censo Nacional de 1872

6.1. Os escravos e os registros de batismo

Segundo Márcio Achtschin (2008), identificar a presença de escravos na região do Mucuri, suas práticas e vivências é extremamente difícil pela escassez de fontes. Os registros encontrados são os documentos oficiais, obrigando a uma leitura parcial, uma vez que não foi produzido pelo trabalhador negro. Uma dessas fontes são os registros de batismo.

Além do papel religioso e escritural, o ritual do batismo deve ser analisado dentro das teias sociais construídas entre proprietários e escravos, libertos e escravos, livres e escravos, e escravos entre si. O cristianismo estava presente em todos os âmbitos da sociedade brasileira. Ora, os cativos fizeram sua própria interpretação aos diversos aspectos do batismo, adaptando a uma perspectiva de ganho material e uma construção de uma rede de solidariedade. Certamente, a desconfiança entre escravos e senhores estava presente, mas, diante da necessidade, se firmaram solidariedades, que foram pronunciadas nos laços de compadrio.

Já havia na África esta relação de compadrio, sendo que os escravos e seus descendentes vão incorporar e dar nova interpretação a um sacramento católico à luz de seus vários universos culturais. Nas condições de cativo

em que se encontravam os escravos, o compadrio foi carregado de significados e reinterpretações, ligando não apenas a laços de sangue, mas a escolhas das pessoas envolvidas neste processo, dando ao batismo um aspecto social. O escravo percebia no batismo um elemento definidor da posição social estabelecida na sociedade, adaptando a relação de compadrio a de uma rede simbólica definida como parentesco fictício.

Dessa maneira, o compadrio superou o caráter religioso para assumir uma dimensão social e política. Política porque tanto pode assumir relações de alianças quanto de dominação. Evitando o confronto direto com seus senhores, os escravos montaram mecanismos sutis de resistência. Para os cativos, o compadrio foi utilizado para construir uma reinterpretação, gerando laços de solidariedade entre eles, como também podendo significar o protecionismo e submissão, em se tratando de padrinhos com melhor condição econômica e social. No caso do compadrio entre cativos, o parentesco seria o elemento de união de pessoas em condições comuns, formando uma personalidade coletiva em uma comunidade escrava, especialmente nas grandes propriedades.

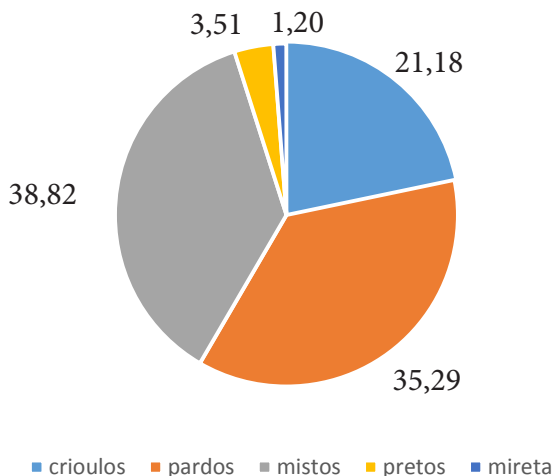
É possível buscar, além das diversas estratégias oferecidas no batismo, elementos importantes para uma investigação do cotidiano dos escravos. A começar pelo sentido dado pelo cativo a este sacramento seguido do poder de escolha e o limite destas alternativas. Igualmente, encontramos possibilidades de buscar nestes registros de batismo particularidades regionais que reproduzem comportamentos, hábitos e necessidades.

Um dos dados retirados dos 543 batismos registrados pela Igreja Católica no Vale do Mucuri no século XIX foi a cor do escravo (ACHTSCHIN, 2008). A cor estabelece a condição social de cada um, reproduzindo a distinção e hierarquia do cotidiano nos registros de batismo. Muito mais do que pigmentação da pele, a cor nos escravos batizados revela uma condição social. A questão não é simplesmente classificar a cor, mas procurar entender os conceitos dados por quem produziu as fontes.

Segundo Márcio Achtschin (2008), no Mucuri, mais comum entre os batizados a classificação foi a intermediária, como pardos (35,29%) e crioulos (21,18%). Porém, característicos da região foram os termos “mistos” ou “mixtos”, com a maioria de 38,82%. É o caso de Manoel, mixto, filho de Maria, parda, batizado em 26/01/1859, escravo de Francisco Pinto de Magalhães ou Paulo, misto, batizado em 02/09/1864, filho de Antonia, crioula. Poderia-se supor que fossem filhos de africanos ou crioulos com índios ou colonos. Mas Felício e Antonio, escravos de Joaquim José Fernandes, batizaram seus três filhos em 23/02/1870, sendo que Guilhermina, de quatro anos, e Orlando, de 2 anos, foram batizados como pretos e Olimpio, com menos de um ano, foi

registrado como misto. Não chegou a ser uma expressão pessoal de um padre e nem temporária, pois foi usado por todo o período onde se caracterizou escravos pela “cor”. Sendo um indicador social, provavelmente procurava particularizar as classificações que intermediavam o “preto” e o “branco”, mas sempre tendo como o intuito reforçar as condições sociais do regime escravista.

Distribuição de batizados de escravos segundo a cor

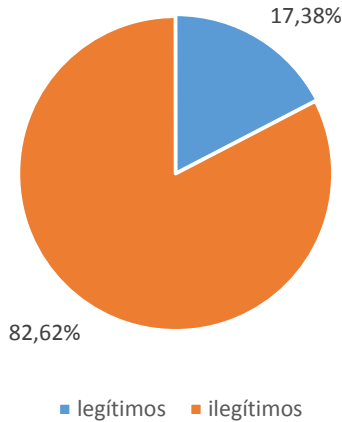


Fonte: Registros de batismos da paróquia N.S da Conceição 1858 - 1888

A diferenciação entre legítimos e ilegítimos esteve sempre presente nos registros de batismo, marcando a condição do (a) filho(a) cativo(a) de ser fruto de uma união legítima ou de ser filho(a) natural de uma determinada escrava. Nas grandes fazendas era mais frequente a existência da família escrava, como em pequenos planteis foi mais frequente a separação familiar dos cativos, quer seja por venda, quer seja por partilha. Fica evidente a relação direta entre nupcialidade de escravos e tamanho da posse, já que era interdito casamentos entre cativos de diferentes propriedades. Consta-se que são mais frequentes entre os filhos legítimos os padrinhos escravos, já que ambos estão presentes nas unidades maiores. Ocorre a existência de grandes planteis com famílias escravas, resultando compadres escravo. Ou seja: grandes planteis + famílias nucleares escravas = compadres escravos.

Tomando como parâmetro a relação entre formação familiar legitimada com o tamanho do plantel escravo, constata-se no Mucuri uma região de pequenas propriedades, com número baixo de posse de cativos, pois era elevado o grau de ilegitimidade (82,62%).

Distribuição dos filhos de escravos
batizados quanto à condição de legitimidade



Registro de batismo das paróquias N.S. das Graças e N.S. da Conceição
1858 - 1888

Segundo Márcio Achtschin (2008), essa ligação com o universo livre e maior mobilidade deu a mulher também o papel de responsabilidade familiar, muitas assumindo sozinhas a responsabilidade do cuidado dos filhos. Mas, em um período de elevado número de amasiamentos entre livres, não era diferente essa situação entre a população escrava. A criança batizada como natural era sem pai apenas na visão da Igreja. Alguns exemplos de mulheres com registros de solteira, mas com companheiros estáveis, pode ser citado o caso de Victoria, escrava de Nuno Barbosa Senna, foi mãe de Guirino, Joanna e Jose, nascidos respectivamente em 1867, 1870 e 1874. Ignacia, solteira, era escrava de Anna Gonçalves Senna, tendo cinco filhos: Celestina, 20 anos, Carolina, 17 anos, Eva, 14 anos, Altina, 12 anos, e Leolina, 08 anos.

Pelo Censo de 1872, haviam 605 escravos, 514 eram solteiros, 60 casados e 31 viúvos. Dos homens casados, 26 eram africanos, existindo apenas 6 crioulos casados. Das 28 mulheres casadas, 15 eram africanas. Neste mesmo censo, 56,33% dos escravos tinham entre 0 a 20 anos, o que apresenta um elevado número de crianças escravas já nascidas na região, quer sejam a partir de uniões estáveis, quer sejam crianças de famílias matrifocais (ACHTSCHIN, 2008).

Estado Civil da População Escrava na Paróquia de N. S. da Conceição de Filadélfia

	Solteiros	Casados	Viúvos
Homens	304	32	11
Mulheres	210	28	20
TOTAL	514	60	31

Fonte: Censo Nacional de 1872

Entre os historiadores, é consenso relacionar padrinhos escravos com grandes plantéis, como na ordem inversa, padrinhos livres com pequena escravaria. É a tradicional fórmula: pequenos proprietários = compadres livres, grandes propriedades = compadres escravos. Considera-se como pequenos, médios e grandes plantéis o que a maioria dos historiadores estabelecem: 1-10, 11-20 e mais de 20, respectivamente.

Com um maior número de escravos em grandes unidades produtivas, ocorre uma ampliação do compadrio entre eles, estabelecendo relações com seus iguais a partir do parentesco fictício e produzindo comunidades no interior destas propriedades, ou seja, a maior oportunidade de convivência com seus iguais ocasionou a constituição de uma comunidade cativa. A vinda de africanos em grandes proporções gerava uma forte tensão política, a começar pela relação com seus senhores até as rivalidades internas. Vivendo um período de expansão econômica, intensificava-se o tráfico transatlântico, que vigorava a produção nos plantations. Esta situação gerava um conflito crescente entre os escravos, quer seja pela escassez feminina, quer seja pela sobrevivência entre os africanos, vindos de diferentes regiões, algumas vezes rivais. Isto seria acrescido pelo choque entre estes africanos e os crioulos. Neste contexto, o compadrio se multiplicava no interior da mesma fazenda, servindo de arranjo e alianças políticas entre os cativos.

No caso de uma unidade de menor porte, com reduzida dimensão das escravarias, existe uma tendência dos escravos buscarem fora do plantel seus padrinhos, demonstrando tanto uma capacidade de circulação do cativo quanto sua ampliação de laços de sociabilidade. No mínimo, ao compartilhar a responsabilidade sobre a criança, há uma minimização das distâncias sociais. Não há entre o pequeno proprietário uma larga distância com seu escravo, dividindo muitas vezes ambos o mesmo espaço de convivência.

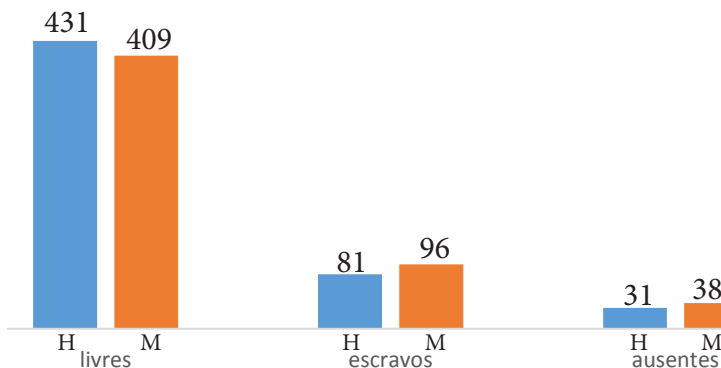
Se as pequenas unidades agrícolas rompiam com o isolamento escravo a partir do compadrio, esta realidade será ainda mais ampla no meio urbano, onde ocorre maior proporção de padrinhos livres. As vantagens de compadres livres para os escravos eram basicamente três: um intermediário

para negociar situações de possíveis conflitos com seus senhores, a aliança visando a ajuda material e, em situações mais raras, a compra da alforria.

De acordo com Márcio Achtschin (2008), se a rivalidade entre escravos ocorreu no Mucuri, não foi em decorrência de grandes fluxos de africanos, tão pouco pela escassez feminina. Os africanos que viviam na região já estavam no Brasil há pelo menos quinze anos e as suas rivalidades regionais, ou entre eles e crioulos não eram tão acirradas. Isto não significa que no compadrio entre escravos não tenha ocorrido alianças e rede de solidariedades. Apesar de evidenciar menor número na região (8,93%) do compadrio escravo, não se pode ignorar a tentativa de construção de uma comunidade cativa. Francisca José Coelho teve como padrinhos dos filhos de seus escravos seis cativos, todos de sua propriedade, apesar de repetir o nome de uma madrinha somente duas vezes: Clementino e Benedicta, Mariano e Maria, Custódio e Benedicta, Manoel Ferreira e Carlota, Joaquim e Augusta, Roque e Jesoína. Porém, padrinhos de uma mesma propriedade não era uma regra. Anna Amália Ottoni teve por cinco vezes escravos seus apadrinhados por outros de igual condição, sendo que destes, dois foram de outros proprietários: Manoel e Benvinda, de Antonio Ernesto; e Cacio e Joaquina, de Francisca José Coelho.

Mas foram majoritários os pequenos plantéis de escravos no nordeste de Minas, evidenciado pela elevada percentagem de padrinhos livres: 71,65%. Certamente a região não fugiu ao perfil típico de maiores ganhos sociais e materiais a partir do mundo livre, acrescido a maior mobilidade física do escravo.

Condição jurídico-social dos padrinhos de crianças escravas na paróquia de Filadélfia



Fonte: Paróquia N.S. da Conceição 1859 - 1888

Dos fatores que estimularam a alforria na região, pode-se entender que as mães solteiras conseguiram maiores condições de alforriar e que as meninas foram mais propensas às manumissões. Meninos libertos ocasionavam maiores prejuízos financeiros, resultando daí uma tendência maior às alforrias femininas. Um caso de alforria dada no testamento contido em inventário pode ilustrar esta situação. Francisco Marques das Neves deixou a quantia para dar total liberdade à ingênua Josepha, filha de Rosa, escrava de João Quintiliano Alves Caminhas. Infelizmente, o vigário não anotou os padrinhos no registro de batismo feito em 1875, não identificando se Francisco era seu padrinho ou a criança fruto de alguma relação ilegítima sua. Mas corrobora com a tendência da condição feminina e filha natural das alforrias.

6.2. Processos Criminais e escravidão

Diferente do compadrio, os processos criminais evidenciam mais as tensões e menos as negociações existentes na escravidão. A base da sociedade escravista é a violência, que por sua vez se ampara na estrutura jurídica, com seus padrões próprios de linguagem. No próprio documento jurídico já ficava claro o elemento diferenciador: o escravo era citado como informante e não testemunha, dispensado do juramento pela condição de escravo.

Porém, na segunda metade do século XIX, a rigidez no tratamento do cativo contrastava com a desintegração da ordem escravista. Aumentou no Brasil os mais diversos enfrentamentos entre senhores e escravos, resultando igualmente num crescente de processos criminais. Mesmo que o processo que conduzia o fim da escravidão fosse feito de cima para baixo, as leis criadas também contribuíam para corroer a escravidão.

O Império tendeu a intervir de forma crescente nas questões criminais, retirando do senhor a autonomia jurídica herdada há séculos. Parte dos delitos, como pequenos roubos, era ainda resolvida pelo proprietário, mas crimes mais graves passavam para o julgamento do Estado. O artigo 60, por exemplo, previa a pena de açoites e ferros por crimes praticados por escravos. Aplicados nas portas das cadeias, já não era mais os espetáculos de açoites dos pelourinhos no período colonial. Em casos mais graves, as penas de galés perpétuas ou as penas de morte resultavam para o proprietário a perda do escravo.

Mas as fontes criminais não carregam apenas as tensões sociais existentes na ordem escravista. Apesar de levar ao crime, os processos criminais revelam o cotidiano escravo. Sem deixar registros, pois os cativos na região do Mucuri não sabiam ler nem escrever, é um dos raros momentos em que se pode ouvir o escravo, como réu ou testemunha, mesmo que seja a

partir de instrumentos oficiais. De modo mais ou menos sutil, estas fontes indicam a vivência escrava (suas atividades, os instrumentos usados, suas relações afetivas) ou espaços do seu dia-a-dia (fazendas, vendas ou pouso de tropeiros).

6.2.1. Escravos como agente social

De acordo com Márcio Achtschin (2008), as narrativas descritas nos processos criminais relacionados ao Mucuri não indicam apenas confrontos. Vínculo entre escravo e liberto pode ser notado entre Barnabé Soares dos Santos e Domingos africano. Em 1860, este escravo recebeu alguns objetos furtados de Herman Scholabach, sendo acusado Barnabé do sumiço destes bens. Segundo o processo, pedaços de chita e alguns anéis foram dados a Domingos, por ele ser um bom preto e cozinhar bem. Trabalhando como carreiro, o escravo pode ter conquistado a estima do réu, como pode também ter participado do roubo. O que não retira o vínculo entre ambos. Barnabé foi absolvido, alegando que tinha encontrado os objetos.

Muitas destas fontes criminais deixam bem claro o escravo como agente social, sobrepondo à antiga visão do negro submisso e passivo. Isso pode ser visto no processo de agressão contra Higino Gomes, em 1861. Diante de uma discussão entre Higino Gomes Camisão e o soldado José Gomes, Ignácio, escravo de Francisca José Coelho da Silva, de 60 anos mais ou menos, natural da Costa d'África, pôs ambos para fora da venda que administrava e fechou a porta. Um escravo de 60 anos com pulso para tirar dois jovens e livres do estabelecimento comercial demonstra o respeito e autoridade que tinha Ignácio naquele espaço.

6.2.2. Escravo e os indígenas

Evidenciando contrastes permanentes, não seria menos complexa a relação entre escravos e os índios existentes na região no século XIX. No registro de sepultamentos da Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Filadélfia, são citados dois escravos, em 1868 e 1870, mortos por “selvagens”. Por outro lado, Samuele Cultrera (2001) denuncia uma chacina contra indígenas na fazenda Liberdade com participação de escravos. Citados em processo de 1879, os índios d'Água Branca, espontaneamente, se prontificam em ajudar a capturar os escravos Cesário, Trajano e Joaquim, pertencentes a capitão Leonardo Esteves Ottoni, que fugiram da fazenda Liberdade.

Mas alianças também ocorreram entre nativos e escravos, grupos que sofriam das mesmas mazelas contra um inimigo comum: o proprietário. Na construção da Estrada Santa Clara, em 02 de agosto 1853, aproveitando o

assalto de índios perto do rio Urucu, quatro escravos que estavam no trabalho da estrada fugiram mata adentro. Nas matas, indígenas e escravos fugidos partilharam o mesmo espaço.

De acordo com Márcio Achtschin (2008), em um processo de 1883 contra Joaquim Lopes da Silva, 53 anos, arrieiro de tropa e jornaleiro, há o registro de escravos fugidos convivendo com índios. Joaquim Mulato, como era chamado o liberto, foi encontrado abaixo da colônia de Urucu, a 14 quilômetros de Teófilo Otoni, com as escravas Lia e Delmira, ambas pertencentes a José de Ávila Garcia. Ele foi acusado de furto, enquadrado no artigo 217 do Código Criminal, pois levava consigo “propriedade alheia”. No interrogatório, Joaquim alegou que as duas cativas procuravam o pai do seu senhor em busca de serviço mais moderado, pois não estavam acostumadas com a lavoura. Em seguida, afirma que se estivesse tentando fugir com as escravas, procuraria outra estrada que não a Santa Clara, movimentada e bem povoada. Finalmente, alegou que levava as escravas para a vila de Santa Clara, **evitando que as mesmas fossem se unir a outros escravos fugidos que viviam com os indígenas**. Esse é um precioso documento que evidencia a formação de quilombolas na região, pois, ao dizer que “viviam” subentende algo permanente, não fugitivos temporários. Quanto ao Joaquim, foi absolvido e solto em 1884. Acusado no processo de ter relações ilícitas com a escrava Delmira, se casou no mesmo ano com Lúcia, escrava da já falecida Francisca José Coelho da Silva.

6.2.3. Conflitos entre escravos

Quebra de laços de solidariedade também ocorriam entre cativos, impulsionados pela própria estrutura escravista, resultando em disputas de todos os tipos (ACHTSCHIN, 2008). O processo já citado contra Antônio Batista Caldeira e Izídio Joaquim Ferreira, de 1879, mostra as ambiguidades da relação intraclasses. Laurentino e Ernesto, escravos de capitão Leonardo, acompanhavam Antônio e Izídio na captura de Cesário, Trajano e Joaquim. É bem provável que agiram assim por exigência do seu senhor, mas, se encontrados, haveria o confronto entre estes escravos. Mas, até onde vai o processo, em 1880, os escravos continuavam fugidos.

Disputas entre casais de cativos também eram fontes de conflitos. Em 24 de março de 1875, Sérgio assassinou Anna Moreira e feriu gravemente o seu irmão Leolino. Os três eram escravos Sérgio, lavrador, foi desafiado pelo irmão Leolino, que mandou recado dizendo que estava com sua amásia. Anna foi morta com vários golpes de facão. Tão impressionante quanto o crime é a mobilidade que teve o escravo em se deslocar a cavalo, às nove

horas da noite, da fazenda São Benedito até a fazenda de Itamunhec, portanto um facão e uma espingarda. Por sua vez, o irmão Leolino, que trabalhava na tropa de João Feliciano Lopes da Silva, ao ser atingido estava com Anna Moreira dentro de uma barraca. Isto corrobora mais uma vez com tendências historiográficas atuais que rompem com a rigidez da relação senhor/escravo, permitindo acordos estabelecidos pelas partes. A relativa liberdade dada a Leolino, Sérgio e Anna certamente tinha uma contrapartida para seus respectivos senhores.

6.2.4. Confronto entre escravos e senhores

Crimes envolvendo escravos e senhores ocorreram desde o início da ocupação no Mucuri. A relação entre proprietários e escravos foi de permanente conflito na região. É o caso do homicídio contra o engenheiro polonês Christiano Wisseuski, contratado pela Companhia do Mucuri, cometido por um escravo na região da cachoeira de Santa Clara.

A fazenda Liberdade, de propriedade do capitão Leonardo, foi palco de uma manifestação coletiva de escravos (ACHTSCHIN, 2008). Na manhã de 14 de janeiro de 1887, escravos liderados por Cesário dispensaram o almoço alegando que a comida não estava boa. O condutor de almoço levou a situação ao proprietário que vai para o local de trabalho e segura outro escravo, Olympio, enquanto o feitor segurou Cesário para devidas punições. Cesário consegue escapar e é alvejado com um tiro no braço. O escravo atingido sai da fazenda Liberdade até a cidade, em uma distância aproximada de 12 quilômetros, e apresenta queixa contra seu senhor. Mesmo que o período denunciava os últimos suspiros do regime escravista, impressiona a ousadia do escravo contra o seu senhor.

Capitão Leonardo se defendeu dizendo que o tiro foi casual, pois quando corria junto com o feitor para capturar o escravo, tropeçou nas ramas de um cafezal e disparou de forma não intencional contra Cesário. Obrigados a aceitar a denúncia, o promotor público procura diversas formas para argumentar as razões da abertura do processo, abrandando a culpa do réu.

A reação contra a brutalidade da escravidão não foi iniciativa apenas masculina. Diante dos maus-tratos, Clementina, escrava de João Quintiliano Alves Caminhas, foi acusada de matar d. Jacinta José Coelho de Carvalho, sogra do senhor. Na noite de 19 de Julho de 1869, Clementina espancou D. Jacinta, quebrando o crânio da senhora com um pedaço de madeira. A escrava foi levada a um quarto, em prisão domiciliar, sendo encontrada morta, com um pranchão de madeira estendido sobre sua cabeça. Tudo indica que Clementina foi morta, apesar das nove testemunhas afirmarem ter sido

suicídio. O processo se encerrou aceitando também esta versão.

Nos impasses entre senhor e escravo, em raros momentos a lei favorecia segundo. Este é o caso de Clemente pardo, que entrou com uma Ação de Manutenção de Liberdade, prevista pelo artigo 81, contra sua senhora, d. Francisca José Coelho (ACHTSCHIN, 2008). Segundo o processo, Maria foi liberta pela sua senhora, Joaquina dos Santos, a pedido do marido, Manuel José de SantaAnna, antes de falecer. Seis anos depois Maria teve um filho, Clemente, nascido de ventre livre, que foi colocado na casa de Honório Esteves Ottoni e depois foi entregue a seu filho, Manoel Esteves Ottoni. A mãe fez as reclamações, mas, sem obter informações e enfrentando grandes proprietários, acabou desistindo.

No entanto, Constantino de Oliveira Sousa, 60 anos, lavrador, se incomodou com a situação. Foi vizinho de Manuel José de SantaAnna e morando em Filadélfia, viu Manoel Esteves Ottoni com Clemente. Indagou sobre a condição do garoto, no que Ottoni respondeu que era seu escravo e que o havia comprado. Constantino, por diversas vezes, interpelou Manoel Esteves, afirmando ser Clemente livre. Em um desses diálogos recebeu como resposta que “[...] nada o importava, porque um senhor como ele qualquer um podia servir.”

Com a interferência de Constantino, Clemente entrou com a Ação de Liberdade. Esse processo se arrastou por longos anos. Já sendo de propriedade de Francisca José Coelho, a ré nem não atendeu ao chamado da justiça e Clemente foi restituído da liberdade em 16 de março de 1874. Foram muitos os casos em que o pai dos cativos procurava dar a liberdade a seus filhos ou comprá-la, se não estavam de posse deles. Apesar de não ser exposto no processo, tudo leva a crer que a insistência de Constantino estava relacionado a esse dilema moral.

6.2.5. Escravidão e imigrantes

Para Márcio Achtschin (2008), é pertinente tentar identificar como inseria o imigrante europeu dentro do regime escravo no Mucuri. Chegando em grande número em 1856, os alemães, suíços, holandeses, portugueses, dentre outros, certamente não se furtaram na convivência com a estrutura escravista. Em 1862, chegou a Filadélfia o pastor evangélico protestante Johann Lenhardt Hollerbach. Em seus relatos, condenava a escravidão. Mesmo contrariando a condição escrava, foi professor de francês dos Ottoni na fazenda Itamunhec, uma das fazendas de maior população escrava na região, pertencente a Anna Amália, viúva de Manoel Esteves. No relato de 1886, pastor Hollerbach, em uma viagem de pregação, durante a noite pediu “. . . ao fazendeiro que

reunisse os escravos e empregados para que pudesse anunciar-lhe a palavra de Deus” (ROTHE, p. 15, 1956). Se havia uma distância entre o discurso e a prática, se havia exploração escrava pelo imigrante protestante, os poucos registros dificultam responder essas perguntas. Durante a Segunda Guerra Mundial a Igreja Luterana foi queimada com toda a sua documentação.

Quanto aos católicos, nos registros de batismo surgem como proprietários os sobrenomes dos Somerlatte (origem alemã), os Schroeder (origem alemã), os Kretlli (saxões). O caso que oferece maiores recursos documentais para uma investigação é na fazenda dos Schroeder. Entre outubro de 1882 e agosto de 1883 ocorreram dois crimes de escravos contra feitores, ambos em suas propriedades.

Na madrugada de 09 de outubro de 1882, Felicipriano Luis d’Oliveira, feitor da fazenda de Fernando Schroeder foi assassinado no quarto em que dormia com um grande golpe de foice. Benedicto, 20 anos, escravo Pedro Veloso Soares, alugado, nascido em Filadélfia, “trabalhador de roça”, se entregou para a polícia poucas horas depois do crime, assumindo a culpa do assassinato, justificando que o fez por ter apanhado do feitor de cabresto por ordem de Fernando Schroeder e que temia apanhar novamente. É importante destacar neste processo a mobilidade do escravo, que tem a liberdade de sair do lugar onde dormia e estar de posse de uma foice. Em seguida, deslocar da fazenda Monte Cristo, em uma distância aproximada de dez quilômetros de Teófilo Otoni, e se entregar para a polícia.

Menos de um ano depois, no dia primeiro de agosto de 1883, Feliz, 69 anos, nascido em São João D’el Rey, viúvo, carpinteiro e marceneiro, escravo do barão de Bemposta, alugado por Fernando Schroeder, foi acusado de atirar e matar o feitor da fazenda do irmão, Henrique Schroeder, Manuel Lopes da Costa. Feliz negou a autoria do crime, alegando ao mesmo tempo que era livre e que os Schroeder queriam detê-lo como escravo. Fernando contra-argumentou que o escravo fugiu, aparecendo depois com uma carta de alforria falsa, sendo que temia que Feliz o matasse por usurpar sua liberdade. Outras testemunhas afirmaram que não era a primeira vez que o cativo cometeu este tipo de crime, ele próprio, escravo, dizia estar acostumado a matar branco.

Apesar de Fernando Schroeder batizar em 1880 dois filhos seus, Fernando e Herculano, não consta nenhum registro de batismo de seus escravos. Não foi incomum os crimes realizados por escravos contra feitores e senhores em algumas regiões do Brasil, especialmente a partir da década de 70 do século XIX. Porém, os dois únicos crimes cometidos desta natureza na região existentes no cartório foram estes. Uma maior rigidez por parte do alemão,

incapaz de perceber a importância das relações como as de compadrio como elemento de estabilidade no interior do plantel, apontam reações mais violentas por parte do escravo. Pela incompreensão dos valores e acordos informais delineados no próprio espaço escravista, escapava nos Schroeder a percepção do papel de estabilidade cumprido nos arranjos cotidianos entre senhor e escravo. Ou seja, havia para os alemães a lógica do rigor nas punições e a incapacidade de perceber as negociações existentes na escravidão, especialmente em períodos tão delicados como os anos de 1880 (ACHTSCHIN, 2008).

No processo, Feliz parece ser conhecedor do seu ofício, tendo trabalhado em São José do Mucuri, litoral baiano e foz do rio Mucuri, por nove anos, consertando pranchas e vapores. Apesar de ter comentado para a escrava Generosa, que “breve arrumaria o feitor”, que foi encontrado logo em seguida nos fundos da casa da fazenda todo suado e cansado, nada se provou contra o cativo. Feliz argumentou que não saía há dias da senzala, por estar “sofrendo de um braço”, sendo que sua camisa estava úmida de suor é por estar fazendo muito calor neste dia e pouco antes estivera descascando coco. O réu foi absolvido da acusação em 1884.

Benedicto não tem a mesma sorte de Feliz. Pelo artigo 45, o escravo seria condenado a pena de prisão perpétua com trabalho. Mas a punição foi convertida em quinhentos açoites e um ano de ferro no pescoço. A lei oferecia brechas para o proprietário não ter o prejuízo de perder o escravo para o Estado. Em outro processo já citado, Sérgio, que assassinou Anna Moreira, foi condenado a receber cem açoites e andar com um gancho ao pescoço durante dois anos, em seguida entregue a sua senhora.

Algumas considerações

Até o início do século XXI, havia uma recusa em reconhecer a existência da escravidão no Vale do Mucuri. A literatura sobre a história regional procura incorporar esse território como sendo colonizado por alemães, uma “Europa encravada nos trópicos”. Essas representações, de uma nova concepção de brasilidade pelo branqueamento das raças, típicas do século XIX, foi preservado no Mucuri como forma de construir uma leitura afastada dos grupos que realmente foram responsáveis pela formação local. Se houve a composição do imigrante europeu, que é de inegável importância, a população local foi majoritariamente indígena e afrodescendente. Estes vindos como escravos ou negros livres em busca de melhorias diante das dificuldades enfrentadas no Vale do Jequitinhonha, norte de Minas Gerais ou do nordeste, especialmente estado da Bahia.

Atualmente alguns trabalhos de pesquisa já têm sido realizados com intuito de inserir afrodescendentes como importantes componentes na formação do Mucuri. Dentre eles, pode-se destacar os estudos sobre os remanescentes de quilombolas. O CEDEFES (Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva) apontou dezenove comunidades pré-identificadas como quilombolas na região. Segundo Eva Aparecida da Silva (2012), com o fim da escravidão, parte dos ex-escravos buscaram se fixar em áreas rurais de difícil acesso. É o caso da família Pereira, que, segundo Cláudio Eduardo Rodrigues (2012), veio do Vale do Jequitinhonha fugida da seca, originando a Comunidade Quilombola de São Julião.

De modo geral, de acordo com Eva Aparecida da Silva (2012), os remanescentes quilombolas da região vivem atualmente, excluídos socialmente, em “. . . uma profunda invisibilidade social, expressa na inacessibilidade a direitos como educação, saúde, saneamento básico, entre outros” (SILVA, p. 31, 2012). Mas, apesar da influência externa nas tradições dos grupos quilombolas do Mucuri, ainda se tem preservado muito da identidade dessas comunidades. Segundo o relatório técnico do Projeto “Remanescente de quilombo do Vale do Mucuri: conhecer para transformar”,

[...] embora se verifique: a) o avanço do latifundiário nos territórios quilombolas, b) a homogeneização e massificação das práticas pela indústria cultural, c) a oposição e descaracterização dos saberes populares pelo cientificismo, as comunidades remanescentes de quilombos da região ainda guardam muitas de suas memórias e de suas práticas culturais coletivas, dando-lhes, criativamente, novas conotações e novos contornos. (SILVA, et alii, 2010).

CAPÍTULO VII

O VALE DO MUCURI NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Na Primeira República, a base econômica do Mucuri se fundava em um mercado que girava em torno da atividade agrícola e extrativa, sendo que os outros setores eram fortemente dependentes da produção cafeeira. O comércio, indústria e prestações de serviços estavam diretamente relacionados com a produção de café, e, de forma secundária, a extração de madeira exportada para outras regiões.

Ao longo dos anos de 1890, à medida que os trilhos da EFBM iam chegando em Teófilo Otoni, aumentava a euforia em relação ao crescimento econômico do Mucuri, projetando um mercado pujante como em São Paulo. Em editorial de 12 de abril de 1896, o jornal “Nova Philadelphia” relatou um diagnóstico sobre a qualidade da terra da região, constatando que era superior à terra roxa paulista. O comércio da cidade de Teófilo Otoni também partilhava dessa euforia. Em 07 de junho o jornal “Nova Philadelphia” fazia referência à cidade como “o empório do norte” e em 21 de junho do mesmo ano a posicionava como segundo município mineiro. Pelas publicidades do periódico pode-se apontar o crescimento das atividades comerciais, especialmente para atender segmentos de poder aquisitivo maior. Além de objetos de uso diário, como ferragens e querosene, as propagandas anunciavam leques, cristais da Boêmia, lavatórios americanos e manteiga

inglesa.

O reflexo do crescimento econômico do Mucuri e o desejo de maior autonomia resultaram na intensa campanha em defesa da criação de um novo Estado federativo envolvendo o norte de Minas Gerais, o sul da Bahia e parte do Espírito Santo. Essa não era uma ideia nova, já havia sido proposta por Teófilo Benedito Ottoni em meados do século XIX. Essa bandeira passou a ser uma ferramenta e uma reação ao abandono sentido pela região. Ainda que não fosse a intenção da elite local criar um novo estado federativo, o objetivo era impor ao governo mineiro um olhar diferenciado ao Mucuri. O que significava investimento. Tanto assim que o tema perdeu fôlego quando chegou a ferrovia em Teófilo Otoni, em maio de 1898.

Segundo Igor Sorel e Márcio Achtschin (2015) a chegada da Estrada de Ferro Bahia e Minas atendeu à necessidade para escoar a produção cafeeira no Vale do Mucuri. A ferrovia

ofereceu o escoamento necessário para a produção cafeeira, alterando de forma significativa as relações comerciais do vale do Mucuri. A ferrovia ocupou papel central para a consolidação da produção do café e outras atividades extrativistas, como a madeira, fazendo a ligação da economia local com outras regiões do Brasil. Desse modo, a região passou a acompanhar a tendência de produção agrária exportadora predominante dos grandes centros da Primeira República. Tanto assim que, segundo o orçamento municipal de 1892, Teófilo Otoni tinha como receita anual pouco mais de 4 contos de réis, e em 1900 esse valor já superava a marca dos 85 contos de réis, chegando a 551 contos de réis em 1930 e 694 contos de réis em 1931. (ACHTSCHIN E SOREL, p. 11, 2015).

Para se ter ideia da importância dada a ferrovia na região, da arrecadação de 108 contos de réis de 1898, o presidente da Câmara municipal, Epaminondas Ottoni, gastou 42 contos de réis nas festividades na inauguração da estação ferroviária de Teófilo Otoni.

Esse crescimento urbano favoreceu o aumento da receita municipal. Os tributos locais ganharam vulto e passaram a ter uma regulamentação específica à medida que crescia o mercado local. Assim, se conciliava o crescimento econômico com o orçamento municipal, gerando mais investimentos nos espaços urbanos e a aproximação política entre as elites em defesa do que consideravam interesses comuns. A principal fonte de arrecadação municipal era retirada do café. Da receita municipal do ano de 1900, dos pouco mais de 85 contos de réis, 28 contos de réis originava-se das casas de comércio.

O aquecimento do mercado local também atraiu os governos estadual e federal, que procuravam abocanhar através de impostos e tributos da produção cafeeira. Os impostos cobrados no transporte e na produção do chamado ouro verde ficavam nas mãos do estado e união. O jornal “Nova Philadelphia”

na edição de 03 de janeiro de 1897 apontava Teófilo Otoni como o quarto orçamento do Estado. Sentindo o peso dos encargos, foram permanentes as pressões por parte dos produtores e comerciantes para redução dos tributos e impostos arrecadados, especialmente em tempos de crise do café. Longos debates e reivindicações na imprensa local e na Assembleia foram realizados nesse sentido.

Mas, do mesmo modo que a realidade nacional, o Vale do Mucuri ressentiu as constantes crises de superprodução do café ocorridas de tempos em tempos no Brasil. Eram permanentes nos editoriais dos periódicos da época a proposta de colocar um freio no plantio de café, apresentando outros gêneros agrícolas como alternativa a essa produção excedente.

O Mucuri vai receber nesse período um grande número de imigrantes fugidos da seca, especialmente a ocorrida no final do século XIX. Os retirantes eram atraídos pelo crescimento econômico da região. Vindos do Jequitinhonha, norte de Minas e Bahia chegavam famílias inteiras em condições de extrema pobreza. Em edição de “O Mucury”, de 01 de outubro de 1899, noticia que “[...] dia a dia a nossa cidade vai se enchendo de famintos e infelizes indigentes”. Esses grupos serviam de mão-de-obra barata e presas fáceis para o trabalho na grande lavoura, reforçando a exploração do agrego e toda a política autoritária que acompanhava esse modelo.

Foi intensa também a chegada de trabalhadores atraídos pela publicidade feita pela EFBM, tanto para os serviços do percurso em funcionamento, quanto para a construção dos novos trechos da ferrovia. Em edição de 29 de dezembro de 1895, o jornal “Nova Philadelphia” noticiou a existência de 600 homens na empresa ferroviária, com previsão de 1000 até janeiro do ano seguinte. Só de estrangeiros, chegaram mais duzentos para trabalhar na abertura da estrada, conforme edição de 03 de maio de 1896.

Igualmente atraídos pela prosperidade do Vale do Mucuri, chegaram para a região os sírios e libaneses no final do século XIX (VILELA, 2011). Segundo Elaine Meire Vilela (2011), sírios e libaneses investiram majoritariamente no ramo comercial

Primeiro como vendedores ambulantes; aos poucos ascenderam da ocupação de mascates para pequenos comerciantes, até se tornarem grandes proprietários de redes de lojas. (VILELA, p. 172, 2011).

Segundo Alyni Rachid Ali Scofield (2011), sírios e libaneses chegaram a ter 64 lojas e vendas, apenas em Teófilo Otoni. O controle de parte do atacado e varejo por esses imigrantes vai interferir de forma significativa na economia local, adotando práticas próprias “[...] no modo de fazer comércio [...]” (SCOFIELD, p. 87, 2011). Fortaleceram-se a partir de relações baseadas

em redes sociais, quer seja através do casamento endogâmico, quer seja preservando a língua em locais privados. Intensificando a coesão de grupo, foram criados diversos espaços de sociabilidade, como o Clube Libanês, em Teófilo Otoni, e a Associação Beneficente Libanesa, em Poté (SCOFIELD, 2011).

7.1. A vida política na Primeira República

À medida que o café ganhava papel econômico primordial no Vale do Mucuri, as alianças políticas vão sendo construídas, especialmente entre os grupos ligados aos Ottoni e os Sá. Era preciso estabelecer autonomia local, especialmente pela presença de forças do Vale do Jequitinhonha, que pretendiam ampliar seu poder na região. Segundo Godofredo Ferreira, nesse período o Mucuri vivia “[...] em íntimo contato com os chefes de Minas Novas e Araçuaí” (FERREIRA, p. 33, 1934).

Até o final do século XIX, a queda de braço entre os coronéis do Jequitinhonha e Mucuri estiveram presentes nas disputas eleitorais. Exemplo dessa rivalidade e as práticas eleitorais realizadas desse período podem ser dados pela disputa ao cargo de deputado federal nas eleições de 1896. O proprietário do jornal “Nova Philadelphia”, Horácio Rodrigues Antunes, se candidatou ao pleito, obtendo mais de três mil votos. Pelos resultados prévios apurados, era garantida sua vitória. Antunes comemorou em editoriais e, inclusive, se afastou do jornal, preparado para tomar posse. No entanto, na divulgação da apuração geral oficial, um mês depois de realizada as eleições, foi dada a vitória à Arthur Torres, político do Jequitinhonha, que foi diplomado em 18 de abril de 1897.

A trama foi articulada pelo coronel José Bento Nogueira, chefe político do município de Minas Novas, e o coronel Manoel Fulgêncio, chefe político de Araçuaí. Segundo o “Nova Philadelphia”, a primeira apuração havia dado a Torres 97 votos no arraial de Chapada, sendo que, na apuração oficial o candidato conseguiu 1000 votos. A ata havia sido alterada no próprio local de apuração, Minas Novas. José B. Nogueira, que era do Partido Republicano Mineiro e candidato ao senado, fez a manobra em comum acordo com o governo de Minas Gerais. A partir desse ocorrido, um discurso frequente na imprensa de Teófilo Otoni vai ser a reivindicação do fim de Minas Novas como sede de distrito eleitoral. Alegavam os homens públicos de Teófilo Otoni e região que a apuração oficial ocorrendo no município do Alto Jequitinhonha propiciava “[...] o sufrágio dos mortos, a falsificação de atas[...]” (Nova Philadelphia, 21/02/1897).

O processo eleitoral no Brasil na chamada Primeira República era

extremamente excludente. Analfabeto e mulheres não votavam, o que significava uma quantidade significativa do eleitorado. No final das contas, menos de 10% da população votava. Também foi comum nesse período o voto de cabresto, as fraudes, as alterações nas atas. O voto era aberto e não havia a justiça eleitoral. Assim, era pela força ou troca de favores que se impunha o poder dos coronéis.

No Mucuri, a realidade não foi diferente. Seriam motivos de denúncias constantes as práticas eleitorais típica das oligarquias locais, especialmente para os candidatos derrotados. Horário Antunes denunciou em verso a fraude e o voto de defuntos: “Por piedade, não acordeis/Do sono eterno – eterna paz”(Nova Philadelphia”, 14/03/1897). Mas o próprio candidato local se beneficiou desses artifícios. Em publicação de 21 de fevereiro de 1897, no mesmo “Nova Philadélphia” publicou um bilhete enviado antes das eleições pelo candidato ao senado José Bento Nogueira para Martiniano Pereira Guedes, mesário da Primeira Seção em Teófilo Otoni, afirmando que “. . . sei que é mesário da 1ª seção, e, portanto, estou garantido”. No entanto, em outro bilhete, Guedes reforçava a garantia de votos à Nogueira, mas também garante a Antunes 200 votos.

Dentro desse contexto, iriam se firmar como representantes dos interesses político do Vale do Mucuri dois personagens. O primeiro era Epaminondas Esteves Ottoni. Personalidade política de maior presença na região, esteve como chefe político entre 1895 a 1918, levando Eduardo Magalhães Ribeiro a comentar que “[...] foram os Ottoni grandes chefes do Mucuri até a década de 1930.” (RIBEIRO, p. 40, 1998). O outro nome com força política expressiva foi Alfredo Sá, filho do proprietário de terras e coronel da Guarda Nacional Carlos Oliveira Sá. Foi advogado, funcionário público e jornalista. Também foi juiz municipal, consultor jurídico da secretaria da agricultura em Minas Gerais, serventuário da justiça no Distrito Federal, diversas vezes senador estadual, vice-presidente de Minas no governo de Antônio Carlos de Andrada (1926-1930).

A presença de Alfredo Sá como articulador junto ao governo estadual e Epaminondas Ottoni como administrador local conseguiu preservar certo equilíbrio entre a elite local em torno de um interesse econômico comum, o café. Provavelmente a aliança entre os Sá e os Ottoni se preservou como forma de consolidar e garantir poder político local. Ambos ocuparam a legislatura estadual e federal, alternando como representantes dos interesses da elite do Mucuri.

Gravitavam em torno dessas duas figuras outros grandes proprietários locais, que faziam do apoio uma relação de troca de favores em benefícios

próprios e de poder de mando local. Assim, coronéis das regiões de Águas Formosas, Carlos Chagas, Malacacheta e Itambacuri, tinham controle dos cartórios, polícia e outros ambientes de interesse público, usados como espaço de barganha e repressão. É ilustrativa nesse processo a gestão do Hospital Santa Rosália quando foi criado, no final do século XIX, nas mãos do capitão Leonardo Esteves Ottoni. Ter o controle do único local de atendimento hospitalar de toda a região significava grande capital político.

Também comum era a autonomia dos mandatários locais em sua propriedade. Coronel Ramos, dono de posse em Mucuri, amarrou um imigrante alemão de nome Hans por um mal-entendido linguístico e só não o açoitou por intervenção do pastor Hollerbach (WEYRAUCH, 1997). A divisa das terras dos coronéis era um espaço demarcado onde nem a polícia poderia entrar, simbolizando força desses micropoderes que se interligavam em escalas crescentes, típico da Política de Governadores que imperou na chamada República Velha. Entrar em fuga da polícia na fazenda de um chefe local após um delito poderia significar proteção, especialmente se fosse um aliado político. Na região do Mucuri ficou famoso um marco chamado de “Pau Velho”, entrada de fazenda de um conhecido coronel, como delimitador de espaço desses infratores corridos da justiça.

O voto de cabresto e as fraudes era a face eleitoral desse processo. Nas eleições de 1900, no qual Francisco Sá era candidato à legislatura federal e Epaminondas Ottoni concorrendo a uma vaga estadual, o jornal “O Mucuri” enalteceu em várias de suas edições a transparência nas eleições locais, diferente, segundo o periódico, de toda restante das fraudes no estado mineiro. As únicas irregularidades ocorreram, ainda segundo o jornal, em Poté, onde ocorreu mais de 400 votos, maior que a população local, e Malacacheta, com 609 eleitores, tendo a cidade 1126 habitantes à época. Poté e Malacacheta foram as duas únicas localidades onde não houve a vitória dos Sá e dos Ottoni. No mesmo ano de 1900, agora nas eleições municipais, o candidato à presidente da Câmara, José Carlos Gomes da Silva denunciou a falta de representatividade de Epaminondas Ottoni, alegando que houve “. . . o falseamento da vontade do povo pelas eleições a bico de pena” (O Mucury, 07/10/1900).

A morte prematura de Epaminondas Ottoni, em 1918 vai resultar na divisão da vida partidária local entre os “Sabiás” e os “Viuvinhas”, estes chefiados por Manoel Esteves Ottoni e Teodolindo Antônio da Silva Pereira e aquele pelas famílias Sá e Prates. O resultando foi o fortalecimento de Alfredo Sá, que se manteve no poder até o fim do Estado Novo.

7.2. A vida social e cultural da região na Primeira República

Mesmo com as altas e baixas do café, a economia no Mucuri impulsionou o crescimento urbano, em especial a cidade de Teófilo Otoni. Nas primeiras décadas do século XX, Teófilo Otoni contava com uma moderna estrutura:

Possuía então telégrafo nacional em 1910, posto de observações meteorológicas em 1911, abastecimento de água encanada em 1915, linha de bondes em 1918 rede telefônica em 1920, empresa de automóveis e posto de profilaxia rural em 1921, iluminação elétrica pública e particular em 1922. Possuía ainda dois hospitais, o Santa Rosália e o São Vicente, uma oficina de marcenaria com maquinário todo importado no princípio do século, da Alemanha, responsável inclusive pela decoração interna do interior da Igreja Matriz da Imaculada Conceição, construída em estilo neo-gótico, com três altares esculpidos em madeira e com púlpito e bancos todos em jacarandá (OTTONI apud FJP, p. 60, 2006).

O desenvolvimento da região urbana de Teófilo Otoni foi expressivo nos anos de 1920:

um elevado grau de modernização do seu aparelho urbano, possuindo uma avenida e vinte ruas, quatro travessas e cinco praças, com um abastecimento de água excelente, que contava com um reservatório local para 250.000 litros que permitia o abastecimento de até 510 prédios. A despeito desta boa distribuição de água, e de acordo com a situação predominante nas cidades brasileiras e mineiras do mesmo período, Teófilo Otoni não contava ainda com rede de esgotos (OTTONI apud FJP, p. 62, 2006).

Na virada para o século XX, Teófilo Otoni apresentava uma complexa e dinâmica construção social e cultural, marcada por uma diversidade de valores e recursos. E uma erudição cultural pouco comum no Brasil desse período:

Com efeito, a cidade de Teófilo Otoni contava, até a década de 40, com uma vida cultural bastante agitada sendo comum, principalmente na comunidade alemã, o ensino de música erudita e artes plásticas a seus filhos, com a presença marcante também na constituição de corais, tradição que se mantém até hoje. Devido às distâncias dos grandes centros culturais e ao interesse de grande parcela da população em eventos culturais, eram comuns apresentação de peças teatrais e orquestras vindas principalmente da Alemanha. Outro ponto de extrema importância no que tange à vida cultural da região era a presença de três jornais semanais compostos e editados em oficinas próprias: “A Família”, “O Mucury” e “O Município”, tendo-se até notícia de um pequeno periódico editado em alemão. (OTTONI, p. 62, 2006).

Com acesso às informações vindas dos grandes centros, favorecida pela aceleração da comunicação através da Estrada de Ferro Bahia e Minas, temas nacionais passaram a ser mais visíveis e discutidos pela imprensa local. Um

desses fatos tratados com frequência nos periódicos foi o movimento de Canudos ocorrido na Bahia, especialmente os conflitos acontecidos entre 1896 e 1897. Havia uma grande preocupação da imprensa local com os desdobramentos de Canudos, principalmente porque, sendo o Mucuri uma região ruralizada, o público leitor era, direta ou indiretamente, ligado à grande produção de café. Em edição de 18 de abril de 1897, o jornal “Nova Philadelphia” responsabilizou a resistência de Antônio Conselheiro pela queda do café na região e em todo Brasil, chamando o movimento de “horda de entrincheirados[...] em desafronto de nossa civilização”. O mesmo jornal, após a derrota de uma das investidas do governo republicano lideradas pelo coronel do exército Moreira César, publicou longo editorial assemelhando Conselheiro a um “zumbi assalariado”, completando que “[...] o fanático de Canudos imitou os Palmares até na forma de governo [...] Canalha” (Nova Philadelphia, 23/04/1897).

Temores contra movimentos populares, receios também quanto aos novos costumes influenciados pelo cinema e pelo rádio nos anos 20. Novos estilos de vida chegaram ao Mucuri, promovendo críticas de meios mais tradicionais. O Charleston, dança vinda dos cabarés do sul dos Estados Unidos, que se popularizou com o fim da Primeira Guerra Mundial, causou forte reação da Igreja Católica local. O jornal “A Família” de 24 de maio de 1927, considerou a mais imoral das danças. Outro jornal do período, “O Rádio”, em busca de conciliar a modernização com os princípios cristãos, procurou defender a dança, não como nos cabarés do Rio de Janeiro, mas com “[...] delicadeza e sem exageros” (O Rádio, 01/06/1927).

Mas se a erudição era o ideal de cultura da elite do Mucuri, havia o extremo oposto, marcado no cotidiano pela exclusão e desigualdade social. As tensões e conflitos era um desses elementos definidores do comportamento da região no período. Há de se destacar o elevado número de homicídios ocorridos no Vale do Mucuri. Quase todos os 26 presos que estavam no presídio de Teófilo Otoni no final do século XIX era por crimes contra a vida. Os periódicos publicavam os crimes mais brutais, como caso de uma criança de 12 anos de nome Silvéria, que matou um bebê de um ano, por ter lhe “emporcalhado” as mãos ao limpar as fezes da vítima (O Mucury, 01/02/1900). Ou no aldeamento em Itambacuri, onde o sogro matou o genro por este reagir contra o assédio do pai em relação à filha, (Nova Philadelphia, 27/12/1896).

Em edição de 06 de fevereiro de 1898, o periódico denunciou a violência cotidiana na periferia da cidade de Teófilo Otoni, citando diversos bairros onde se concentravam os conflitos: “Olaria, Pau-Velho, “Quenta”-Sol, Arrasta-Couro, Rompe-Gibão e Concórdia”. Festividades populares eram

tratadas em notas policiais como espaço de conflitos: “. . . facas, cacetes, navalhas e afinal o sabre da ordem e progresso” (O Mucury, 04/03/1900).

Violência e homicídios são temas constantes na imprensa local, como também os desvios e roubos de mercadorias ocorridos no transporte feito pela EFBM, presente em boa parte das suas edições dos periódicos. Muitas mercadorias não chegavam ao destino ou, ao chegar, estavam com pesagem menor do que foi acordado. Em 05 de abril de 1896, no jornal “Nova Philadelphia”, Antônio Esteves Soares reclamava que a quantia de café entregue ao comprador foi bem abaixo do declarado. Em 14 de junho de 1896, havia, segundo o mesmo periódico, preferências por produtos mais finos a serem roubados, como vinhos, champanhes, biscoitos e conservas. Segundo o jornal “Nova Philadelphia” de 05 de abril de 1896, formou-se uma quadrilha liderada por um francês para violação de volumes transportados pela ferrovia.

Outro tema recorrente nos período foi a questão da sanitização do meio urbano. Influenciada pelas informações que chegavam dos grandes centros nacionais, a preocupação das classes dominantes do Mucuri não era de melhoria da população mais carente, mas de se estabelecer uma hierarquia e o controle em todos os espaços dos excluídos. Era uma forma de utilizar estratégias de poder com finalidade de regular os espaços através do discurso da higienização.

Nessa política higienizadora, havia um misto de informações modernizadoras europeias típicas do período com adequações dessa visão à realidade e costumes locais. O “Mucury” de 18 de abril de 1897 denunciava o abastecimento de água da população em Teófilo Otoni, feito no rio Todos os Santos, onde se misturava restos de chiqueiros, banho de doentes e lavagens de roupa. Mas, ao mesmo tempo em que se apontava a sanitização como alternativa para os problemas de saúde local, o jornal oferecia a receita para os males causados pelo que chamava de “febre de mau caráter”: infusão de fedegoso, melão de São Caetano e quina de mato aos cálices de 2 em 2 horas”.

A preocupação de uma mudança de hábitos relacionados à higiene em todos os espaços era permanente nos noticiários da imprensa de Teófilo Otoni. O grande número de cães nas ruas era um tema recorrente, alguns com suspeita de raiva, chamados “cães danados”. A fiscalização para manutenção do matadouro de animais para alimentação em um espaço público devidamente fiscalizado também foi um assunto presente em várias atas da Câmara Municipal. Até as salas de aula não escapavam a esse discurso. O editorial de 27 de agosto de 1899, do jornal “O Mucury”, recomendava salas com até 50 alunos, porque a respiração em ambientes muito cheios “. . .

ocasionam falta de oxigênio e excesso de ‘ácido’ carbônico, viciação do ar”.

Dessa relação entre espaços públicos e higienização, o centro das atenções foi a cadeia e o mercado municipal. Ambos eram onde estava mais visível a população marginalizada, e que, na mentalidade da elite à época, eram os que mais apresentavam riscos à saúde da comunidade.

Diferente dos dias atuais, onde os presídios são construídos fora das cidades, na Primeira República a localização era na parte urbana central. A justificava, segundo o jornal “Nova Philadelphia” de 22 de novembro de 1896, se motivava por estar “. . . ao alcance de todas as vistas para demonstrar a certeza que o crime deve ser punido”. Em Teófilo Otoni, eram péssimas as condições da cadeia e, segundo o periódico “Nova Philadelphia”, tinha a mesma estrutura construída pela Companhia do Mucuri nos anos de 1850. Três anos depois, o jornal “O Mucury” volta ao tema, descrevia o local como “imundo, asqueroso, fétido” com seus 26 presos (19/11/1899). Mas o quadro em 1899 era mais grave, pois haviam morrido nos últimos meses 5 detentos com tuberculose.

O número de óbitos no presídio levou a juiz, promotor, funcionários da saúde e vereadores a visitar o local. Para essa visita foi recomendado que lavasse o ambiente e os presos com uma mistura de água destilada, sublimado corrosivo e álcool. Dentre os presos, chamou a atenção do jornal “O Mucury” um língua, Bertino de tal, no fundo da cadeia, amarelo e desfigurado, grandes olhos pretos. Segundo consta o jornal, os índios “fizeram parede” à época, prometendo não voltar a Itambacuri enquanto Bertino não fosse solto. Apesar de todas as condições degradantes vividas pelos presos, houve espaço para uma “queixa”: “[...] a farinha para molhar o feijão” (O Mucury, 19/11/1899).

O mercado municipal de Teófilo Otoni, lugar intensamente frequentado por trabalhadores rurais, mendigos, retirantes e toda a sorte de grupos excluídos, foi alvo também do discurso sanitarista da imprensa local. Reproduzir o relato do “O Mucury”, do dia 24 de dezembro de 1900, representa não apenas essa leitura de higienização social, mas uma rica narrativa do cotidiano e espaço de sociabilidade de setores que não puderam produzir na escrita suas práticas e vivências, ainda que carregado de estereótipos típico da imprensa dos primeiros anos de república:

É bem conhecida a balbúrdia e confusão que de longo tempo existe no mercado em dias de feira, e a quase impossibilidade de boa fiscalização devido à promiscuidade e embaralhamento dos gêneros alimentícios que ali são expostos à venda[...] Não é raro confundir-se um pedaço de toucinho, uma banha, uma grande manta de carne seca com qualquer trapo sujo, tal é a aparência que tem esses gêneros, devido ao pó e a terra com que estão envoltos ao chão, onde são pisados, mal tratados e quiçá cuspidos. Os cereais, o açúcar, a farinha, etc, são

vítimas dos mesmos inconvenientes do toucinho e carnes e havendo uma medida ou dois comuns para todos, não é raro ver-se feijão misturado com arroz, açúcar, fubá e farinha (O Mucury, 24/12/1900).

Além da boa higiene dos alimentos vendidos no mercado, o foco das preocupações das autoridades era com a população que frequentava o local. O jornal “O Mucury” reproduziu um ofício do delegado de saúde apontando a necessidade de controlar a circulação de “[...] tuberculosos, os afetados de úlceras e os atacados de moléstias contagiosas” (O Mucury, 24/12/1900). Ainda segundo o documento, o mercado era frequentado por “doente de febres, sífilis e tuberculosos”. Moscas, alimentos e doentes dividiam o mesmo espaço. Pelo relatório do delegado, no mesmo local do mercado também foi criado uma hospedaria de imigrantes “famintos”, favorecendo ainda mais a concentração de doentes, inclusive foi encontrada morta nos arredores, em 10 de dezembro, uma mulher em estado de decomposição.



Mercado Municipal de Teófilo Otoni, galpão à direita da imagem
Registro fotográfico do início do século XX: autor desconhecido

A população excluída vivia em condições precárias extremas. Um levantamento realizado pelo “O Mucury” em 01 de fevereiro de 1900 sobre os óbitos ocorridos no ano anterior apresentava essa situação. Das 278 mortes ocorridas, 103 eram de indigentes, sendo a causa mortes de quase todos era de “Atherepeia”, ou seja, falta de alimentação. Os mais atingidos foram as crianças: das 134 abaixo de 10 anos falecidas em 1899, 98 tinham menos de dois anos.

Espelho da cultura brasileira, o Vale do Mucuri reproduziu as marcas do patriarcalismo secular e que também definia o comportamento da sociedade da região. Nas publicações oficiais dos julgamentos dos tribunais de justiça local, todos os casos relatados de crime do companheiro ou esposo contra a mulher foram absolvidos, com o argumento de legítima defesa da honra. A justificação para absolvição do réu contra a mulher era praticamente o mesmo: “[...] apanhada em flagrante adultério” (O Mucury, 01/10/1899). Os periódicos também apresentavam o padrão de conduta feminina. O jornal “O Rádio” descreveu o modelo de comportamento das mulheres, dando a receita ideal que deveria “[...] não voltar a cabeça para olhar quem as olha [...] não usar vestido demasiadamente curto e decote demasiadamente compridos[...].” (O Rádio, 01/06/1927). Também “O Rádio”, no ano de 1928, buscou entre algumas figuras ilustres da cidade de Teófilo Otoni, como Eustáquio Peixoto e Teodolindo Pereira, a opinião quanto ao voto feminino. Todos foram contrários.

Algumas considerações

A política brasileira sustentada regionalmente pelo coronelismo com a Primeira República foi ao encontro das tendências localistas e personalistas já institucionalizadas no Vale do Mucuri. A chegada da EFBM não seria capaz de romper com essas tendências já institucionalizadas por anos de isolamento. A elite local não encontrou nenhuma dificuldade em se adaptar ao voto de cabresto e arranjos diversos que a lógica da Política de Governadores oferecia.

A consolidação do café como grande produto regional deu ainda maior poder aos grandes proprietários em reproduzir práticas políticas autoritárias. Já tendo uma massa de trabalhadores dominada com bases de exploração no agrego (caso dos indígenas, afrodescendentes e mestiços, que na região já se encontravam), a chegada de retirantes deslocados pela situação de miséria que viviam no sertão favoreceu a concentração de renda baseada na grande lavoura, agravando ainda mais a situação da maioria da população do Mucuri.

CAPÍTULO VIII

O VALE DO MUCURI ENTRE 1930 E 1964

8.1. Crise e reconstrução da economia

Em 1934, Godofredo Ferreira afirmava ser o café o principal produto do Vale do Mucuri, “[...] com uma produção no período de 1 milhão de arrobas por ano, exportadas para o Rio de Janeiro e Bahia” (FERREIRA apud ACHTSCHIN E SOREL, p. 11, 2015). Segundo ele “[...] a agricultura tem sido, pois, o alicerce forte da nossa prosperidade. . . Os teófilo-otonenses cuidavam e cuidam em primeiro lugar da cultura do café” (FERREIRA apud ACHTSCHIN E SOREL, p. 12, 2015).

Importante também era a extração de madeira e pedras preciosas.

Mas a crise de 1929 afetou profundamente a produção cafeeira, e, conseqüentemente, a economia local. A arrecadação de Teófilo Otoni sofreu permanente queda nos primeiros anos de 1930:

A receita municipal em 1932 sinalizava essa queda em comparação ao ano anterior: 431 contos de réis. Em 1933 cai ainda mais, tendo como arrecadação pouco mais que 368 contos de réis. Pelo registro indicado nos decretos municipais, em 17 de fevereiro de 1932 o prefeito Antônio Alves Benjamin dispensou de multa os contribuintes em atraso justificando o ato “[...] pela situação de depressão econômica do município, produzindo aguda crise financeira”[...]. Esse prefeito ainda criou uma nova legislação tributária e fiscal com 337 artigos, no final

de 1933, evidenciando uma forma de buscar pela eficiência a recuperação dos recursos públicos que vinham em queda crescente (ACHTSCHIN E SOREL, p.13, 2015).

Segundo Igor Sorel e Márcio Achtschin (2015) foi na imprensa o espaço de lamento da crise que afetou a região. De acordo com o jornal “Norte de Minas”, crescia o número de mendigos em função da queima de café, iniciativa do governo de Getúlio Vargas para que esse produto tivesse a valorização no mercado externo. São sucessivos artigos que denunciavam a decadência do produtor de café e o crescente número de mendigos, trabalhadores rurais que perderam o emprego e viviam em péssimas condições na cidade.

Para Martins (2015), a economia e o crescimento demográfico no Vale do Mucuri se encerraram nos anos de 1930, sendo que entre 1940 e 1960 houve dificuldades econômicas e a região “passou a expulsar população” (MARTINS, p. 81, 2015).

No entanto, de acordo com Igor Sorel e Márcio Achtschin (2015), o que ocorreu foi uma reestruturação no mercado regional, que buscou na agricultura e pecuária novas formas de produção. Na cidade, o terceiro setor aqueceu, se tornou mais dinâmico, tanto o comércio quanto a prestação de serviço. Um grupo bastante heterogêneo (comerciantes, prestadores de serviço, profissionais liberais, pecuaristas, pedristas, funcionários públicos) se tornou protagonista da economia local. Na pouca capacidade estrutural de uma arrancada industrial, o comércio e a prestação de serviços remodelou a economia do Mucuri (ACHTSCHIN E SOREL, 2015).

Essa readequação pode ser medida pela melhora na arrecadação municipal de Teófilo Otoni: em 1934, 468 contos de reis, caindo um pouco em 1936, 461 contos de reis e tendo uma leve melhora em 1937, em 497 contos de reis (ACHTSCHIN E SOREL, p. 14, 2015). As novas formas de tributação e dos serviços públicos evidenciam esse deslocamento econômico:

Pela própria mudança nos tributos e nos serviços públicos se percebe o deslocamento desse mercado. Em 1935 foi criada a taxa para limpeza pública pelo prefeito Manuel Pimenta Figueiredo Júnior e no ano seguinte surge uma nova legislação tributária, indicando de forma pontual itens a serem taxados. Ainda em 1936 aparecem rendas como taxa de calçamento, no valor de 13 contos de réis e imposto predial, de 22 contos de réis, inexistentes nas tributações da cidade no final dos anos 20.(ACHTSCHIN E SOREL, p. 14-15, 2015).

Segundo Igor Sorel e Márcio Achtschin (2015), um indicador de alterações no mercado urbano pode ser apontado nas publicidades. Até a década de 30, eram reduzidas as propagandas de empresas locais. As publicidades que haviam, era anunciada a venda dos mais variados produtos em um só

estabelecimento, típico de locais onde não tem um mercado consumidor robusto e busca nos chamados “secos e molhados” a melhor opção para se manter.

Os anúncios dos anos de 1940 já apontam para um comércio extremamente aquecido:

Há uma quantidade expressiva nas publicidades de profissionais liberais, como médicos, advogados e dentistas. Eram divulgadas propagandas de casas comerciais com especializações na sua venda, como lavanderias, casa de peça de automóveis, panificadoras, local de venda de rádios, bancos, combustíveis, agências de transportes rodoviários. A existência de um mercado aquecido atraía empresas de fora, como as Casas Pernambucanas, que foi inaugurada, segundo manchete do “Norte de Minas”, em 1943. No mesmo ano é aberto o Ginásio São José e no ano seguinte ocorre a inauguração do Cine Vitória, coexistindo na cidade duas salas de cinema, já que funcionava desde a década de 1930 o Cine Império. Em 25 de março de 1944, o “Norte de Minas” exaltava o crescimento comercial com a “[...] construção do Cine Vitória e o edifício Cristal, com o Grande Hotel [...] [e] o aparecimento de empresas como Barros, Motta e Cia”. (ACHTSCHIN E SOREL, p. 15, 2015).

Na década de 60, Teófilo Otoni era um dos mais importantes e promissores municípios mineiros. Segundo o jornal “Estado de Minas”, “[...] foi o terceiro município mais populoso do estado na década de 1960, com 130 mil moradores, atrás de Belo Horizonte e Juiz de Fora”¹. Estava no apogeu do seu crescimento reiniciado na segunda metade dos anos de 1930. Ainda segundo o “Estado de Minas” dessa mesma edição, a carga da EFBM saltou “[...] de 76.874 toneladas para 174.161 toneladas (aumento de 126%). O total de passageiros subiu em escala maior num período menor, de 51,3 mil pessoas em 1935 para 373 mil homens e mulheres em 1940 (acréscimo de 627%)”.

Em relatório do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) feito em 1964, o tenente coronel Urano Nunes Queiroz, delegado descreveu a cidade de Teófilo Otoni com um perfil bastante progressista, com 120 mil habitantes, sendo 45 mil na zona urbana, com um campo de pouso de 1200 metros, 127 automóveis, 197 rurais e jipes e 153 caminhões. Existiam 1100 casas comerciais, 5 hospitais, 15 hotéis e 105 pensões. São números significativos, o que demonstra um município com um mercado bastante aquecido.

1 LOBATO, Paulo Henrique. Bahia-Minas: EM refaz o trajeto da linha férrea que levou desenvolvimento aos dois estados. Postado em 02/08/2015. Jornal “Estado de Minas”.. https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2015/08/02/internas_economia,674427/ferrovia-bahia-minas-em-refaz-o-trajeto-da-linha-ferrea.shtml. Acesso em 10 de abril de 2018.

Outros municípios apresentavam também dados que apontavam para a modernização. Nanuque tinha, em 1955, 76 automóveis, 06 caminhonetas, 28 caminhões, 08 ônibus e 16 jipes, segundo dados apresentados por Ivan Claret (1985).

Quanto ao setor agrícola, a região buscou em outras atividades a solução para a crise cafeeira. Segundo o Anuário Estatístico de Minas Gerais de 1949 e 1955 (apud GIFFONI, 2006), a produção de café caiu de forma significativa, ficando o município de Teófilo Otoni, com a décima primeira colocação como produtor de café em Minas Gerais, com 3 mil e trezentos toneladas.

Mas os dados sugerem a diversidade econômica da região para superar a queda da produção cafeeira. Como foi o caso da cana de açúcar, no qual o município de Teófilo Otoni era, no período, a quinta maior produção de Minas Gerais, ou a laranja, em décimo lugar, e o milho como quinto produtor. Ou a mandioca, estando como terceira produção mineira e em 1955 saltava para o segundo lugar.

Para se ter uma ideia da diversidade produtiva de Teófilo Otoni entre 1949 e 1955, o município era, no estado de Minas Gerais, o quarto produtor de aguardente, o segundo produtor de mandioca, o primeiro em pele de animais selvagens, terceiro produtor de suínos e o quarto parque tipográfico (GIFFONI, 2006).

Em 1949 Itambacuri era o sexto produtor mineiro de feijão e Poté, o décimo terceiro (apud GIFFONI, 2006). Wallace Gomes Moraes (2018) chama a atenção para busca de alternativas econômicas também em Itambacuri, como o plantio da amoreira para produção têxtil. A extração de madeira também aqueceu a economia no período, sendo que Nanuque se tornou, em meados do século XX, o grande polo madeireiro do Mucuri. Serrarias de pequeno e grande porte se distribuíram em Serra dos Aimorés, Pavão e Crisólita.

Por sua vez, a produção da pecuária foi intensificada. Cooperativas de leite são criadas em toda a região, especialmente em Carlos Chagas e Nanuque. Ivan Claret (1985) afirma que nas primeiras décadas do século XX, não havia leite em Nanuque, mas que, em 1955, o município produziu mais de um milhão de litros de leite (CLARET, 1985). O município de Carlos Chagas, que foi o maior criador estadual de ovinos, tinha 17 mil animais em 1955 (apud GIFFONI, 2006). Para escoar a produção da pecuária, em 1966 iniciou a construção de uma rodovia com o sugestivo nome de Estrada do Boi. Marcos Lobato Martins (2010) destaca o salto da produção da pecuária no Mucuri, sendo que em 1920 na região havia 29.683 bovinos e em 1958,

somente em Carlos Chagas, 145 mil cabeças de boi. Carlos Chagas “[...] se gabava de ter o maior rebanho bovino de Minas Gerais e a maior densidade de bois do Brasil” (MARTINS, p. 64, 2010).

No entanto, a solução para a crise econômica de 1929, tendo como uma das alternativas a expansão da fazenda agropecuária no Vale do Mucuri, trouxe impactos até nas demarcações das fronteiras entre o Espírito Santo e Minas Gerais, em uma disputa chamada de Contestado (MORAES, 2018). A busca de terras levou a um grande número de migrantes para a região limite desses dois estados. Os interesses de posseiros, grileiros e latifundiários, assim como a definição da jurisdição dos governos capixaba e mineiro, geraram conflitos que se arrastaram por décadas: “A região passou a ser considerada uma terra sem lei, com um clima de beligerância altíssima” (MORAES, p. 278, 2018). Regiões rurais de municípios como o de Ataleia vivenciaram nesse período o abuso de grandes proprietários rurais que aproveitavam desse vazio legal para usar de todo o tipo de violência (especialmente assassinatos) e tomar terras de pequenos agricultores.

Essa nova composição econômica em meados do século XX alterou o modelo produtivo rural de posseiros, agregados e sitiantes que coexistiam com a grande propriedade (MOURA, 1988). Segundo Martins (2010), a ocupação do Mucuri teve a participação de atores distintos, e também ações diferentes em relação ao meio ambiente. A prática do posseiro era o uso da mata com relativa harmonia, de acordo com a necessidade do grupo familiar. O solo era usado por um período de aproximadamente cinco anos, em seguida deixado em pousio. Em pequena quantidade de hectares, a mata era explorada para coleta de frutos e raízes. Segundo Martins “[...] o pequeno posseiro encarava a terra como meio de produção e patrimônio, lugar de existência familiar e comunitária” (MARTINS, p. 60, 2010).

Diferente dos posseiros, os fazendeiros tratavam a terra como mercadoria (MARTINS, 2010). Para Margarida Maria Moura (1988), o fazendeiro-coronel aproximou da estrutura capitalista, utilizando de todos os recursos para implantar esse novo modelo econômico. A grande produção exigia a ocupação de novas terras ou a ampliação das já existentes, além de usar uma quantidade menor de trabalhadores no campo.

As tensões advindas da economia capitalista e seus novos valores socioculturais trouxeram reações em comunidades rurais que estavam adequadas a uma lógica regional própria. É o caso dos conflitos em relação à demarcação das terras, quer seja especialmente pela atividade da pecuária, quer seja pela especulação imobiliária. Com o uso da força por parte de latifundiários para retirada de pequenos proprietários de terra cresceu a

violência no campo entre os anos de 1930 e 1970. Principalmente em áreas menos exploradas para produção em larga escala, caso do alto e baixo Mucuri, a pistolagem e os crimes contra posseiros e sitianteiros foi a face mais cruel do crescimento econômico no campo. Segundo Martins (2010), na região do centro-leste e norte do Mucuri, onde atualmente são os municípios de Águas Formosas e Crisólita, a pecuária elevou o uso da violência contra os pequenos proprietários.

Daí decorre que, o antigo posseiro se transformaria um trabalhador assalariado em condições extremamente precárias:

[...] tornado parceiro, deve transformar-se em assalariado para poder permanecer parceiro e como, tendo de afrontar – por causa da desagregação do mundo estável e fechado do bairro – uma situação econômica já precária, é obrigado a deixar a sua cultura de origem expondo-se a sistemas de valores para ele de todo desconhecidos. (CASTALDI, p. 350, 2008).

Concomitante à ampliação dos negócios agrícolas e pecuários ao longo do século XX, chegaram as rodovias. As estradas de rodagem propiciaram uma valorização das terras dos municípios, até então de baixo valor no mercado, como o Alto Mucuri. Segundo Carlos Castaldi (2008)

A ligação, pois, de uma zona tão isolada aos centros de mercado, determinou a valorização das terras do município de Malacacheta ou, pelo menos, levou muita gente a crer que essas terras se valorizariam. Daí resultou um movimento tendente à ocupação das terras devolutas do município, movimento com fins mais especulativos que de colonização agrícola. De fato, a formação da propriedade privada, nessa zona, não indica de modo algum uma tendência a investir capitais em terrenos para lavoura, mas revela, ao contrário, uma tendência a legalizar a propriedade dos terrenos com o fim de garantir o direito de venda. Esse jogo especulativo – em parte devido à falta de meios dos recém-chegados, os quais, se de um lado não queriam ser posseiros, de outro, não tinham capital suficiente para “formar uma fazenda” – favorece a criação da propriedade privada de caráter latifundiário (CASTALDI, p. 343, 2008).

A formação da propriedade privada na região reduziu as alternativas de sobrevivência de posseiros e sitianteiros, que são obrigados a vender suas terras e deslocar para outros espaços. Muitos vão para a zona urbana e os que ficam buscam como saída serem agregados ou meeiros. Carlo Castaldi (2008) reproduz a situação de um desses ex-posseiros, que foi a realidade de muitos:

Em 1945, Manuel perdeu a terra por causa dos novos “extremantes” que, para obrigá-lo a vender, lhe invadiam as plantações com o seu gado; não tendo dinheiro para cercar com farpado os seus trinta alqueires, Manuel foi forçado a vender (CASTALDI, p. 327, 2008).

Alternativa para as novas dificuldades na região também foi o movimento migratório sazonal de homens que se deslocavam em busca de trabalho remunerado em grandes centros agrícolas, como São Paulo (CASTALDI, 2008). No retorno desses trabalhadores com o fim das colheitas, novos valores são introduzidos conflitando com culturas regionais já fortemente enraizadas.

Todas essas mudanças trouxeram profundos impactos sociais e culturais, alguns extremos. É o caso da tragédia de Catulé. Na região de Malacacheta, ex-posseiros, em meados do século XX, perderam suas propriedades nessa nova lógica do “vender e comprar a terra” (CASTALDI, p. 341, 2008). Esse grupo, totalizando dez famílias, encontrou trabalho como meeiros na região de Catulé, distante três léguas de Malacacheta. Convivendo com vínculos de compadrio e proximidades parentais formaram um bairro rural em uma situação bastante precária. Para a sobrevivência, os mais moços buscavam alternativas de emprego em trabalhos de colheita temporários.

Em 1953, retornaram os jovens que haviam migrado da colheita temporária de algodão, vindos de Presidente Prudente (SP) convertidos à Igreja Adventista da Promessa. Segundo Carlo Castaldi (1988), a desorganização produtiva e novos valores religiosos desestruturaram as relações da comunidade de Catulé. Surgiu dessa convivência uma religiosidade baseada em princípio utopístico e com forte apelo emotivo. Em abril de 1955, quatro crianças foram assassinadas por parceiros, acusadas de estar possuídas pelo demônio. O fato teve repercussão nacional, mas pouco explorado como entendimento do contexto vivido pelas comunidades rurais no Mucuri em meados do século XX.

8.2. Aspectos políticos, sociais e culturais de Teófilo Otoni entre 1930 e 1964

Segundo Márcio Achtschin (2015), as correntes políticas da região do Mucuri, Viúvinha e Sábias, deixaram de existir com a Revolução de 30. Pode-se destacar, segundo Godofredo Ferreira (1934), como uma corrente partidária mais compacta na região do Mucuri os Integralistas, com núcleos em Teófilo Otoni, Nanuque e Carlos Chagas. Os Integralistas reforçavam a tendência fascista pós Primeira Guerra, com proposta de um Estado totalitário, mas tanto nacionalmente como na região foram perseguidos pela polícia varguista e acabaram caindo na clandestinidade.

Alfredo Sá se manteve como principal figura política após 1930, mas foi perdendo fôlego ao longo do governo Vargas (ACHTSCHIN, 2015). Apoiou Júlio Prestes nas eleições para presidente e se opôs à Revolução de 30.

Conservou-se no poder no período varguista, sendo, durante o Estado Novo, secretário do Instituto Mineiro do Café e depois prefeito de Teófilo Otoni. No processo de redemocratização após 1945 manteve inicialmente o espaço político como constituinte pelo recém-criado Partido Social Democrático. Para Sérgio Miceli (1988), o PSD em Minas Gerais, logo após 1945, estava ligado a antigos políticos que tiveram serviços prestados na gestão de Getúlio Vargas, vinculados às oligarquias estaduais e que usavam de suas influências palacianas para controlar o poder local.

No entanto, Alfredo Sá perdeu espaço e o PSD não conseguiu no Mucuri ter a expressão que tinha em âmbito nacional. Era visto na região como símbolo da tradição das oligarquias agrárias e relacionado ao atraso de um projeto já superado. A vitória de Pedro Abrantes, pelo PSD, como primeiro prefeito eleito de Teófilo Otoni após a era Vargas indicava a presença de uma política ainda próxima ao conservadorismo agrário, liderado na região por Alfredo Sá. Mas ficou perceptível nas eleições seguintes o gradual declínio do grupo ligado aos Sá. Se em 1947 a composição do legislativo tinha entre os 15 representantes, 9 do PSD, em 1954 esse número cai para sete, mantendo cinco vereadores em 1958 e em 1962 (ACHTSCHIN, 2015).

Em oposição ao PSD, surgiu com maior força na região e com nova roupagem o Partido Republicano. Ainda que o PR no Vale do Mucuri tenha seguido uma tendência contrária do restante do Brasil, que centrava a política nos partidos PSD-PTB-UDN, em Minas Gerais o PR ocupou importante bancada na Constituinte de 1946. Dos 11 parlamentares eleitos pelo partido em 1946, 6 eram mineiros. Seus membros eram ligados a setores dominantes em Minas Gerais, caso do ex-presidente, cafeicultor e usineiro Artur Bernardes; de Bernardes Filhos, banqueiro e signatário do Manifesto dos Mineiros; (este documento, de 1943, foi assinado por noventa e duas personalidades de Minas Gerais, circulou como carta aberta, pedindo a volta da democracia e o fim do Estado Novo). Mário Brant, também banqueiro e signatário do Manifesto dos Mineiros; dentre outros. Portanto, o Mucuri era uma região que não estava alinhada com os grandes partidos que dominaram a política brasileira entre 1945 e 1964, mas não estava distanciado das tendências excludentes e elitistas do jogo de poder desse período.

É nesse contexto que se pode entender a construção político-partidária regional a partir dos anos de 1930. Ainda que a solução da crise econômica vivenciada em Teófilo Otoni tenha vindo do setor terciário (ACHTSCHIN, 2015), o PR regional não podia virar as costas para a economia agrária. Principalmente porque, apesar do crescimento urbano, até os anos 60 a maioria da população do município era rural. No entanto, a política iria

assumir o papel de, gradualmente, realizar investimentos públicos, antes destinados à produção agroexportadora, para uma estrutura que atendesse especialmente ao terceiro setor. Especialmente, mas não de forma exclusiva, o Partido Republicano vai encarnar essa nova realidade através de uma condução nos princípios de uma modernização conservadora, assumindo uma transição gradual, onde o poder continuasse sendo regido dentro das bases autoritárias da política local, mas adequado a novos tempos. Ou seja, ainda que de forma contraditória, as velhas tendências políticas iriam assumir as rédeas das mudanças.

Havia nessa conjuntura o princípio de que a produção agrícola não seria substituída, mas sim incorporada a uma nova lógica. Ou seja, a superação da crise agrária exportadora ocorreria a partir de uma maior diversidade produtiva. A economia baseada na cafeicultura e na extração de madeira passou a dividir com novas formas produtivas no campo, especialmente a pecuária (ACHTSCHIN, 2015). Apesar disso, essa economia rural, como no restante do Brasil, não ampliou para os camponeses os direitos trabalhistas. Direito esse que pouco chegou até os anos de 1960 de forma plena também ao trabalhador urbano do Mucuri. Poucos eram os empregados do comércio que tinham sua carteira assinada. Para se ter uma ideia dessa distância entre os direitos trabalhistas e o trabalho realizado no Mucuri, eram frequentes os açoites até os anos de 1950 nos ferroviários da EFBM que faziam o trabalho de conserva.

Tristão Ferreira da Cunha vai personificar essas propostas modernizadoras, mediando projetos para uma mudança do eixo econômico sem sobressaltos. Cunha era filho de famílias tradicionais da região, atuando como advogado e promotor público em Teófilo Otoni. Na política, pertencia ao antigo quadro do Partido Republicano Mineiro, sendo deputado estadual na Assembleia constituinte de Minas Gerais em 1934. Ou seja, não era um homem público que tinha o perfil de rupturas extremas, ainda que carregasse o discurso de um liberal, demonstrado quando foi um dos signatários do Manifesto dos Mineiros.

Após a queda de Vargas, Tristão da Cunha assumiu cargos públicos de primeiro escalão nos governos mineiros, como Secretário de Educação e Saúde no governo Júlio de Carvalho, Secretário de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho no governo de Juscelino Kubitschek e secretário de Estado das finanças nos governos de Clóvis Salgado e Bias Fortes (ACHTSCHIN, 2015). Foi deputado federal em quatro mandatos consecutivos a partir de 1946. Passou então a ser considerado, como expressa a manchete do “Norte de Minas”, como o “maior benfeitor da região”.

O discurso de posse de Tristão da Cunha, quando ocupou a secretaria de Agricultura no governo Kubitschek, é emblemático quanto à proposta de uma modernização sem choque com a agricultura. Para ele, a industrialização era um projeto político que não haveria retorno, mas sem prejuízos para o campo:

A industrialização não pode nascer a partir do ônus da agricultura [...] Agricultura e pecuária sólidas resultarão em diretrizes firmes para a industrialização que tanto necessitamos e desejamos. O Brasil tem avançado muito no campo industrial e que mais cedo ou mais tarde tornaremos um país 100% industrial (Norte de Minas, 17.02.1851).

Portanto, o aquecimento da economia regional somado às iniciativas de políticos liberais locais seriam então dois elementos agregados que iriam favorecer o impulso da cidade de Teófilo Otoni entre os anos de 1940 e 1960. Conforme já foi assinalado, bem antes da queda de Vargas, a região já apresentava sinais de recuperação.

Politicamente, uma maneira de perceber a maior importância que era dada à região foi o olhar mais atento de lideranças estaduais e nacionais para o vale do Mucuri. Em 1944, a cidade tem a primeira visita de um governador, Benedito Valadares (ACHTSCHIN, 2015), sinal de prestígio local.

As ações públicas passaram aos poucos para o controle do PR, capitaneadas por Tristão da Cunha, que fazia a mediação com o governo estadual e federal. Essa transição demonstrava por um lado uma economia urbana que se aquecia, mas que era um processo gradual, pois mantinha viva a força regional da oligarquia agrária tradicional que não poderia ser ignorada.

Adotando projeto que relacionava produção agrícola (inclusive cafeeira), pedras preciosas e comércio local, e dentro de uma proposta liberal, o PR reiterava um crescente discurso se auto identificando como vanguarda na política mineira. Essas propostas são perceptíveis pelas obras públicas realizadas no Mucuri. Em 1950 ocorreu a inauguração da estrada Rio-Bahia, mesmo ano da instalação da extensão secundária do Colégio Mineiro. Em 1951 iniciou a construção da usina hidrelétrica local, ano também que foi inaugurado o campo de pouso em Teófilo Otoni. A estrada Santa Clara foi revitalizada em 1953, com o investimento estadual de aproximadamente um milhão de cruzeiros, fazendo a ligação Nanuque-Carlos Chagas-Teófilo Otoni (ACHTSCHIN, 2015).

Segundo Márcio Achtschin (2015), a presença de uma política com ideais modernizadores podem ser percebidas nas obras públicas realizadas em Teófilo Otoni. Na presidência de Eurico Gaspar Dutra, a passagem de Nagib Ganem na prefeitura de Teófilo Otoni, em 1947, sinalizava a preocupação

de modernização da malha urbana, havendo o prolongamento da então Rua Direita e em outras vias centrais. A partir da chegada à prefeitura com Germano Augusto de Souza, do PR, seriam contínuas as vitórias de candidatos com laços estreitos com melhorias urbanas, dando um direcionamento político ao que já vinha sendo construído pelas novas tendências de mercado em Teófilo Otoni. Em 1955, novamente a vitória do PR, com Petrônio Mendes de Sousa, vai indicar a identidade das propostas liberais com o eleitor urbano. Mesmo com a vitória de Sidônio Epaminondas Otoni pelo PTB, em 1958, não quebrou essa tendência, uma vez que ele vinha dos quadros do PR. Finaliza a sequência de vitórias do PR, a eleição de Luiz Porto Salman, em 1962.

Desses prefeitos eleitos em Teófilo Otoni, após Pedro Abrantes, ficaram visíveis os investimentos municipais em obras relacionadas às melhorias urbanas, vivendo a cidade sua “belle époque”. Sem apontar as diversas obras secundárias executadas na região central, as reformas urbanas vão se sucedendo, reforçando a nova direção tomada para a economia local: Germano Augusto modernizou a Praça Tiradentes bem como construiu a fonte luminosa; em 1954 inicia-se a reforma do Mercado Municipal, considerada, pelo seu vulto, uma construção, citado pelo jornal “Norte de Minas” em 18 de dezembro de 1954 como “uma obra gigante”; em 1958, Sidônio Esteves Otoni deslocou o leito do Rio todos os Santos para acabar com as enchentes vividas no centro da cidade; Luiz Porto Salman prolongou a principal avenida da cidade, Getúlio Vargas, até o Bairro Bela Vista.

8.3. Os Movimentos de resistência na cidade de Teófilo Otoni e região entre 1930 e 1964

As informações do Brasil e do mundo não eram mais alheias para parte da população urbana no Vale do Mucuri em meados do século XX. Especialmente o rádio trazia os relatos da Guerra Fria, o avanço de movimentos de esquerda na América Latina, os muitos golpes de Estado no Cone Sul, as disputas entre entreguistas e nacionalistas no discurso pelo poder. O isolamento como característica marcante da formação regional deixou profundas marcas, mas não tinha como impedir a chegada da comunicação de massa.

Na década de 50, a tensão no campo vai colocar em pauta o debate em torno da Reforma Agrária. A formação das Ligas Camponesas vai ao encontro dessas propostas, se tornando a maior representação desses movimentos. No início dos anos de 1960 a discussão se tornou mais aguda, reforçada pela crise de abastecimento e acompanhada de inflação, levando a uma pressão de alguns segmentos para que fosse adotada por parte do governo uma política voltada para a questão agrária. Em 1963 foi promulgado o Estatuto

do Trabalhador Rural, que estendia para o campo os direitos trabalhistas do operário urbano. Em 15 de março de 1964 foi enviado para o Congresso um projeto de Reforma Agrária. A radicalização das propostas apresentadas pelo governo Goulart encontrou forte resistência, especialmente nos estados do nordeste e em Minas Gerais, regiões de base latifundiária.

A proposta da realização das Reformas de Base (agrária, administrativa, bancária, tributária, eleitoral e educacional) feitas por Goulart contribuiu para radicalização política. Se de um lado a União Nacional dos Estudantes (UNE), o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), as Ligas Camponesas, dentre outros, cobravam a aceleração das mudanças propostas pelo governo, os grandes empresários, parte do alto clero e dos oficiais das Forças Armadas temiam o avanço dos movimentos sociais. A posição de Goulart vai assumir contornos mais claros com o Comício da Central do Brasil em 13 de março de 1964. A reação de setores conservadores também se manifestou publicamente, sendo emblemática a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, reunindo em 19 de março, no centro paulista, 500 mil pessoas.

Diante da crise instalada, a aproximação de Goulart com os setores de esquerda trouxe a reação dessas lideranças civis e militares, culminando no Golpe de Estado de 31 de março de 1964. João Goulart se recusou a qualquer resistência e foi decretada a vacância do cargo pelo senador Auro Soares de Moura Andrade, assumindo temporariamente o deputado Ranieri Mazzili. Em 15 de abril de 1964 assumia a presidência o general Humberto de Alencar Castelo Branco, eleito de forma indireta por um Colégio Eleitoral.

Como em grande parte do Brasil, no Vale do Mucuri fervilharam as mais diversas manifestações de oposição à política nacional e em especial às relações de poder local (ACHTSCHIN, 2015). De um modo geral, o caráter excludente adotado pela modernização conservadora construído na cidade de Teófilo Otoni a partir dos anos de 1920 era contestado, cada um a seu modo e sua ideologia. Em Teófilo Otoni, o núcleo do Partido Comunista Brasileiro tinha membros com uma trajetória que remonta a ditadura Vargas, com penetração em diversos segmentos, tanto em setores médios representados por pequenos empresários e profissionais liberais, quanto pela classe trabalhadora marginalizada da zona sul. Os componentes eram de diversas tendências, desde nacionalistas extremos até socialistas cristãos.

Segundo Márcio Achtschin (2015), o formato de organização por células adotado pelo PCB dificulta uma identificação da ação comunista em Teófilo Otoni. Mas, ainda que se sinalize para a ausência de uma representação organizada do PCB na região após sua ilegalidade decretada em 1947, parece que os comunistas, ou seus simpatizantes, se conheciam e dialogavam entre

si. Nestor Medina, ferroviário da EFBM, por exemplo, disse em depoimento ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) afinar com as propostas de Pedro Umbelino, companheiro de trabalho, e que trocava ideias com Rui Metzker, corretor de seguros.

Nestor Medina assumia seu socialismo baseado nos princípios cristãos. Era favorável à reforma agrária dentro da legalidade e da autodeterminação dos povos. Em 1955 apoiou a criação do Movimento Nacional Popular Trabalhista, surgido em função das eleições desse ano. O MNPT foi criado pelo PCB para dar apoio à candidatura e posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart. Medina fundou um diretório em Teófilo Otoni, mas a organização foi posta na ilegalidade por ser considerada “comunizante”. Medina, dos membros do PCB, foi quem mais sofreu as penalidades do Estado. Ficou preso por alguns meses e se afastou da militância política de forma definitiva após 1964 (ACHTSCHIN, 2015).

Dos outros segmentos contestatórios nos anos de 1950 em Teófilo Otoni, também destacou a atuação Católica. Nesse período, a Igreja se dividia, tanto se apresentando politicamente com um discurso mais conservador como também com grupos que se aproximavam de ideias de esquerda. Parte dos católicos mineiros participou ativamente para desestabilizar o governo Goulart. No entanto, outros segmentos da Igreja aproximaram-se da luta em favor das reformas sociais, engajando em movimentos sociais tendo como bandeira um socialismo humanista. Muito bem articulado, tinha penetração principalmente entre os movimentos no campo e as organizações estudantis.

Para Márcio Achtschin (2015), no caso específico de Teófilo Otoni a “Ação Católica”, a “Juventude Agrária Católica” e a “Juventude Estudantil Católica”, estiveram presentes, tanto nos sindicatos como na área da educação, caso da União Estudantil de Teófilo Otoni (UETO). A composição da UETO pré-64 era muito heterogênea, sendo que sua liderança procurava assumir uma posição distante da política partidária. Mas essa postura não era suficiente para conter os ânimos de alguns componentes da UETO que adotavam um discurso mais à esquerda. Havia duas tendências entre os estudantes locais. Uma que se aproximava da UNE, ligada a estudantes de Belo Horizonte e da Guanabara. A outra corrente estava relacionada à Igreja Católica, liderada pelo frei Cristóvão, que estava à frente dos movimentos estudantis cristãos na cidade. Frei Cristóvão exerceu grande influência nos estudantes e deu um tom mais à esquerda no interior da UETO.

Segundo Alberth Alves Rodrigues (1990) a presença da Igreja Católica nos movimentos rurais foi uma estratégia para conter o avanço do PCB e das Ligas Camponesas no meio rural. Para Rodrigues, diferente da presença das

Ligas Camponesas em Governador Valadares, no caso específico do vale do Mucuri o Partido Comunista não teve penetração na região.

Apoiado inicialmente pelo bispo Dom José Maria Pires, da diocese de Araçuaí, e depois com a criação do bispado em Teófilo Otoni, com Dom Quirino Adolfo Schmitz, a ideia se concretizou a partir da orientação da Juventude Agrária Católica (JAC). O grupo paulista da JAC foi trazido pelo padre Teodoro e orientou a partir da Comissão Diocesana para Sindicalismo Rural e pela Ação Católica em Poté, onde foi criado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. O sindicato tinha como proposta os mesmos benefícios dos trabalhadores urbanos e seus dirigentes no início dos anos 64 foram Joaquim Pereira da Silva Neto, Ary Pereira da Silva e Serafim Souza Santos.

Nos final dos anos de 1950, algumas lideranças partidárias também chegaram a apresentar reações ao modelo político estabelecido na região. Dividido, o Partido Trabalhista Brasileiro em Teófilo Otoni tinha em seu quadro uma ala mais ao centro, defensora de alianças com partidos de centro e modestas reformas, mas também outro grupo com propostas de Reformas de Base e mudanças na Constituição. Em depoimento para o DOPS, o vereador petebista Franklin Tatuhy Sardinha Pinto relatou que divergia do seu outro companheiro de sigla, o também vereador Francisco Onofre Pereira. Segundo Sardinha Pinto, Pereira tinha como conduta dificultar os trabalhos da Câmara Municipal (ACHTSCHIN, 2015).

Sob orientação do deputado estadual do PTB, Salim Nacur, Francisco Onofre fazia oposição sistemática à prefeitura nas mãos do PR. Foi o único vereador, segundo Franklin a votar contra o título de cidadão honorário a Magalhães Pinto, bem como apresentou um projeto convidando Brizola a vir a Teófilo Otoni para palestrar sobre as Reformas de Base. Seu projeto foi rejeitado por unanimidade. Segundo Franklin, “[...] existe dois PTBs em Teófilo Otoni: um pela defesa da reforma da bandeira e outro pela bandeira da reforma”. Havia no PTB local um grupo próximo ao brizolismo ou socialismo, mas que perderam força com o Golpe de 64.

Personagem também ligado à política partidária acusado de subversivo e que merece destaque no período foi o ex-prefeito Petrônio Mendes de Sousa, pertencendo ao PR e com aliança a políticos tradicionais como Tristão da Cunha e o filho Aécio Cunha. Quais os riscos poderiam trazer um político com um perfil próximo a grupos conservadores, com um discurso que se aproximava do liberalismo? A justificativa que parece ter sido decisiva para a ação dos militares contra a figura pública de Petrônio seria que, apesar da aliança com setores moderados e conservadores locais, ele representava uma liderança expressiva que vinha desequilibrando as forças políticas regionais

dentro de discursos e ações envolvendo o apelo à participação das massas. Ora, foi essa política que motivou a nível nacional o Golpe militar em 1964. Para reforçar esse argumento, observem a parte final do depoimento de Petrônio para o DOPS:

Que é contra as massificações das massas em que as multidões são movidas sem orientação espontânea, sem o direito de analisar os impactos que as estão movimentando. Mas é a favor do esclarecimento progressivo das massas, isto é, da politização das massas por líderes autênticos (ACHTSCHIN, p. 61, 2015).

Mas, das manifestações consideradas de esquerda, a que mais foi visada pela repressão em Teófilo Otoni foi o Grupo de Onze (ou Grupo dos Onze). Esse movimento foi criado por Leonel Brizola, à época deputado federal, que tinha como bandeira as Reformas de Base, com mudanças na educação, política, agrária, etc. Brizola formou então a Frente de Mobilização Popular (FMP) e adquiriu a Rádio Mayrink Veiga, com uma audiência de aproximadamente dez milhões de pessoas em todo o Brasil. Entendendo que as mudanças só aconteceriam a partir de forte pressão popular, conclamou pela rádio a criação dos Grupos de Onze companheiros em todo o Brasil, com assumido compromisso em defesa da democracia e das reformas de base, além de posição contrária à espoliação internacional.

Em Teófilo Otoni, o Grupo de Onze era composto por funcionários públicos, balconistas, ferroviários, barbeiros, desempregados (ACHTSCHIN, 2015). O que incomodou a repressão foram o discurso e as propostas mais radicais do seu líder Walter de Oliveira Garrocho. Tim Garrocho esteve envolvido em diversas manifestações, mas o que mais vai deixar em alerta era estar organizando um sindicato dos ruralistas sem-terra com objetivo de ocupar a fazenda Saudade, pertencente a ingleses. O DOPS tinha atenção especial em relação a movimentos pela reforma agrária. Listando e comentando uma grande quantidade de nomes em Minas Gerais, indicava Tim Garrocho como um indivíduo perigoso. Às vésperas do Golpe de 64, a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais tinha listado as fazendas da região que poderiam ser ocupadas. Eram duas na região de Governador Valadares, duas em Itambacuri e uma em Teófilo Otoni, a fazenda Saudade. Todas pertenciam à Lancashire General Investment CO LTDA.

Analisando o contexto regional entre os anos de 1950 e 1960, é possível perceber que o reduto de atuação de Tim Garrocho era a região sul de Teófilo Otoni (área periférica da cidade, onde concentrava a população mais carente). O comércio e a moradia do seu pai ficavam nessas proximidades, bem como a residência de Tim depois de casado. Fez doação de terreno a populares para construção de moradias na zona sul da cidade. A sua vivência,

seu raio de ação político, seus eleitores, apoiadores, os alvos de confronto: a separação e a exclusão da região sul vão fazer de Tim Garrocho sua liderança mais expressiva. Tim Garrocho vai agregar dois elementos em seu discurso que seria decisivo para sua prisão: ser a representação política mais radical dos setores marginalizados concentrados na margem da linha da ferrovia em Teófilo Otoni e a proposta de reforma agrária.

Walter de Oliveira Garrocho, sofrendo todo tipo de tortura, viveu a partir de abril de 1964 um verdadeiro martírio em diversas prisões pelo Brasil (GARROCHO, s.n.) O rigor maior na punição de Tim pode retratar a conciliação de interesses nacionais com os regionais. Garrocho representou, no seu discurso e na sua prática, tudo que os militares apresentavam como justificativa para deferir o Golpe: o nacionalismo, a reforma agrária, o fim da propriedade privada. Localmente, a repressão contra Tim Garrocho foi uma forma de sufocar as resistências de setores populares contra os interesses das elites locais, bem como abafar na região a proposta de reforma agrária.

Às vésperas da derrubada do governo de João Goulart, a elite local já tinha informações de quem se proponha ao enfrentamento às práticas políticas no Mucuri. Nos primeiros dias após o Golpe de 64, em uma reunião ocorrida na residência do maior pecuarista da região à época com alguns políticos locais, foi apresentada entre os presentes a relação dos nomes de supostos comunistas a ser entregue ao DOPS. Das dezenas de nomes, a lista apresentava menos aqueles suspeitos pelo regime militar e mais os que ofereciam riscos à política já enraizada no Mucuri. O localismo, mandonismo, autoritarismo e patrimonialismo mantidos ao longo de todo o período entre 1945 e 1964 através do PR (sigla que no Brasil simbolizou o coronelismo da Primeira República e que já havia sido enterrada desde a Era Vargas), representou a extrema resistência da elite em incorporar mudanças na região.

Algumas considerações

O deslocamento de uma produção cafeeira para uma economia heterogênea, com bases no terceiro setor, bem como a tendência nacional de um projeto civilizador, vai dar uma nova roupagem às relações de trabalho na região do Mucuri. No campo, a grande propriedade capitalista vai impactar fortemente nos posseiros e pequenos proprietários. Mas essa modernidade não conseguiu romper com as velhas práticas autoritárias já enraizadas no Vale do Mucuri. Primeiramente, a população ainda era, em sua maioria, rural. O predomínio do agrego e as práticas localistas e personalistas permaneceram, adaptando aos novos ventos do capitalismo.

Em um momento que a política nacional trazia novos debates, a

preservação do Partido Republicano, típico das relações de poder da Primeira República, como principal partido regional até 1964, é emblemático no sentido de sinalizar que as velhas práticas seriam mantidas. Diferentemente da política nacional, que após 1945 concentrou o embate entre PSD, PTB E UDN, na região do vale do Mucuri manteve o formato partidário da Primeira República. Conduzida politicamente por um segmento mais modernizante do PR, braço político da nova-velha elite local, essa política atendeu aos grandes proprietários rurais, ao terceiro setor e demais segmentos que se beneficiaram com o modelo “civilizatório”.

Mas a aliança do projeto modernizador com a manutenção das práticas pouco democráticas herdadas da República Velha aumentou o grau de tensão existente ao marginalizar a maioria da população dos benefícios gerados pelo crescimento econômico da cidade entre os anos de 1940 e a década de 60. As reações se fizeram presentes em vários formatos. No campo, o Massacre de Catulé é a sua expressão inconsciente mais aguda. Dos movimentos sociais rurais organizados do período, ficou marcada a tendência do sindicalismo rural motivado pela Igreja Católica. No meio urbano, ainda que em alguns casos difusos e desarticulados, começaram a brotar com formatos regionais e adaptado a realidades locais, manifestações de comunistas, nacionalistas, brizolistas e populistas.

É importante destacar que a região, ainda que fundada pelo autoritarismo da elite local, teve uma trajetória de resistências em diversos momentos e que não se limitam ao período de 1945 a 1964. São demonstrações dessas lutas contra as práticas autoritárias no Vale do Mucuri: o enfrentamento indígena diante da reocupação na região a partir do século XIX; os movimentos de luta dos imigrantes europeus e chineses na metade dos anos de mil e oitocentos; os quilombos formados como reação à violência da escravidão; a greve dos trabalhadores na Estrada de Ferro Bahia e Minas no final do século XIX, momento que movimentos grevistas eram pouco comuns no Brasil; as diversas outras contestações silenciosas do cotidiano, como os crimes cometidos pelos escravos contra feitores e proprietários; a formação do “Território Negro Bahiminas” que será trabalhado no capítulo X.

CAPÍTULO IX

A ESTRADA DE FERRO BAHIA E MINAS: OUTROS OLHARES

A Estrada de Ferro Bahia e Minas (EFBM) foi um dos temas mais permanentes na literatura do Vale do Mucuri, frequentemente com publicações romantizadas do “tempo de antes”. A ferrovia foi mistificada em poemas, contos, música e casos, reforçando a representação de uma empresa bondosa, uma “mãe caridosa”, que beneficiava a todos. Enfim, a “Bahia e Minas” foi humanizada no imaginário popular.

Grande parte dessa interpretação se deve à construção de uma memória que, segundo Weber Novais (2009), foi produzida pela própria ferrovia, especialmente os funcionários do setor administrativo, bem remunerados e que se beneficiavam com as vantagens oferecidas pela EFBM: “A ação ‘beneficente’ da empresa criava um exército de mão-de-obra altamente qualificada para trabalhar na Estrada e altamente fiel [...]”(NOVAIS, p. 71, 2009).

Por sua vez, Marcos Lobato Martins (2005), entende que os símbolos e o imaginário em torno da ferrovia atingiu apenas a população que tinha proximidade com a “Bahia e Minas”, mas que não teve alcance em toda a região, deixando pouco legado em locais como Águas Formosas, Catuji, Pavão, Crisólita e Umburatiba.

Populações desses lugares não construíram o núcleo de seu imaginário com os símbolos e práticas referentes à ferrovia. O maquinista, o chefe de estação, o guarda-chave, o telegrafista, o mestre de linha, o feitor ou o “garimpeiro” (trabalhador das turmas de conserva) nunca ocuparam posições semelhantes, no plano simbólico, àquelas ocupadas pelo vaqueiro, agregado, camponês ou tropeiro. (MARTINS, p. 82, 2015).

O ponto de partida para tirar essa aura mística e autônoma da EFBM é contextualizar sua criação. É uma questão até então pouco trabalhada, qual seja, a razão do surgimento de uma ferrovia em um território então considerado como de baixo poder econômico. O que se questionava pelas pesquisas realizadas é como a região do Mucuri conseguiu um investimento de grande porte em um mercado aparentemente tendendo apenas a uma economia interna?

A partir dos capítulos anteriores, a resposta a essa questão já foi dada. Paralelo a uma aquecida produção local surgiu uma atividade cafeeira que ganhou força e pressionou primeiro o governo monárquico, depois o republicano, à construção de um meio de transporte mais eficiente para o escoamento do café. Ou seja, a ferrovia não surgiu como impulsionadora da expansão e modernização da economia do Vale do Mucuri, mas o inverso. A EFBM foi construída como consequência do crescimento local e não de empreendedores visionários ou iniciativa dos interesses do Alto Jequitinhonha e do governo mineiro.

Segundo Leônidas Barroso e Márcio Achtschin (2017), a estrada Santa Clara, única via de contato do interior do Mucuri até o litoral baiano, pela sua precariedade já não mais servia os interesses da produção cafeeira do Mucuri. Com o aumento da produção de café na região, os meios utilizados para o seu transporte até o sul baiano se tornaram obsoletos, não mais atendendo à demanda (ACHTSCHIN E BARROSO, 2017). A estrada de rodagem Santa Clara já não mais atendia os interesses dos produtores rurais. Em edição de 02 de fevereiro de 1896, o periódico “Nova Philadelphia” apontava para as dificuldades da condução do café feito no “lombo de burro[...] caríssimo e pesado”. Era uma via com alto custo de manutenção e de baixo poder de transporte. Diversos documentos solicitando ao Império a construção de uma nova estrada foram elaborados por proprietários e políticos do nordeste mineiro. Essas condições precárias de transporte traziam os seguintes impactos negativos: os fretes aumentavam de preço constantemente, havia demora nas viagens, o elevado gasto para desobstruir a estrada, e o desestímulo dos transportadores de carga para investir no negócio.

O engenheiro civil Miguel de Teive e Argolo (que viria a ser responsável pelo início da construção da Estrada de Ferro Bahia e Minas) esteve na

capital do Império várias vezes, junto com fazendeiros locais, para negociar a criação de uma ferrovia. Na historiografia sobre a EFBM, a figura de Miguel Argolo aparece como um visionário que busca o crescimento do nordeste mineiro, mas, na realidade, foi o porta-voz de uma elite agrária desejosa de ampliar seus lucros com o café e a madeira. A Estrada de Ferro Bahia e Minas (EFBM) foi criada por um decreto imperial de 1880 e começou a ser construída no ano seguinte, a partir do porto de Caravelas, na Bahia. Desse modo, quando iniciaram as obras da EFBM havia uma forte pressão dos fazendeiros para acelerar e concluir a obra.

À medida que eram assentados os trilhos, iam surgindo povoados, vilas e cidades, especialmente nas estações. Mas nem todos se beneficiaram com a presença da EFBM. O povoado de Santa Clara sofreu um duro golpe a partir de 1883, pois a ferrovia passava distante da antiga “porta principal” do Mucuri. Perdeu a condição de sede de distrito para Aimorés em 1902. Também sentiu a Colônia de Urucu (NOGUEIRA FILHO, 1989), pois o comércio deixou de existir pela Estrada Santa Clara, se deslocando para as margens da ferrovia. Assim, a antiga colônia militar perdeu a condição de sede do distrito para a estação de Urucu, que viria posteriormente a se emancipar e receber o nome de Carlos Chagas.

No entanto, a construção foi lenta. Além de faltar recursos, as empreiteiras não cumpriam o acordado. Em 01 de dezembro de 1895, o editorial do jornal “Nova Philadelphia” se dedicou a fazer críticas quanto a morosidade da construção da ferrovia, tendo como título “Tem caveira de burro”. Em onze meses, segundo a edição, não avançou um metro sequer. Novamente em 03 de maio de 1896, um editorial do mesmo jornal, com título “Vem ou não vem?”, cobrava, impaciente, os 85 quilômetros que faltavam para chegar a Teófilo Otoni.

Foi decisiva a participação de políticos de expressão estadual para acelerar a conclusão da malha ferroviária até a cidade de Teófilo Otoni. Os interesses dos cafeicultores da região personificaram politicamente na figura de Francisco Sá, que ocupava a época o cargo de ministro da agricultura de Minas Gerais. Os Sá, conforme já exposto, atraídos pela qualidade das terras do Mucuri, adquiriram propriedade na região. Francisco Sá fez uma visita em março de 1896 percorrendo todo trajeto da EFBM, sendo sua chegada muito festejada pelos políticos locais. Como ações para acelerar a construção da ferrovia, uma nova empreiteira foi contratada, aumentando em mais de mais duzentos trabalhadores para conclusão da obra. A ferrovia por fim chegou à cidade de Teófilo Otoni em 1898. Continuou a expansão em direção ao Jequitinhonha, mas em uma construção lenta que teve no seu destino final a

cidade de Araçuaí, no vale do Jequitinhonha, onde foi inaugurada sua estação já nos idos de 1942.

Ao longo da existência, segundo Marcos Lobato Martins (2015), a EFBM foi administrada por capital privado nacional e estrangeiro, mas na sua maioria esteve à frente da gestão o governo federal, estando sob o controle do governo mineiro por um curto tempo. Martins indica que essas diversas “mãos” e a distância da realidade local contribuíram para uma administração turbulenta, com dificuldades de fiscalização e com permanentes denúncias de corrupção:

[...] as diversas mudanças de comando da EFBM devem ter contribuído para forjar clima de certo “descontrole” na empresa, gerando dificuldades de fiscalização e rupturas constantes no planejamento das prioridades e ações. Isto ajuda a explicar as numerosas referências que os antigos ferroviários oferecem sobre corrupção e desmando na Bahia-Minas: a prática crônica de desvios de dinheiro e de material, de furtos e vendas fraudadas de lenha e carvão (declarações de volumes maiores do que os efetivamente entregues à ferrovia), de subfaturamento dos fretes, de desaparecimento de cargas nos vagões, estações e armazéns, favorecimentos políticos e/ou apadrinhamentos entre funcionários. (MARTINS, p. 76, 2015)

Para José Marcello Salles Giffoni (2006), a EFBM manteve sua principal característica de carga, especialmente a madeira e café, mas criou postos de trabalho e foi responsável pela circulação de produtos agrícolas e artesanais, impulsionando um mercado interno. Marcos Lobato Martins (2015) corrobora com o papel da ferrovia como transportadora de madeira e café. Segundo Martins, em 1921 foram tiradas 10909 toneladas de madeira, em 1927, 24.381 t. Em 1921 foram transportados 8.568 toneladas de café, em 1927, 18.566 t. Mas também, ainda segundo Martins, se importava sal, cimento e produtos industrializados, bem como era utilizada a ferrovia para transporte de produtos locais e passageiros.

Marcos Lobato Martins (2015) também discute sobre a possibilidade da Estrada de Ferro Bahia e Minas ter introduzido na região o capitalismo. Martins discorda da afirmação de José Marcello Salles Giffoni (2006) contra argumentando que a produção agrícola e extrativista não foi capaz de gerar na economia local uma ampliação no mercado. Além disso, os aproximadamente dois mil funcionários espalhados ao longo dos 578 km de linha férrea não faria diferença diante de uma população que girava em torno de quatrocentas mil pessoas. Martins continua afirmando que a maioria desses funcionários era trabalhadores com baixa qualificação, mal remunerados, e que a ferrovia pagava uma parte desses funcionários com mantimentos.

Por fim, a própria administração da EFBM, muito diferente de um perfil burocrático, racional, impessoal e com base no mérito, tinha uma conduta

baseada em distribuição de privilégios e favorecimentos para os aliados. Para os inimigos, perseguições pessoais e políticas. Por fim, Martins conclui que as características locais frearam tendências capitalistas, preservando às práticas mandonistas, patrimonialistas e personalistas já fortemente enraizadas na formação do Vale do Mucuri:

Diante desta realidade, talvez seja apropriado pensar a Bahia-Minas como organização dominada por certo hibridismo, misturando dimensões “modernas” e “tradicionais”. Uma criatura do mundo capitalista industrial que, ao se instalar num canto isolado de Minas Gerais, foi obrigada a se acomodar ao contexto de agrarismo, tradicionalismo, compadrio, personalismo, familismo e mandonismo que vigorava no Mucuri. A Bahia-Minas foi, portanto, elemento de modernização cujo alcance e força, entretanto, sofreram diluições e deslocamentos em decorrência das resistências interpostas pelo processo histórico de colonização do Vale do Mucuri. (MARTINS, p. 83, 2015).

9.1. A Estrada de Ferro Bahia e Minas e suas diversas representações políticas

Pouco se sabe sobre os movimentos sindicais ferroviários da EFBM. No livro “Brasil Nunca Mais”, um dos destaques dados foi a paralisação dos ferroviários da Estrada de Ferro Bahia e Minas em protesto ao Golpe de 64 e o processo para apurar a responsabilidade de “[...] líderes ferroviários de Teófilo Otoni (MG) por terem promovido greve e interrupção do tráfego entre aquela cidade e Ladainha, no dia 1º de abril [...]” (ARQUIDIOCESE de São Paulo, 1985). Mas fica a questão de quantos aderiram a essa greve em 1964. O certo é que não foi a primeira. Os movimentos grevistas surgiram concomitantes ao nascimento da EFBM.

Em novembro de 1896, antes mesmo dos trilhos chegarem à estação de Teófilo Otoni, os operários fizeram uma paralisação de aproximadamente um mês reivindicando os salários atrasados. Contribuiu muito para acentuar o descontentamento dos trabalhadores as cobranças e a longa jornada de trabalho na EFBM. A empresa fazia muitas exigências, como a jornada de trabalho de 6 horas da manhã às 18 horas, com apenas uma hora de almoço, sem tolerância para o uso de jogos ou bebidas alcoólicas.

Boris Fausto (2006), ressalta que, nesse período, foram raros no Brasil os êxitos dos trabalhadores, sendo que “. . . as greves só tinham forte repercussão quando eram gerais ou quando atingiam setores-chave do sistema agroexportador, como as ferrovias e os portos” (FAUSTO, p. 297, 2006). No caso local, os prejuízos passaram a ser sentidos pelos exportadores de café. Segundo edição do “Nova Philadelphia” de 06 de dezembro de 1896, havia

o risco de se perde 12 mil arrobas de café nas estações e carros. Na mesma edição, o jornal avaliou um prejuízo para os cafeicultores de 100 contos de réis. Formou-se uma Comissão local para pressionar o governo em busca de uma solução e, depois de quase um mês de serviços interrompidos, a EFBM assegurou o pagamento e os operários voltaram ao trabalho.

Outras paralizações vão surgir ao longo da existência da ferrovia (ACHTSCHIN, 2015). Consta nos arquivos do DOPS um telegrama enviado para a Secretaria de Segurança mineira, datado de onze de julho (sem especificação do ano), no qual o delegado Mário Gama informou que estava acontecendo em Ladainha uma “greve pacífica” de ferroviários. Em 03 de novembro de 1933, foi encaminhada para Secretaria de Estado de Negócios do Interior uma denúncia no qual o empregado da Bahia e Minas de nome Antenor Gonçalves Aragão, representando o sindicato, dirigia “termos agressivos aos seus superiores hierárquicos” através do jornal “O Norte de Minas”. Em 26 de janeiro de 1935, o mesmo “Norte de Minas” comentava sobre a punição de funcionários da EFBM relacionado a uma greve ocorrida no mês de julho do ano anterior (ACHTSCHIN, 2015).

Acobertado pelo mito da “mãe caridosa”, há muito ainda por pesquisar sobre os movimentos sindicais e políticos construídos a partir da criação da EFBM nos vales do Mucuri e Jequitinhonha. O que é possível perceber é que havia uma diversidade enorme de tendências ideológicas, muitos jogos de interesses, relações cheias de conflitos por divergências políticas. Dentre os movimentos envolvendo o poder local, havia representantes dos ferroviários em todos, quer seja comunistas, reformistas ou conservadores.

Segundo Márcio Achtschin (2015), no caso da política de estado, a EFBM parece ter sido uma importante base para os interesses partidários, disputas realizadas entre os políticos que representavam a região junto ao governo federal. Ter o controle administrativo da ferrovia indicava ser um expressivo espaço de poder, o que permitia exercer forte influência na política local, além de ser um instrumento de controle sobre o voto em períodos eleitorais (ACHTSCHIN, 2015). Poucos meses antes do início do Estado Novo, o jornal “Folha de Minas” de 02 de agosto de 1937 publicou uma matéria em que dezenas de funcionários assinaram um protesto contra “a campanha que o deputado Tristão da Cunha, por intermédio da Rádio Guarani, vem movendo contra a administração de Estrada de Ferro Bahia e Minas”.

Segundo Márcio Achtschin (2015), a ferrovia era um espaço de disputas políticas ferrenhas entre o PR e PSD locais. Foram emblemáticas as entradas e saídas de Wenefredo Portela à frente da EFBM. Em 1948, Portela, indicado por Alfredo Sá, do PSD, saiu do cargo de diretor por pressão de Tristão da

Cunha. Assumiu em seu lugar como diretor o Coronel Adalberto Pompílio, mas este, ao sinalizar a intensão de se candidatar a deputado federal pelo PSD, também foi deposto. Feitas novas alianças, ocorre o retorno Wenefredo Portela, indicado pelo então presidente Café Filho.

Porém, novas divergências políticas surgiram entre Portela e PR. Nas eleições para prefeito em 1954, no qual foi vitorioso Petrônio Mendes de Sousa, do PR, Wenefredo Portela apoiou o candidato do PSD. O jornal “O Norte de Minas” publicou em edição de 09 de outubro de 1954 que os partidos PR-PTB-PRP mostraram a força da coligação diante da junção do PSD-UDN-PSP-“*EFBM*” [grifo meu]. Ironicamente, o jornal incluiu a forte influência que exercia a administração da “Bahia e Minas” no processo eleitoral, assemelhando-a a um partido político (ACHTSCHIN, 2015). Com a derrota, atendendo às exigências de Tristão da Cunha, Portela rompeu com o PSD para sua continuidade frente à administração da ferrovia.

Na vida partidária local, às vésperas do Golpe Militar, os ferroviários tiveram como representante na Câmara Municipal um vereador eleito pelo PTB em 1962, Franklin Tatuhy Sardinha Pinto, que era auxiliar de campo da EFBM (ACHTSCHIN, 2015). Sardinha Pinto era de tendência moderada, defensor da propriedade privada e as alianças feitas com o PSD. Mas também entre os “Bahia e Minas” contava em seu quadro de funcionários fundadores do PCB e que, com maior ou menor envolvimento, atuavam na vida política local. Foi o caso de Nestor Medina e Pedro Umbelino. Ambos foram candidatos pelo PCB ainda na sua legalidade, o primeiro a vereador e o segundo como deputado estadual.

Muitos desses ferroviários eram bem articulados, com poder de opinião que certamente chegava aos ouvidos dos trabalhadores da EFBM (ACHTSCHIN, 2015). É o caso de Pedro Umbelino, que publicou no jornal “Norte de Minas” um longo artigo, contestando a retirada de 711 km de trilhos em 17 ramais das ferrovias brasileiras, sob a alegação do governo de estarem sendo deficitários. Essa retirada, segundo Umbelino, se devia às recomendações da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Para ele, era um ato impatriótico, antibrasileiro, que sustentava o atraso e a miséria nacional, pois para o transporte de aço de grandes conglomerados internacionais as tarifas ficavam congeladas. Umbelino denunciava que a redução da malha ferroviária para o transporte feria a soberania nacional, pois beneficiavam os trustes e sobrecarregavam os impostos sobre os produtos de primeira necessidade.

Também comunista, Nestor Medina chegou a ir a São Paulo para participar da formação do Movimento Nacional Popular Trabalhista, ligado ao PCB,

fundando em Teófilo Otoni um diretório do MNPT. Outro ferroviário, Alfredo Soares da Cruz, servente da EFBM, foi membro do Grupo de Onze. Conforme já exposto, este grupo tinha como proposta a defesa da democracia popular e as reformas de base. Segundo depoimento, Cruz afirmou que estava consciente das suas ações e “[...] estava disposto a colaborar com o Grupo”.

Outro fato discutido em relação à EFBM foram as causas da sua extinção. De acordo com Giffoni (2006), o fim da EFBM, em 1966, ocorreu pela ausência de planejamento, mudança do governo em relação à política de transporte (priorizando o transporte rodoviário) e o esvaziamento em regiões onde havia organizações operárias mais avançadas. Para Martins (2015), o fim da “Bahia e Minas” foi resultado de uma política liberal iniciada desde os anos de 1930, com propostas de redução de gastos em malhas ferroviárias controladas pelo Estado. A situação deficitária dos anos de 1950, que já equivalia a um déficit real, foi resultado das omissões iniciadas nos anos de 1930. Até esta década, a EFBM obteve um saldo expressivo, sendo poucas vezes deficitária e ainda assim os pequenos déficits que ocorreram foi resultado de gastos com a expansão da ferrovia. Somado a essa política da União, houve também a baixa capacidade do governo de Minas Gerais para planejar e motivar o desenvolvimento do Mucuri e Jequitinhonha em favor da modernização da região central mineira (Martins, 2015).

Ainda segundo Martins (2015) o fim da ferrovia trouxe impacto no mercado regional: “Teófilo Otoni perdeu massa salarial e negócios ligado ao suprimento da ferrovia” (MARTINS, p. 89, 2015). Outros municípios sentiram fortemente o fechamento da ferrovia, caso de Ladainha onde “[...] mais da metade da população foi deslocada, o que provocou muitos anos de dramática acomodação na economia local” (MARTINS, p. 89, 2015). Outros também tiveram decréscimo populacional: Poté, que reduziu sua população de 20.160 em 1967 para 15.767 em 1971, Serra dos Aimorés teve sua população diminuída de 12.939, em 1967, para 10.415 em 1971, Carlos Chagas que caiu de 36.289 para 32.718 entre os anos de 1967 e 1971 (MARTINS, 2015).

Ao que tudo indica, a força do Golpe de Estado de 1964 e a varredura promovida pelas ações repressivas conseguiram silenciar possíveis manifestações contra o fechamento da empresa ferroviária. Mas, acreditar que a ausência de manifestações diante do fechamento da ferrovia se deve apenas pela ação da ditadura militar na região pode obscurecer outros fatores que impediram a continuidade da “Bahia e Minas”. Apesar de não ignorar os elementos macroeconômicos e políticos, é preciso considerar aspectos locais que contribuíram para o fechamento da EFBM. Assim, é necessário analisar

o seu fechamento também a partir das forças e tensões existentes no espaço geográfico de Teófilo Otoni, principal cidade do percurso da ferrovia. Esse aspecto será trabalhado no próximo capítulo.

Algumas considerações

A farta literatura dedicada à EFBM, em sua maior parte por produções não acadêmicas, evidenciou um tempo de bonança presente na memória local. Na realidade é dada uma vida própria à ferrovia, descontextualizada, reforçando o mito e esquecendo os atores. Um dos aspectos a serem rompidos é de que a ferrovia surgiu de um gesto de bravura para impulsionar o desenvolvimento de uma região considerada atrasada. Sua origem foi resultado de uma forte pressão de produtores agrícolas que necessitam escoar o café e a madeira. Ou seja, a ferrovia não chegou como impulsionadora de uma região atrasada, mas o resultado de um mercado agroexportador que crescia.

Também cabe perceber através dos trilhos da EFBM a força do modelo autoritário instalado nas décadas de isolamento vivido no Vale do Mucuri. Nem mesmo a força capitalista e modernizadora de uma ferrovia foi capaz de trazer novos ares para a região. A gestão da ferrovia se incorporou à tendência mandonista e localista no qual passou a ser um espaço de controle político da elite local.

No entanto, não foi apenas a elite local que se apropriou da ferrovia para defender seus interesses. A classe trabalhadora buscou diversas formas de luta, com destaque para o pioneirismo do movimento grevista de 1896, em um período que as ações de resistências coletivas no Brasil ainda engatinhavam.

CAPÍTULO X

A CONSOLIDAÇÃO DA FORMAÇÃO AUTORITÁRIA E EXCLUDENTE: O CASO DO TERRITÓRIO NEGRO “BAHIMINAS”

Segundo Igor Sorel e Márcio Achtschin (2015), a crise de 1929 abalou a economia no Vale do Mucuri, que tinha como base a produção cafeeira para exportação. Gradativamente essa crise foi superada em meados dos anos 30 através de uma modernização conservadora que se baseou em uma economia voltada para uma agricultura diversificada, uma produção pecuária e um comércio extremamente dinâmico (ACHTSCHIN E SOREL, 2015). Essa mudança alterou profundamente a principal cidade da região, Teófilo Otoni, com um mercado mais autônomo, menos dependente da produção rural.

Em decorrência dessa transformação econômica, também a ocupação espacial da cidade ganhou novos contornos. A parte centro-norte se consolidou como local de moradia e atividades dos proprietários rurais, comerciantes e segmentos médios da sociedade (ACHTSCHIN E SOREL, 2015). Investimentos públicos, como calçamentos, praças, bem como espaços de sociabilidades e entretenimentos se concentravam nessa região.

Por outro lado, a zona sul da cidade vai ser um espaço de esquecimento do Estado. As melhorias urbanas na região centro-norte vão contrapor com o descaso do poder público na região sul, que destinavam ao local obras como

o depósito de lixo da cidade e o cemitério (ACHTSCHIN E SOREL, 2015).

Ao longo do século XX, a mão-de-obra ligada direta ou indiretamente à Ferrovia Bahia e Minas foi ocupando os espaços próximos à margem da estrada de ferro, localizada na zona sul da cidade (ACHTSCHIN E SOREL, 2015). Tendo como maior concentração os arredores da linha ferroviária, se amontoava e misturava boa parte dos habitantes que viviam em situações bastante precárias.

Nessa região, junto a pequenos comércios, prostíbulos, pensões e hotéis residiam ferroviários de menores salários, trabalhadores pouco ou sem nenhuma qualificação, lavadeiras, empregadas, donas-de-casa e os filhos (ACHTSCHIN E SOREL, p. 19, 2015).

Ainda de acordo com Igor Sorel e Márcio Achtschin (2015), a região sul era local de moradia e convivência de trabalhadores não qualificados das mais diversificadas atividades, majoritariamente negros. Os espaços públicos e privados em Teófilo Otoni foram ocorrendo através de ocupações marcadas geograficamente pela exclusão.. Esse marco territorial, dividindo a ocupação urbana em dois espaços socialmente distintos tem na margem da linha da ferrovia uma paisagem de gente e costumes que não retratavam os ventos modernizantes que sopravam para a elite nos lados do Mucuri (ACHTSCHIN E SOREL, 2015).

10.1. O sentimento de pertencimento do “Bahiminas”

10.1.1. Discutindo a categoria Território Negro

Para Ronaldo Laurentino Sales Júnior (2014), analisar em uma territorialidade implica não só pensar exclusivamente na cidade ocupada, mas nas relações dos ocupantes e suas vivências compartilhadas. Nessas complexas interações estão convivências carregadas de qualidades simbólicas. Na organização de cidades, os espaços são habitados por indivíduos e grupos distintos, ocupando territórios de diversas formas, com estilos e culturas heterogêneos.

De acordo com Maria de Lourdes Bandeira (1991), a classificação de Território Negro se dá não pela posse de negros “enquanto pessoas físicas” (BANDEIRA, p. 08, 1991), mas como sujeitos coletivos. A construção da territorialidade negra se realiza através da comunhão de valores dos parentescos e, principalmente, de rede de solidariedade construída para o enfrentamento dos valores impostos pelos brancos. Para Bandeira, essa territorialidade está diretamente relacionada, por um lado, com a formação

da comunidade, pois se faz como coletividade “ . . . com base nos princípios da solidariedade, da reciprocidade e do igualitarismo” (p. 21). E, por outro, pela constituição da identidade étnica, que se torna “ . . . um instrumento de auto-identificação da comunidade” (BANDEIRA, p. 21, 1991). Daí o lugar ocupado não ser apenas um espaço, mas um território pela sua construção geográfica a partir de uma relação (LEITE, 1991).

A concepção de Território Negro é uma noção de territorialidade bastante genérica, mas que tem como ponto de partida a concentração de negros que residem e têm afinidades de ambiente de trabalho com múltiplos sentidos (LEITE, 1991). De modo geral, os negros, em áreas urbanas, ocuparam favelas e morros, sobrevivendo de uma economia informal. Nessas áreas se formaram os Territórios Negros. Desse modo, o Território Negro tem existência de um espaço com identidades comuns, uma referência no sentido de pertencimento a grupo e uma posição de enfrentamento.

Espaço demarcado por limites, reconhecido por todos que a ele pertencem, pela coletividade que o conforma. Um tipo de identidade social, construído contextualmente e referenciado por uma situação de igualdade na alteridade. O território seria, portanto, uma das dimensões das relações interétnicas, uma das referências do processo de identificação coletiva (LEITE, p. 40, 1991).

Para Boaventura Leite há dois tipos de ocupação do Território Negro. Uma que chama de Residencial, em permanência pela posse, com mais de uma unidade de domicílio, havendo ações compartilhadas no cotidiano, solidariedade construída em experiências e vivências comuns. A outra denomina de Ocupação Interacional, marcada por locais de encontro, não necessariamente fixos e que estabelecem práticas carregadas de códigos de pertencimentos. A ocupação Interacional pode se dar tanto no lazer (bares, clubes, esquinas, esportes), quanto em espaços religiosos (terreiros). Ambos os territórios são marcados por experiências que distinguem o grupo dos demais, havendo experiências aliadas a uma base geográfica formando elementos simbólicos.

Ainda segundo Leite ocorre transformações nos Territórios Negros em um contexto determinado, podendo ser recriado, desaparecer, ressurgir com novas roupagens. Ainda que muitas vezes contraditório, tem os negros o território como espaço de reforço ao coletivo, mas que também carregam estigmatizações construídas por uma sociedade “branca”. Assim, a construção do território tanto se faz como força para distinção em ato de resistência como também de segregação que reforça a barreira social. Politicamente, em função das atividades repressivas, o grupo tem dificuldade em assumir o sentimento de pertencimento do território. Ou seja, cria no negro um impasse,

ora podendo ser sentido como um espaço de resistência política, ora um local que concentra personagens marginais da sociedade: “[...] pode ser de um lado uma conquista e de outro a manutenção de uma certa situação de segregação” (LEITE, p. 45, 1991).

10.1.2. Margem da Linha da EFBM e a construção do Território Negro

Definitivamente, foi em meados do século XX que se consolidou a urbanização no Brasil. Junto com esse processo, o crescimento de aglomerações das camadas empobrecidas, resultando em uma segregação espacial, em condições de moradias extremamente precárias (SANTOS, 1979). Concomitante ao crescimento dos espaços urbanos periféricos durante o chamado período populista (1945-1964), também se seguiram diversas formas de luta, quer sejam organizadas, quer sejam através de reações espontâneas (OLIVEIRA, 2012). Para o discurso da burguesia e setores médios, os bairros periféricos passaram a ser uma preocupação e um entrave para o progresso nacional.

O jornal teófilo-otonense “O Norte de Minas”, próximo aos interesses dos grupos políticos da região, em 09 de julho de 1955, reproduziu o artigo “Contrastes”, assinado por Mister X, que se apropriava desse discurso excludente ao analisar o crescimento das favelas. Segundo essa publicação, nos bairros periféricos “[...] a promiscuidade é grande, o que acarreta forçosamente um alto nível de ocorrência de moléstias e mortes”. Segue dizendo que “O comércio local é dos mais interessantes[...] o forte dessas lojas, conhecidas como vendinhas, é a venda da cachaça [...]”. Quanto à religiosidade

o baixo espiritismo encontra adeptos fervorosos entre os favelados. São frequentes e numerosas as sessões de macumba, nas guias orixá, pai de santo e outras figuras criadas na mente de algum mentecapto descem e baixam, como dizem os ‘entendidos’, no corpo de algum assistente. Sendo seus habitantes em grande maioria, de baixo nível social, são as favelas verdadeiros centros de criminosos e ociosos, a exigirem constantes preocupações das autoridades locais (O Norte de Minas, 09/07/1955).



Os trilhos da EFBM, o comércio e as moradias no entorno – autor desconhecido

Essa preocupação vai ao encontro do discurso da elite teófilo-otonense, também retratado pelo “O Norte de Minas”, de 23 de junho de 1956, ao rebater uma rádio (não identificada no editorial), que afirmava ser da periferia da cidade “uma maloca de criminosos, uma remota aglomeração de imbecis”. O jornal apontava ainda que a imprensa falada veiculava “[...] crônicas policiais, animadas em termo de flagelo social crônico”, colocando Teófilo Otoni como “cidade sem lei”. Nos anos de 1950, o espaço marginalizado existente era a região sul, local de concentração principalmente dos ferroviários da EFBM, chamados “Bahiminas”.

A ferrovia, iniciada em 1881, surgiu em um momento de transição entre trabalho escravo e trabalho livre. De modo geral, a sobrevivência do ex-escravo se deu no mesmo tipo de trabalho de quando era cativo. O negro continuou a exercer atividades majoritariamente braçais não qualificadas e de baixa remuneração. A condição de relativa melhoria diante de um trabalho livre ocultava o caráter violento e exploratório realizado pela EFBM. Se, de algum modo, trouxe melhorias nas relações de trabalho com salários fixos e direitos trabalhistas que vão sendo incorporados ao longo da república, por outro manteve práticas que se aproximavam da escravidão. Era usual, em meados do século XX, o açoite por parte dos chefes de conserva da ferrovia, chamados de feitores, contra os trabalhadores braçais que zelavam pela

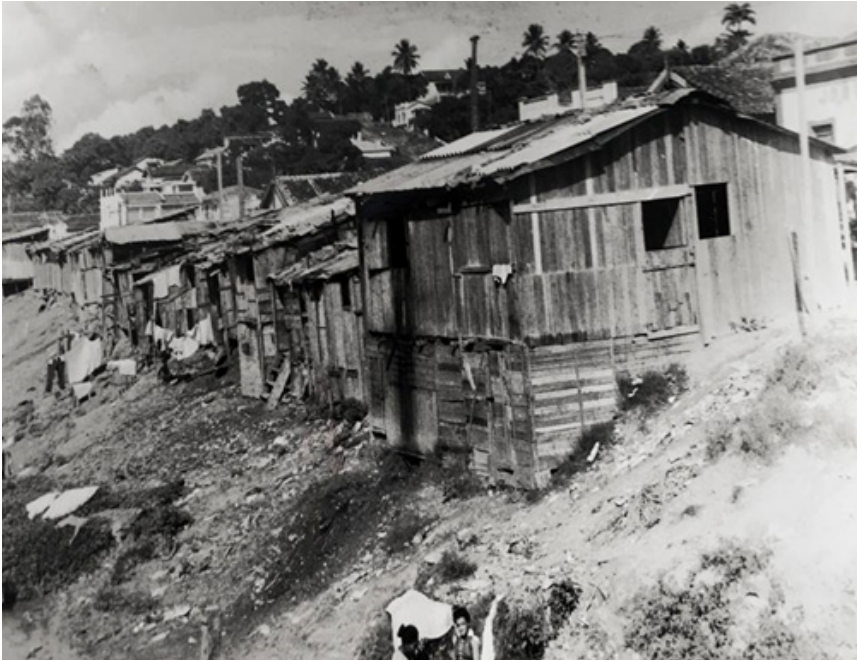
limpeza dos trilhos, denominados garimpeiros.

O trabalho infantil era permanente, sendo que a iniciação era realizada a partir de 9 anos de idade, como aprendiz, mas que na prática exerciam o trabalho de um operário adulto. As penalidades trabalhistas foram extremamente rígidas, com um regime disciplinar austero, através de suspensões e afastamentos realizados com extremo exagero. Essas punições eram feitas em grande quantidade, servindo como mais um instrumento para a exploração do ferroviário. Os acidentes de trabalho eram permanentes, com mutilações, e, em alguns casos, seguidos de morte.

As organizações trabalhistas e políticas estavam muito divididas. O movimento sindical, apesar de ter realizado diversas greves, de modo geral tinha um perfil assistencialista. Sem uma organização formal e projetos políticos claros, a classe trabalhadora marginalizada da zona sul construiu no seu espaço de convivência, nas mazelas do dia-a-dia, sua forma de resistência.

Na medida em que aquecia a economia na região, crescia a população ao longo do vale do Mucuri. No caso específico do município de Teófilo Otoni, segundo IBGE¹, a população de Teófilo Otoni em 1939 era de 63.531, salta para 87.316 em 1950, chega a 92.499 em 1955 e dois anos depois do fechamento da EFBM contava com uma população de 134.426. Parte desse contingente seria absolvida pela EFBM, que passou a se concentrar às margens da linha do trem de ferro, especialmente pela proximidade com o local de trabalho.

¹ www.ibge.gov.br. Acesso em 20 de novembro de 2017.



Moradias próximas à Margem da Linha da EFBM - Autor desconhecido

Se ressocializando na adversidade, esse ferroviário demarcou seu espaço e fortaleceu o sentimento de pertencimento. Foi na ocupação dos lotes às margens da linha que vai se construindo uma identidade étnica. O ferroviário apropriou do nome Bahiminas como forma de expressão a valores comuns construídos a partir de vivências. À medida que consolidava a urbanização em Teófilo Otoni, fortalecia a cultura dos ferroviários não só pela proximidade física, mas também pela comunhão da dura realidade. Tal situação era facilitada porque, diferente das grandes cidades, a população periférica no principal centro urbano do Mucuri acabou por se concentrar um único espaço, a zona sul. Espalhados ao longo da margem da linha, os múltiplos espaços de convivência iam sendo formados: nas rinhas de galo, nos botecos, nos prostíbulos, nos clubes recreativos, na torcida pelo time de futebol “Ferroviário”, na solidariedade entre donas-de-casa. É partir dessas relações que foram construídas as referências identitárias do Bahiminas.

Localizado a poucos metros da margem da linha do trem de ferro, o Clube dos Ferroviários realizava festividades, tinha um cinema e um salão de cabeleireiro masculino para sócios e dependentes. Pelas brigas ocorridas no

local, foi popularmente apelidado de Coréia, em alusão ao conflito ocorrido nos anos de 1950 na região asiática. No esporte, rivalizava com o América Futebol Clube, de Teófilo Otoni, criado por grupos de comerciantes e tinha seu estádio na região norte da cidade. As vitórias ou derrotas do time de futebol dos Ferroviários em competições locais reforçavam esse espaço de identidade Bahiminas.

A hegemonia da religião católica e toda sua representação de poder foram contrapostas com práticas religiosas afro-brasileiras. Segundo Ronaldo L. Sales Júnior (2014), o candomblé seria a “religião territorial”, se estendendo além dos terreiros, ocupando os locais circunvizinhos. As religiões de matriz africana assumem um “[...] espaço de resistência política e cultural” (SALES JÚNIOR, 2014). Ao longo do percurso urbano da estrada de ferro em Teófilo Otoni surgiram mais de uma dezena de terreiros de candomblé. Junto com os terreiros as práticas das religiões que saltavam o Território Negro. Eram os “trabalhos” que em muitos momentos invadiam os espaços do branco com despachos nas encruzilhadas, trazendo pânico ao moralismo cristão.

O cotidiano e a realidade comum da vida doméstica também fortaleceram e aproximaram os operários e suas famílias. Em entrevista dada no trabalho de dissertação de José M. S. Giffoni (2006), Orlando Machado Barreto reproduzia a relação de proximidade entre os moradores do bairro Palmeiras, local de concentração de trabalhadores da EFBM: “todos os ferroviários conheciam todo mundo. Conheciam os familiares de maneira geral, filhos, esposas, eram compadres. . . Até mesmo o pessoa do bairro que não era ferroviário, mas era integrado na família ferroviária.” (GIFFONI, p. 268, 2006). Essa rede de solidariedade também era realizada em ajudas mútuas diante de dificuldades surgidas no dia-a-dia.

Na comunhão do trabalho exaustivo e a rigidez das punições trabalhistas, no confronto com a polícia, na repressão do Estado que marginalizava a população majoritariamente negra, se fortaleceu a identidade desse ferroviário, seu auto-reconhecimento como agente ativo de sua própria história. É emblemático o jargão presente entre os ferroviários, “o Bahiminas não gosta de polícia”. Expressões comuns relatadas por ex-ferroviários apontam a autonomia: “em briga de Bahiminas nem polícia se mete”; “Bahiminas é contra a polícia e a polícia contra Bahiminas”. A expressão traduzia a tensão permanente entre o sistema repressivo e o território ocupado pelos trabalhadores negros da zona sul. Trazia igualmente um sentimento que partilhava o inimigo comum, uma posição de enfrentamento.

Em meados dos anos de 1950, um policial foi esfaqueado e morto no Clube Coréia. Ainda que, segundo depoimentos de ex-ferroviários a autoria

fosse conhecida por todos, as investigações acabaram por não conseguir identificar quem foi o responsável pelo homicídio. Dos interrogados, mesmo que fosse usada a força nos depoimentos pelos policiais, o resultado final não identificou quem cometeu o assassinato. Esses conflitos entre policiais e Bahiminas acabaram por vezes a assumir confrontos coletivos.

Foi o caso da morte de um ferroviário de nome José Carlos (ou Antônio Carlos, os depoentes não sabem bem) em março de 1960, pela polícia local na zona boêmia. Um grupo de manifestantes ferroviários, denunciando a truculência da polícia local, colocou o cadáver em um caminhão e circulou pelas principais ruas da cidade. Em seguida, posto o ferroviário morto no saguão da prefeitura, deu início a uma manifestação que resultaria em confronto. Armados, um grupo de ferroviários acuou os policiais dentro da delegacia fazendo da região central um campo de batalhas, o que ocasionou outras duas mortes. A ordem só foi estabelecida com a chegada de tropas vindas de outras cidades da região. O conflito entre policiais e Bahiminas havia chegado ao centro da cidade.

10.2. A reação do centro-norte: o mito da imigração alemã

No campo das representações, como herança da escravidão, a elite branca manteve a secundarização da diversidade cultural brasileira, no que contribuiu para uma tendência ao esvaziamento e fragmentação da consciência negra. Tanto a sociedade quanto o Estado se recusaram a reconhecer uma identidade étnica dos negros.

Segundo Sérgio Luiz de Souza (2011) se construiu no Brasil um processo que nega a memória da população negra. Através da repressão e outras ferramentas mais sutis, houve por parte da elite ações para uniformizar as diferenças culturais. Essa construção se reforçou a partir do século XIX e avançou ao longo do século XX, com a ideia de progresso e modernidade espelhada nas sociedades ocidentais. A memória foi, na esfera pública, uma das ferramentas desse “apagamento”, produzindo referências de patrimônios que pertencem a uma minoria. Há com o objetivo de apagar as diferenças e reforçar o poder uma sacralização de símbolos que só são referências para grupos hegemônicos. Com isso é realizado um processo de invisibilidade das representações negras, uma negativa de sua existência.

De acordo com Maria Aparecida Silva Bento (2014), o “Lugar do Branco” acaba por construir espaços para simbolizar seu grupo como padrão de referência, produzindo um imaginário de negação da identidade negra. Para Bento, com o fim da escravidão, os brancos saíram com uma herança simbólica extremamente vantajosa. Ao se utilizar como referência do modelo

universal, o Lugar do Branco assumiu um componente de autopreservação. Bento destaca ainda o medo como origem dessa dominação branca em relação ao negro, levando ao surgimento da agressividade coletiva.

Em março de 1953 um ajudante de caminhão de nome Arnaldo, negro, diante de um sentimento amoroso não correspondido, assassinou uma jovem branca de família tradicional no centro da cidade de Teófilo Otoni. Haroldo, como era apelidado, depois de horas de uma verdadeira caçada, foi encontrado na zona rural da região sul da cidade. O fato foi manchete nos principais órgãos da imprensa nacional, dentre eles a revista “O Cruzeiro”, que destinou quatro páginas da edição de 18 de abril para o ocorrido. A revista traçava o perfil do assassino, apontando para sua habilidade como ciclista e em seguida escreveu: “Preto, julgava-se superior a muito branco que não era capaz de executar proezas aeróbicas” (Revista O Cruzeiro, p. 64, 1953). Segundo a revista, colhida a informação no inquérito policial, a população gritava no momento do linchamento: “Lincha! Lincha! Morte ao negro! Morte ao mostro”. A comoção popular, o envolvimento de atores que representavam o interesse da elite local retratava, a partir de um fato isolado, a repulsa entre os dois territórios.

Essa comoção coletiva indicava o grau de tensão diante do temor da penetração do negro no Lugar do Branco. O pânico manifestado tanto se mostrava pelo risco imaginado da alteração da ordem como pela aproximação nos espaços de convivência. Esse “perigo” acabou por produzir representações em ações coletivas que relacionava o Território Negro como um espaço de segregação. Segundo relato de ex-ferroviários da EFBM, se formou uma imagem na cidade do “Bahiminas” com práticas ilícitas, baderneiro, tendente a uma índole marginal. Conforme depoimento feito pelo engenheiro José Penna Magalhães Gomes na pesquisa de José M. S. Giffoni, “A corrupção era na baixa camada[...] Saía uma carga por exemplo de farinha de trigo de Teófilo Otoni para Nanuque, em Nanuque a carga tinha sumido” (p. 243, 2006). Criou no senso comum a partir dos anos de 1950 a generalização da imagem de um Bahiminas ladrão e fora da lei. Era de opinião comum na comunidade que todo ferroviário estava permanentemente envolvido com malandragens e todo ato desonesto.

Para a opinião do centro-norte da cidade, Bahiminas marginal, seu território também. Na década de 50 circulou entre os jovens estudantes o jornal “Tribuna Estudantil”. Esse material era dirigido por filhos da elite local e tinham como público alvo o Colégio Mineiro, escola que concentrava rapazes e moças da “alta sociedade”. Em edição de agosto-setembro de 1954, esse periódico, pedia “providências da polícia quanto a malta de desordeiros e

avaletoados” que dirigiam palavras pornográficas aos pedestres, provocando conflitos e assaltando casas. Solicitava maior rigor do policiamento “[...] principalmente a esses pontos onde se reúne a fina flor da malandragem local, lançando suas vistas para os cabarés, a ‘Borracha Branca’, imediações do Mercado Municipal, etc ” (Tribuna Estudantil, p. 5, 1954). Todos os locais citados eram pertencentes à zona sul, na proximidade da Margem da Linha.

10.3. O mito colonizador alemão e seu papel como limitador da construção do Território Negro

O Mito faz parte da categoria de representações identificado com o sagrado, criando uma identidade de grupo ao constituir modelos a serem reproduzidos. Raoul Girardet (1987) aponta para a especificidade das manifestações do imaginário mitológico em uma dinâmica de imagens que se entrelaçam, dialogam, se chocam. Igualmente, em uma lógica própria, o mito apresenta um leque de significados e interpretações, numa complexa rede de complementaridade e/ou oposição. Ainda que considerando o mito irracional, chama a atenção para a existência de uma lógica de repetições e associações combinadas de imagens, em códigos permanentes que transmitem sua mensagem.

Girardet (1987) entende que a produção do mito político está identificada em um espaço e tempo definidos. Fundamentado nessa historicidade na construção do mito, o autor considera que existe uma relação estreita entre mito e bruscas acelerações no processo de evolução histórica, quebra nas relações de solidariedade, dentre outras. É também o mito um instrumento de reestruturação social, uma reconquista de identidade surgida após uma ruptura, ao mesmo tempo em que estreita a coesão social. Reconstituídor de grupo, o mito apresenta respostas para situações de instabilidade, de ameaça diante de um sistema estabelecido.

Muito significativo para a questão do “Território Negro” foi a construção do mito do imigrante alemão em meados do século XX. É importante evidenciar que o papel do imigrante alemão na ocupação e formação do Vale do Mucuri foi relevante, mas o que está sendo proposto nesse estudo é como essa representação foi superdimensionada e mitificada diante de um contexto específico.

A proporção dada ao papel do imigrante alemão antes de 1956 não parece ter ganho maiores dimensões na ocupação do Vale do Mucuri, ainda que tenha sido considerado um componente importante para a formação local. Chegando em grande número em 1856, pela falta de estrutura, a região perdeu numericamente grande parte dos imigrantes europeus após 1859. O

pastor J. Hollerbach registrava na segunda metade do século XIX a presença de apenas 70 famílias de alemães existentes na região, em uma população que à época superava os 6 mil habitantes, segundo o Censo de 1872. A chamada “segunda leva” de imigrantes vinda no início do século XX foi, numericamente, muito pouco expressiva.

Esse mesmo alemão havia sido execrado por parte da população local com o advento do nazismo e da II Guerra Mundial. Neste período, diversas famílias de descendentes germânicos foram perseguidas pela população local. Responsabilizados pelo que estava ocorrendo na Europa e no restante do mundo, em Teófilo Otoni sofreram constrangimentos pessoais, casas foram invadidas e saqueadas, e a Igreja Luterana foi depredada, praticamente destruída. Na comemoração dos cem anos da cidade, em 1953, dentro da programação apresentada pelo jornal “O Norte de Minas” de 12 de julho, não foi incluído nenhuma participação dos alemães, apesar de Nacibe Salomão falar em nome da colônia Sírio libanesa. Na memória local o papel desse imigrante alemão não chegou a ter significância até meados do século XX. No entanto, nos cem anos da chegada de suíços, franceses, alemães, holandeses, em 1956, o mito do imigrante alemão ganhou vigor. Esse centenário foi comemorado com festas, bailes e desfiles, que ocorreram com muita pompa para saudar esse imigrante.

Ao publicar na primeira página as comemorações do centenário da imigração alemão, “O Norte de Minas”, datado de 23 de junho de 1956 vai evidenciar a bravura e coragem do europeu que veio para o leste mineiro cem anos antes, e sua dedicação através do trabalho para a construção civilizatória do Mucuri. O valor estava voltado para o homem laborioso, direcionado para o trabalho e para o progresso da região sem medir esforços ou sacrifícios. A adaptação à pátria brasileira pregava a entrega pelo esforço produtivo sem medida e rechaçava o conflito, o ócio e a malandragem.

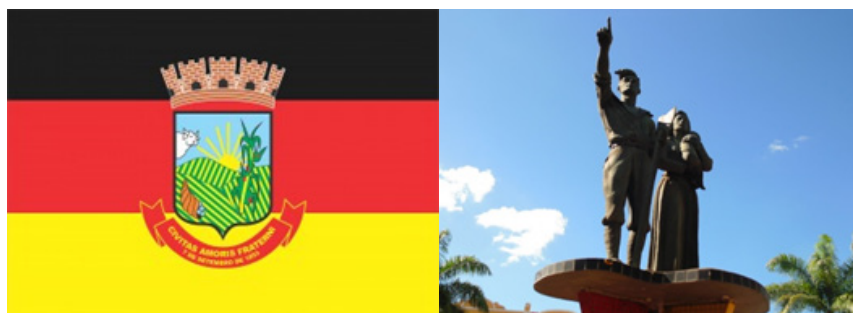
Nesse mesmo ano, uma obra organizada por Max Rothe com o título “Cem anos de colonização alemã em Teófilo Otoni” vai registrar a saga das famílias germânicas no leste mineiro. A apresentação do livro é emblemática para identificar a construção do mito e seu momento histórico. Primeiro, a visão mítica do imigrante passou a simbolizar a harmonia, a ordem e o progresso. Perfeitamente integrado aos valores nacionais, o alemão vem a acrescentar sua bravura somada a um projeto moderno e transformador:

As raças teutônica e luso-brasileira, fundiram-se maravilhosamente bem, produzindo uma sociedade harmônica e progressista. Tamanha foi a integração das gerações mais novas na vida brasileira, que muitos descendentes teutos conservam de sua origem apenas a grafia do nome. Apesar dessa integração quase total [...] o espírito pioneiro daqueles que há 100 anos passados varavam destemidos,

os rincões, os rios, as florestas; venceram serras e afrontaram a própria morte, insuflados pelo ideal ativo de transformar florestas em cidades; correntes fluviais em energia e encostas íngremes em florescentes cafezais (ROTHER, p. 04, 1956).

Próximo ao ideal desbravador de Teófilo Benedito Otoni, atentou Max Rothe para a fidelidade do imigrante ao projeto civilizatório proposto pelo considerado pai fundador da cidade. Diante das “duras adversidades”, o político liberal do Serro “persuadia e alentava aos imigrantes em luta [...] a que não recuassem em sua marcha de desbravadores do sertão” (ROTHER, p. 04, 1956). E como superar a adversidade? Com trabalho: “Eles não trabalhavam para viver, viveram para trabalhar” (ROTHER, p. 04, 1956).

O centenário de imigração alemã foi o detonador de outras medidas realizadas que corroboravam com as representações desse Espaço do Branco. A praça em frente ao Colégio Mineiro, no centro de Teófilo Otoni, recebeu um monumento homenageando o imigrante alemão. Nessa obra estava o imigrante, a esposa e o filho no colo, simbolizando os valores da família tradicional cristã. Pousado em uma das mãos o machado, símbolo do homem voltado ao trabalho e do desbravador. Olhar para o infinito, sinal de conquista. Concomitante ao erguimento do monumento, a bandeira do município foi adotada com as cores e a mesma sequência do preto, vermelho e amarelo da Alemanha.



Bandeira do município de Teófilo Otoni Monumento ao imigrante alemão
Site: teofilootoni.mg.gov.br Fotografia: Márcio Achtschin

No universo da elite regional dos anos de 1950, o perfil do homem moderno era o do desbravador, ousado, investidor. Há, portanto, imbricada na imagem do imigrante alemão os conjuntos mitológicos das sociedades contemporâneas, apontadas por Girardet. Estão presentes no imaginário dos anos de 1950, no universo daqueles que anunciavam a prosperidade para Teófilo Otoni, a volta de um passado glorioso para repetir as experiências

vividas e a busca da harmonia e do equilíbrio de uma unidade perdida. Portanto, o sentimento seria o de continuidade, espírito civilizatório que deveria estar alinhado com o período desenvolvimentista. Civilização que não incluía o Território Negro. Este, para o branco, era ocupado por desordeiros e preguiçosos, distante dos princípios cristãos e que não fazia parte nos caminhos progressistas que estava trilhando a cidade de Teófilo Otoni. A figura do imigrante alemão ressignificada vai ter o duplo papel de reforçar o ideal progressista e modernizador da elite de Teófilo Otoni, e, principalmente, de apagar a construção do Território Negro que ganhava vigor na Margem da Linha.

Desse modo, havia para a elite teófilo-otonense um ator que não fazia parte desse cenário progressista. O fim da ferrovia caberia como luva nesse projeto modernizador, pois não justificava defender uma causa que não lhe pertencia. Por sua vez, o grupo de ferroviários, dividido entre o sentimento de resistência e segregação, e fragilizado pela estigmatização da elite local, não ofereceu resistência quando foi desativada a EFBM. A incapacidade de reação do grupo de ferroviários da Margem da Linha sinalizava que a construção do sentimento do Território Negro acabou sendo vencido pela intimidação, no que resultou a dispersão.

Em 10 de junho de 1967, em documento enviado para a Secretaria de Estado de Segurança Pública, o delegado Júpiter Vieira, comentava sobre os impactos negativos trazidos com o fim da ferrovia, mas que, apesar de ter havido o remanejamento de mais de mil funcionários para diversas regiões do país sem manifestações, o material férreo estava sendo removido sem incidentes. O que a comunidade pedia, segundo Vieira, era a manutenção do Hospital Ferroviário, pelo documento, o melhor da cidade. No entanto, reiterava que as reclamações estavam sendo feitas sem “[...] qualquer atividade subversiva”.

Concomitante, a memória local produziu-se com o fim da EFBM uma imagem de uma ferrovia relacionada a um passado áureo, de riqueza e prosperidade. Reforçado pelos fatos pitorescos e situações inusitadas (NOVAIS, 2009), a “Bahiaminas” se tornou no imaginário da população do Vale do Mucuri o paraíso de um tempo que não volta mais. Weber Novais, ao analisar a memória construída em torno da antiga ferrovia, relata na exposição dos ex-ferroviários e parentes lamentos “[...] emocionados no afã de recordar os tempos da ferrovia. Comum a todos os discursos está a memória de uma época de alegria, quando havia dinheiro, quando havia movimento[...].” (NOVAIS, 2009, p. 70).

Nessa construção, a memória produzida após 1966 vai ter o duplo papel de

reforçar o ideal progressista e modernizador da elite branca de Teófilo Otoni, e, principalmente, de apagar a construção do Território Negro que ganhava vigor e capacidade de resistência. Sufocou no campo das representações a crescente formação do espaço próprio que estava se fortalecendo entre a população negra da margem da linha. A identificação do “Bahiminas” deu lugar à “Bahiminas”.

Dentro de uma construção histórica, procura-se perceber a formação da cidade e suas transformações urbanas ao longo do século XX. Para tanto, a cidade aqui é pensada como espaço de múltiplos interesses, de lugares que demarcam poder, de territórios carregados de símbolos. No caso específico da cidade de Teófilo Otoni, o ponto de partida para essa análise foi a tensão entre dois espaços sócioeconômicos distintos. Um ao sul, formado por trabalhadores negros ligados à EFBM, a outra, no centro-norte, espaço de moradia e convivência da elite local, formada por setores médios, comerciantes e proprietários rurais. Diferenças que resultariam em crescentes tensões tanto em choques diretos como no campo das representações.

Em um sentido espacial construído de modo mais amplo, a Bahiminas foi ao encontro do ideário conciliador, elemento de identificação da mineiridade, em uma recusa às tensões existentes entre trabalhadores negros e a elite branca. A melancolia retratada na música “Ponta de Areia”, de Fernando Brant e Milton Nascimento, reproduz esse elemento saudosista, ganha a aparência de harmonia e integração no nordeste mineiro, apagando os conflitos étnicos existentes na região: “Ponta de areia ponto final/Da Bahia-Minas estrada natural/Que ligava Minas ao porto ao mar/Caminho de ferro mandaram arrancar/Velho maquinista com seu boné/Lembra do povo alegre que vinha cortejar/Maria fumaça não canta mais/Para moças flores janelas e quintais/Na praça vazia um grito um ai/Casas esquecidas viúvas nos portais”.

Algumas considerações

Em um período de prosperidade do Mucuri, em especial sua cidade-polo, Teófilo Otoni, cresceu junto com a economia também a população periférica, concentrada na zona sul, às margens da linha férrea. Tendo como referência o trabalho na EFBM, composta na sua maioria por operários não qualificados e negros, foi se fortalecendo na adversidade uma relação identitária construída a partir da solidariedade e de enfrentamentos. Foi se definindo no “Território Negro” interesses partilhados e inimigos comuns, assumindo tanto no plano social como nas representações uma direção política com posições de resistência.

Como reação, ocorreu por parte da elite local instrumentos de neutralização

às posições que estavam sendo delineadas pela população da zona sul da cidade. Da estigmatização às construções de mitos, uma série de instrumentos esteve presente nesse campo de batalhas. Nesse cenário, foi propícia a ressignificação da figura do imigrante alemão, tendo como projeção também os temores e riscos dos conflitos de classe. Apropriar do imigrante alemão como referência histórica, desbravador e personagem central na formação do Vale do Mucuri servia tanto para uma auto-identificação da elite local, como para apagar a formação basicamente negra da região. E, principalmente sufocar no campo das representações a crescente formação do espaço próprio que estava se fortalecendo entre os Bahiminas.

O ideal progressista e excludente da elite local com os novos tempos de crescimento econômico acreditou fazer parte desse projeto de modernização o desaparecimento do Território Negro. Essa não foi a razão do fim da ferrovia nem motivou a sua extinção. Mas o silêncio e o descaso da opinião pública sinalizavam que na promissora economia que pulsava na principal cidade do nordeste mineiro dos anos de 1960, a proposta não permitia a penetração de todos os atores. Estigmatizado e intimidado pela população branca, os Bahiminas acabaram por não oferecer resistência à desativação da EFBM.

Atualmente, o Centro de Documentação Elóy Ferreira da Silva (CEDEFES) considera a região da Margem da Linha, em Teófilo Otoni, como uma comunidade quilombola, entendendo ser um caso único de “aglomeração de trabalhadores negros” relacionados a uma ferrovia². Segundo o CEFEFES³, a maioria de seus habitantes são ex-funcionários ou parentes dos Bahiminas, sendo atualmente um espaço com seiscentas moradias e em torno de dois mil e quatrocentos moradores, ocupando toda Rua Júlio Costa, no bairro Palmeiras, periferia de Teófilo Otoni. Apesar de a União ter cedido a propriedade para o município, ainda hoje boa parte dos moradores não possuem a titularidade legal da terra.

No entanto, diferente de vários remanescentes de quilombolas rurais e urbanos no Brasil, que, mesmo com todas as dificuldades, avançaram em suas lutas a partir do final da ditadura militar, o grande entrave da comunidade Margem da Linha foi e continua sendo se perceber como um grupo identificado com a cultura negra. Nesse sentido, aceleradas com informações massificadas do meio urbano típicas dos anos 70, as construções identitárias tradicionais acabaram por se esvaziar de forma ainda mais acelerada do que os

2 http://www.cedefes.org.br/index.php?p=colunistas_detalhe&id_pro=2 Acesso em 04 de março de 2016.

3 http://www.cedefes.org.br/index.php?p=projetos_detalhe&id_pro=29 Acesso em 04 de março de 2016.

remanescentes de quilombo rurais. Há uma recusa dos moradores da Margem da Linha em se identificar como negros e em reconhecer a existência de uma comunidade remanescente quilombola. Um exemplo dessa realidade está no desaparecimento quase que completo da religiosidade de matriz africana. Dos diversos terreiros existentes no ano de 1960, atualmente existe apenas dois com funcionamento regular.

CAPÍTULO XI

O MUCURI DE 1964 ATÉ A PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI

11.1. Economia no Mucuri a partir dos anos de 1960

Após o Golpe de 64, o governo militar adotou uma política econômica recessiva, preparando um ambiente que ofereceria atrativo de investimentos de capital estrangeiro, especialmente na contenção de salários da classe trabalhadora. Mas já a partir de 1967 houve um crescimento da economia brasileira de 4,8%, em 1968 quase que dobrou, 9,3%, havendo um salto na construção civil de 15,5% (REIS FILHO, 2005). Para Reis Filho, esse avanço se deveu às condições internas de uma demanda reprimida, ao saneamento financeiro realizado desde 1964, uma produção industrial que estava ociosa, além do forte aquecimento na economia mundial entre 1967 e 1973.

Um levantamento feito em uma publicação com formato de revista sobre Teófilo Otoni, em 1967, indicava uma tendência local ao crescimento nos moldes do cenário nacional: “inegavelmente a construção civil é o setor da indústria que emprega o maior número de operários” (MONOGRAFIA DO MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI, 1967). Modelo desse crescimento da construção civil à época foi um edifício de treze andares na região central da cidade, com o sugestivo nome de “Palácio do Comércio”. Em salas para

atendimentos diversos, o edifício também simbolizava toda a pujança do crescimento da cidade, especialmente na força que tinha à época a economia voltada para o comércio e a prestação de serviços. Grandes prédios e arranha-céus era a representação de modernidade e de desenvolvimento, aproximando do cenário das metrópoles (ACHTSCHIN, 2015).

Acompanhando uma dinâmica própria, a cidade de Teófilo Otoni assumiu um novo formato de ocupação urbana ao longo dos anos de 1960. O recorte de ocupação espacial demarcando de forma nítida as diferenças socioeconômicas entre as regiões centro-norte em contraponto ao sul (ACHTSCHIN E SOREL, 2015), se tornou mais complexo e mais diversificado do que o cenário pré-Golpe. Tanto bairros residenciais nobres como favelas ocuparam novas áreas da malha urbana da cidade. Esse fato está relacionado com o fim da Estrada de Ferro Bahia e Minas, a presença da rodovia Rio-Bahia atravessando outra região da cidade e o crescimento populacional. Ainda que não tenha eliminado as residências, a região central se tornou predominantemente um espaço comercial (BATELLA, 2013).

Em 1970, segundo Censo do IBGE, Teófilo Otoni já apresentava uma leve superioridade da população urbana em relação à rural: esta 65.923 (49,56%), e a cidade de Teófilo Otoni com 67.094 (50,44%). Os dados sugerem a consolidação de uma economia baseada no terceiro setor, bem como uma produção agropecuária diversificada e a presença da exploração do comércio de pedras preciosas e semipreciosas.

No entanto, a região do Vale do Mucuri não conseguiu acompanhar o crescimento nacional do início dos anos de 1970. Retirado do trabalho de César A. Machado (2009), esse trecho de um artigo do jornal “Estado de Minas” de 02 de dezembro de 1980, descreveu de forma desoladora a cidade polo da região:

Com uma população estimada em torno de 120 mil habitantes, constituída, por sua maior parte (70 por cento), de pessoas de baixa renda, Teófilo Otoni pode ser considerada como sendo uma imensa e organizada favela. A cidade é cercada por várias favelas, e sua aparência nada limpa, o número de pessoas ociosas nas ruas, o baixo nível cultural e as precárias condições habitacionais da maioria do povo, não permitem outra definição melhor para Teófilo Otoni. Sobrevive às custas de um pequeno comércio local e de suas pedras e jazidas minerais. A região é, de fato, rica, tanto em jazidas minerais, como no setor agropecuário. Por isso mesmo, considerada a renda de cada pessoa, em confronto com as fontes de renda existentes, torna-se flagrante um enorme desnível social. (EM apud MACHADO, 2009).

É exatamente essa tendência inversa de crescimento ocorrida no Brasil que vai ser direcionado a maioria dos estudos sobre o Vale do Mucuri em sua

história recente. A concentração maior dessas pesquisas está relacionada com a desaceleração, ou, pelo menos, redução de crescimento, vivida pela região a partir final dos anos de 1960. Nesse período a economia local vai sentir de forma gradativa um processo chamado por Christiano Ottoni Carvalho (2006a) de desaceleração, chegando aos anos 90 à estagnação.

De acordo com Ottoni Carvalho (2006a), a desestruturação da agropecuária contribuiu para o empobrecimento regional. A prioridade para a criação extensiva de gado ocupou espaço de outras culturas agrícolas. No primeiro momento, em função da qualidade da terra, a produção foi elevada, trazendo riqueza não só para Teófilo Otoni, mas também para municípios como Carlos chagas e Nanuque. No entanto, em função da produção extensiva e de ausência de modernização das técnicas a “[...] bovinocultura extensiva também começa a perder força enquanto atividade produtiva[...]” (OTTONI CARVALHO, p. 72, 2006a). Ainda segundo Ottoni, contribuiu para esse impacto econômico negativo para o Mucuri a política oficial do governo militar em tentar conter o fluxo migratório para as grandes metrópoles na chamada “Segunda Industrialização mineira”. Essa situação impactou especialmente em cidades de médio porte, como Teófilo Otoni, o que resultou “[...] desemprego, inchamento populacional e desestruturação urbana” (OTTONI CARVALHO, p. 68, 2006a).

Christiano Ottoni entende que o baixo grau de integração interna também dificultou o desenvolvimento regional, fortalecendo apenas centros já consolidados como Nanuque e Teófilo Otoni:

Apesar da pouca permeabilidade e da grande dificuldade de deslocamento interno que ainda persiste a cidade de Teófilo Otoni ainda aparece como o centro regional mais importante, mais bem equipada e capaz de influenciar o maior número de centros emergentes e pequenas cidades desta região. Todas as Microrregionais inseridas na Mesorregião e grande parte dos centros localizados nos outros dois estados ainda permanecem de certa maneira dependentes em relação à cidade de Teófilo Otoni. Apesar de ainda manter uma posição de destaque como polo regional, a cidade de Teófilo Otoni parece estar, em certa medida, estagnada. (OTTONI CARVALHO, p.92, 2006a).

Wagner Batella (2013) aponta outros entraves para o crescimento da cidade de Teófilo Otoni, que, historicamente, se consolidou como uma cidade de porte médio. Ou seja, a cidade se estruturou pela oferta de serviços e do comércio. No entanto, tendo a predominância do capital mercantil como base da sua economia, prevaleceu a continuidade, ou seja, “. . . impõem-se limitações históricas, como a incapacidade de disseminar mudanças mais modernizantes das estruturas produtivas e sociais” (BATELLA, p. 205, 2013). Apesar da importante localização de Teófilo Otoni, que a destaca

como uma “capital regional” localizada entre Minas Gerais e a Bahia, não houve uma dinâmica semelhante à outras cidades de porte médio.

Ainda segundo Batella, o capitalismo que chegou ao Mucuri não conseguiu promover avanços que superassem a economia mercantil em função da “[...] frágil capacidade de agentes locais em promover articulações mais densas no sentido de aprofundar a acumulação do capital para além daquela restrita à circulação, intermediação e trocas” (BATELLA, p. 212, 2013). Em outras palavras, a elite econômica local pouco diversificou seus investimentos. Aliado a esse contexto e corroborado por ele, as desigualdades se intensificaram. Nesse quadro, a possibilidade de uma intervenção do poder público não se concretizou, pois o Estado acaba se ajustando aos interesses privados do capital mercantil.

Foram diversas as tentativas de transformar e aquecer a produção local, mas foram travadas pela predominância dos grupos ligados ao capital mercantil que “[...] não garantiram dinâmicas que promovessem rupturas com as bases produtivas construídas historicamente” (BATELLA, p. 211, 2013). Exemplos de tentativas no passado recente de investimentos em outros setores não foram bem sucedidas, caso da indústria. Não existe um distrito industrial, mesmo com sua criação por decreto em 2009, da Zona de Processamento para Exportação (ZPE). A ZPE não se concretizou, ficando apenas no papel. Igualmente fracassado foi o investimento em agronegócios relacionados com o processamento de carne bovina, que também não foi adiante.

Outro setor que poderia impulsionar a economia seria a extração e comercialização de pedras semipreciosas. Essa atividade ganhou vigor ao longo do século XX, tendo seu ápice nos anos 80 e 90, chegando a empregar, segundo Batella (2013), 13.500 pessoas. Nesse período havia na região 250 micro e pequenas empresas ligadas à lapidação e comércio de gemas. Mas sua formação a partir da informalidade, os baixos investimentos em tecnologia e a incerteza do mercado externo resultaram em redução significativa desse mercado. Em 2011, havia 73 empregos formais concentrados em 20 estabelecimentos, gerando, ainda segundo Batella, renda para uma elite econômica que pouco diversifica nos investimentos na cidade.

Exemplo dessa incapacidade de produzir rupturas, segundo Batella (2013), é a expansão da malha urbana em Teófilo Otoni, ocorrida a partir dos anos de 1970, resultando em loteamentos feitos indiscriminadamente nas periferias da cidade pela população de baixa renda. Houve no município “[...] uma proliferação da ocupação em áreas periféricas, particularmente naquelas impróprias ao uso urbano em função das restrições topográficas do

sítio” (BATELLA, p. 176, 2013). Por outro lado, o centro da cidade manteve as melhores condições de infraestrutura, concentrando a população com rendimentos mais elevados e menores taxas de densidade habitacional. Em sua estruturação urbana, Teófilo Otoni tendeu à continuidade, diferente da dinâmica de outras cidades de seu porte, preservando a região central como polarizadora e articuladora do espaço urbano, especialmente nas atividades de serviços. Como resultado dessa ocupação espacial predomina a diferença e não rupturas, o que inibe a reestruturação da cidade, a inovação espacial e a transformação urbana.

Também responsável pelas dificuldades econômicas vivenciadas no Vale do Mucuri nas últimas décadas foram as atividades predatórias que marcaram a exploração agrícola desde a reocupação da região no século XIX. O desmatamento foi uma prática presente desde as atividades da Companhia do Mucuri. Segundo Cristiano Ottoni Carvalho (2006b), a EFBM deu continuidade as essas ações, “[...] promovendo uma ação de desmatamento rápida e violenta ao longo da ferrovia” (OTTONI CARVALHO, 2006b). Ainda segundo Ottoni Carvalho, a mata Atlântica que ainda restava, praticamente desapareceu com a criação extensiva da pecuária na segunda metade do século XX, sendo substituída por pastos. Esse impacto acarretou ao meio ambiente “[...] efeitos devastadores sobre o clima, índices e frequência pluviométrica, além de promover uma mais acelerada diminuição dos recursos hídricos” (OTTONI, p. 57, 2006b).

Ivan Claret (1985) afirma que o nascimento da cidade de Nanuque foi a partir da madeira extraída na região e que até os anos de 1970 existiam dezenas de serrarias que geravam muitos empregos. Os reflexos dessa exploração predatória resulta atualmente em impactos ambientais que tendem a aproximar a região ao nordeste brasileiro, com “[...] uma precipitação de chuvas razoável em poucas horas, causando inundações horrorosas, e longos períodos de estiagem” (CLARET, p. 30, 1985).

O impacto ambiental é sentido nessas primeiras décadas do século XXI em todo Mucuri. Mas alternativas para superação da grave situação vivenciada não têm sido buscadas nem por parte dos agricultores, nem do poder público. Pelo contrário, ao invés da recuperação da terra tem crescido o plantio do eucalipto, especialmente nos municípios de Carlos Chagas e Nanuque (GUERRA, 2006). A bacia do Mucuri apresentava os baixíssimos 20% de seus remanescentes florestais (FELIPPE et al., 2009) e, segundo esses autores, é significativa a continuidade da retirada da floresta, sendo mantida a taxa de desmatamento ocorrida entre 1989 e 2008:

[...] o percentual de remanescentes florestais na bacia do Mucuri seria de apenas

18%, em 2018. Continuando esses processos nos próximos 50 anos, chegar-se-ia a uma cobertura de 12%. E, em 100 anos, apenas 7% da área total da bacia estaria coberta por florestas. (FELIPPE et. tal., 2009)

O uso inadequado da terra, o impacto ambiental, e a consequente queda produtiva na agricultura e pecuária resultaram em um intenso êxodo rural. Vários municípios diminuíram sua população, mesmo no espaço urbano. Mas, é importante ressaltar que a queda populacional de Teófilo Otoni não ocorreu apenas pelo fluxo migratório, mas também pelos muitos desmembramentos ocorridos ao longo dos anos de 1900. Até as três primeiras décadas do século XX, o município de Teófilo Otoni, emancipado em 1878, era praticamente toda a região do atual Vale do Mucuri.

A partir dos anos de 1930, gradativamente, foram sendo criados outros municípios (GODINHO, 2010). Considerando apenas os municípios banhados pelo rio Mucuri, o primeiro a emancipar foi Malacacheta, em 1923. Em 1938, Águas Formosas, Carlos Chagas e Poté ganharam autonomia. Carai, Ladainha e Nanuque se tornaram independentes em 1948. No ano de 1962, mais quatro se tornaram municípios: Itaipé, Pavão, Serra dos Aimorés e Umburatiba. Fronteira dos Vales se emancipou em 1978 e no movimento emancipacionistas dos anos 90 entraram Catuji, em 1992. Crisolita e Novo Oriente de Minas, ambos em 1997. Segundo (GODINHO, 2010), a taxa de urbanização da região em 2000 era de 68%. Se existem municípios com taxa de urbanização elevada, caso de Nanuque, com 90,78%, outros preservam traços rurais, como Catuji, com 21,47% da população vivendo na cidade.

Como forma de atualização dos dados socioeconômicos regionais, há de se destacar que o Vale do Mucuri tem a terceira pior renda per capita do Estado, de acordo com APOLINÁRIO et al. (2012). Segundo Godinho (2010), o setor que mais contribui para o Produto Interno Bruto da região é o de serviços, o que equivale 65% total do PIB, 15% na indústria e 13% da agropecuária. Os outros 7% são de impostos. Através desses dados e tendo como base os diversos Censos realizados pelo IBGE nas últimas décadas pode-se destacar as mudanças ocorridas na economia regional, no qual ocorreu uma redução significativa da população rural. Exemplo é do município de Teófilo Otoni, onde, dos quase 66 mil moradores do campo em 1970, esse número caiu para 24.669 em 2010. Em 2006, foram criadas 581 empresas no Mucuri, nas quais 299 estão ligadas ao ramo de comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos. Se Teófilo Otoni lidera o ranking de empresas abertas, 236, Fronteira dos Vales não criou no ano de 2006 nenhuma.

No Vale do Mucuri, de acordo com Godinho (2010), a maior parte da

utilização das terras é para pastagens, 61%, a lavoura corresponde a 13% das áreas ocupadas e as florestas são 26%. Esses dados evidenciam a queda da produção pecuária, pois em 1996 as áreas de pastagens eram de 73,6%, as lavouras correspondiam a 6,4% e também menor era a quantidade de áreas ocupadas pelas matas, 14,9%. Em 2007, Carlos Chagas representava 27% da criação bovina na região, sendo o gado o maior rebanho do Mucuri.

Segundo Flávio Apolinário; Leônidas Conceição Barroso e Alexandre Magno Alves Diniz (2012), a Rede Urbana da Mesorregião do Vale do Mucuri se encontra extremamente desarticulada quanto à Acessibilidade Urbana. Esses autores, dividindo os municípios em hierarquias de infraestrutura de serviços, apontam Teófilo Otoni como a polarizadora nesse aspecto. Em segundo nível quanto a serviços de saúde e comércio está Nanuque e consideradas como Centros Emergentes estão Águas Formosas, Carlos Chagas e Malacacheta. Em quarto nível estão: Ataleia, Itaipé, Ladainha, Machacalis, Novo Oriente de Minas, Pavão, Poté e Serra dos Aimorés. Com infraestrutura de serviços mais elementar estão Bertópolis, Catuji, Crisólita, Franciscópolis, Frei Gaspar, Fronteira dos Vales, Ouro Verde de Minas, Santa Helena de Minas, Setubinha e Umburatiba. Resulta daí que a cidade de Teófilo Otoni tem na região o que chamam de Primazia Urbana, fazendo com que as cidades do Vale do Mucuri se encontrem estado bastante incipiente (APOLINÁRIO et al. (2012).

11.2. A política do terror e o olhar onipresente da ditadura no cotidiano de Teófilo Otoni

Carolini Silveira Bauer (2007) entende que uma das ferramentas para conservação do poder dos militares após o Golpe de 1964 foi terrorismo de Estado, tendo como fundamento o medo como base repressiva. Ou seja, o terror passou a ser uma variante no qual há por parte do Estado o uso da força, que provocou, por sua vez, o medo como base principal de controle. Segundo Bauer, no regime militar, o DOPS foi um braço desse terrorismo de Estado, utilizando do medo como um dos elementos de controle da sociedade civil.

Para Cecília Maria Louças Coimbra (2014) a Doutrina de Segurança Nacional, no final dos anos 50, e especialmente durante o regime militar, centrou fogo contra os comunistas brasileiros. Ameaçada a segurança nacional, qualquer ação se justificaria para garantir a ordem. Todos os organismos de segurança foram usados na luta contra a subversão.

Segundo Márcio Achtschin (2015), estima-se que aproximadamente uma centena de pessoas no Vale do Mucuri tenham sido presas no mês de

abril de 1964, dentre elas os apontados como nacionalistas, comunistas, pertencentes ao Grupo de Onze e a sindicatos. Logo após o Golpe, chegou à cidade de Teófilo Otoni um destacamento policial fortemente armado com metralhadoras e fuzis que amontoaram os suspeitos na cadeia local em situação extremamente precária. Em seguida foram levados à cidade de Governador Valadares onde foram realizados os interrogatórios.

Ainda que quase todos tenham sido libertos nos primeiros dias, aqueles que, no discurso ou na prática, manifestaram de forma clara apoio às reformas de base (especialmente a reforma agrária) e ao comunismo ficaram um maior tempo presos, é o caso especialmente de Nestor Medina e Tim Garrocho. Mas a repressão e a vigilância se mantiveram presentes na vida daqueles que poderiam oferecer algum risco ao regime instalado ou às práticas políticas regionais. Os que não foram silenciados ou cooptados logo após as medidas de terror, violência e humilhação tomadas no primeiro momento, foram sendo minados nas suas posições políticas no dia-a-dia, com perseguições, interrogatórios e diversas formas de constrangimento.

De acordo com Márcio Achtschin (2015), entre 1964 e 1974 em Teófilo Otoni e região, houve a preocupação da repressão em estar atenta a todos os movimentos e a todas as instituições que pudessem oferecer riscos à estabilidade do regime. Uma simples compra de equipamentos de telefonia e computação eletrônica, como as feitas pela prefeitura de Teófilo Otoni em 1974 era motivo de acompanhamento da polícia mineira.

Um dos aspectos que predominou para que fosse efetiva a manutenção da ordem após o Golpe de 1964 foi a presença de um estado de vigilância permanente. Tão importante quanto o vigiar era o sentimento de estar sendo observado a cada esquina, a cada gesto. Exemplo desse estado de terror foi a preocupação do então secretário da Faculdade de Filosofia de Teófilo Otoni, em 28 de agosto de 1972, de justificar a não gravação da reunião ocorrida com os funcionários e alunos. Alegou em documento enviado ao DOPS que não conseguiu registrar o evento com o gravador cassete por “imperícia própria”.

Diante da necessidade do governo em conter os focos de maior resistência ao regime, houve uma atenção especial ao meio educacional, tanto em relação aos movimentos estudantis quanto ao meio universitário existente em Teófilo Otoni. Na Fundação Universidade Nordeste Mineiro, a Faculdade de Filosofia de Teófilo Otoni e o seu Diretório Acadêmico sofreram uma minuciosa investigação em 1972. Segundo o DOPS, havia duas facções políticas em litígio no meio estudantil. Uma pró e outra em oposição à Faculdade. Essa situação foi o suficiente para que o DOPS enviasse para Teófilo Otoni três agentes para investigar o Diretório Estudantil e a Fundação (ACHTSCHIN,

2015). As notas dos gastos do DA foram minuciosamente investigadas, bem como o levantamento dos bens do diretor da faculdade de Direito e do diretor do curso de Filosofia. O resultado final não apurou nenhuma irregularidade.

Próximo também foi o acompanhamento da polícia política junto aos movimentos estudantis. Consta nos arquivos do DOPS um panfleto da União Estudantil de Teófilo Otoni anunciando o XXII Congresso Municipal dos Estudantes de Teófilo Otoni, a realizar em 17 de abril de 1971. No entanto, evidenciando o estado de terror no apogeu da ditadura militar, a UETO esclarecia no folheto que se mantinha alinhada com as determinações legais do governo, ocupando boa parte do documento para evidenciar a posição da instituição, afirmando que “[...] estava de acordo com os ditames do governo na sua política educacional e contra todos aqueles que são contra os nossos princípios democráticos e cristãos; contra aqueles que querem subverter a ordem pública” (ACHTSCHIN, 2015).

Os sindicatos igualmente foram vítimas da ingerência militar, que procuraram abortar qualquer tipo de liderança que apresentasse riscos à ordem estabelecida. Em 1966, depois de ter sido eleito a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Poté, Joaquim Pereira da Silva foi desautorizado a tomar posse. A Delegacia Regional do trabalho enviou um telegrama autorizando a posse de todos os eleitos, exceto Joaquim (ACHTSCHIN, 2015).

Mesmo toda repressão, no entanto, não impediu a chegada de movimentos de guerrilha na região. À medida que os militares sinalizavam que não ficariam no poder temporariamente, houve uma crescente reação de parte da sociedade civil para a volta do Estado Democrático de Direito. O recrudescimento do regime e a falta de alternativas para uma oposição institucional levou a movimentos armados como forma de resistência ao governo militar. Diversas organizações de esquerda surgiram no Brasil, especialmente após 1967, fazendo com que os militares recrudescessem suas ações repressivas, iniciada com o governo Costa e Silva, e chegando ao seu apogeu no governo de Emílio Garrastazu Médici. Assim, os movimentos armados de esquerda na região do nordeste de Minas Gerais também foi uma preocupação do DOPS.

Um desses movimentos foi identificado pelo DOPS como atuante na região do Vale do Mucuri, a “Corrente Revolucionária de Minas Gerais”, mais conhecida como “Corrente”. O grupo surgiu como dissidência do Partido Comunista Brasileiro e defendia a luta armada imediata, propondo ações que gerassem recursos para dar infraestrutura a uma guerrilha rural. Procuraram no período de atuação, entre 1968 e abril de 1969, trabalhar com

a formação política de operários e funcionários públicos. O contingente da “Corrente” era principalmente de funcionários públicos da prefeitura de Belo Horizonte e universitários.

De acordo com Márcio Achtschin (2015), a organização dividiu em três subáreas de atuação no estado Minas Gerais: Triângulo Mineiro, Montes Claros e Teófilo Otoni. A base era a proposta de guerrilha foquista defendida por Ernesto Che Guevara, no qual deveriam se criar focos de revolução pelo mundo para enfraquecer o capitalismo. Pelo relatório do DOPS, a “Corrente” recebeu inicialmente apoio financeiro de Carlos Marighella para fazer o levantamento entre a região mineira de Governador Valadares e Vitória da Conquista, na Bahia. A proposta era fazer um estudo ao longo da Rodovia Rio-Bahia sobre vias de transportes, núcleos camponeses, força policial, redes bancárias e meios de comunicações. Quem foi responsável de criar aparelhos (local onde se refugiavam pessoas e organizações clandestinas que participavam da resistência ao governo militar) em Governador Valadares, Teófilo Otoni e Vitória da Conquista foi Néelson José de Almeida e outro militante chamado de “Goiano”. A base partidária era Governador Valadares, tendo como espaço de ação a zona rural e a estratégia para dificultar a repressão era de atuar e recuar.

Localizado em uma ladeira, em um bairro próximo à região central da cidade de Teófilo Otoni, o aparelho foi local de constante hospedagem dos membros da “Corrente”, servindo de base para os levantamentos de aspectos geográficos, militar, político e econômicos da região. A pretensão era comprar um sítio nas proximidades para a instalação de uma guerrilha rural. Em março de 1969 alguns membros da organização foram presos em Belo Horizonte e Néelson José de Almeida se escondeu no aparelho em Teófilo Otoni. Foi descoberto e morto. Mas ainda há muito o que saber sobre a morte de Almeida em Teófilo Otoni. Parte da documentação, especialmente a que esclarece sobre o desenlace das investigações quanto ao assalto da Caixa Econômica Estadual, não está autorizada à exibição pública. O que foi levantado por Nilmário Miranda (1999) é que no atestado de óbito há o registro de falecimento às 15 horas do dia 11 de abril de 1969, tendo como causa da morte “ferida pérfuro contusa do tórax”, sendo o local da morte à Rua Wenefredo Portela, local em Teófilo Otoni onde funcionava à época a cadeia e o quartel da Companhia da Polícia Militar, e próximo ao Tiro de Guerra.

No relatório da Aeronáutica a versão foi de que Néelson foi morto ao participar de assalto à Caixa Econômica Federal, em Teófilo Otoni. Mas, após levantamento, Miranda (1999) constatou que nunca ocorreu nenhum

assalto a essa instituição bancária. É possível que este documento tenha se confundido com o assalto na Caixa Econômica Estadual em Belo Horizonte ou aproveitado a ação realizada para justificar um suposto assalto à Caixa Econômica Federal em Teófilo Otoni. Segundo o documento do Superior Tribunal Militar, o militante do grupo “Corrente”, foi capturado no aparelho à Travessa Rubim, 23, forçou a fuga e foi baleado, vindo a falecer no Hospital Santa Rosália. O que confirma a versão feita pelo DOPS. Fica a dúvida: foi realmente baleado no local do aparelho? Foi levado com vida ao quartel da Polícia Militar e lá foi morto sob tortura? Houve alguém da região que colaborou com a ação da “Corrente”?

Com a existência de guerrilheiros no Vale do Mucuri, o DOPS manteve estado de alerta, procurando identificar qualquer vestígio de comércio de armas na região que pudesse abastecer os possíveis movimentos contrários ao governo. Mas não eximiu o comércio local de sofrer uma dura fiscalização, sendo localizado e recolhido mais de 300 quilos de pólvora nas casas comerciais de Teófilo Otoni no ano de 1974 (ACHTSCHIN, 2015).

O único segmento que vai sobreviver fazendo oposição, dentro dos limites da repressão, é uma fração da Igreja ligada à Teologia da Libertação. No auge da ditadura militar, algumas lideranças católicas assumiram papel de denúncia diante do Estado de exceção vivido. Exemplo dessa reação foi a do arcebispo da Paraíba, José Maria Pires. Em dezembro de 1970, ele foi convidado para pregar a novena da Imaculada Conceição em Teófilo Otoni. Pires já havia sido bispo na cidade mineira de Araçuaí, participou do Concílio Vaticano II e já atuava contra a ditadura. Aproveitando a presença do arcebispo na cidade, um grupo católico convidou Pires para palestrar no antigo Colégio São Francisco. Iniciou sua apresentação falando sobre liberdade de expressão e tortura, afirmando comungar com as ideias de Dom Hélder Câmara. Em seguida denunciou abertamente que no regime militar havia “[...] torturas, fome, ausência de liberdade[...] no Brasil”. Dizia que abandonou há dois anos a parada de Sete de Setembro em João Pessoa “[...] por não concordar com certos acontecimentos”. Concluiu dizendo que tinha documentos comprovando a proibição de Dom Hélder para falar em rádio ou televisão e que só não estava preso por ser arcebispo (ACHTSCHIN, 2015).

Havia duzentas pessoas aproximadamente na palestra do arcebispo, as chamadas autoridades locais: juízes, promotores, políticos, médicos e advogados. Muitos, incomodados com a palestra, saíram antes do seu término. Tudo indica que, pelo perfil conservador do grupo que convidou Pires, não conheciam ainda a posição política do arcebispo. Mas manifestações extremas como a de José Maria Pires teve dificuldade de ser continuada por

alguns anos na região do Mucuri.

11.3. Os desdobramentos do Golpe de 64 na vida política do Mucuri

Deflagrado o Golpe Militar em 1964, o governo vai acabar com o multipartidarismo em 1965. Para Rodrigo Patto Sá Motta (2009), a implantação do bipartidarismo não empolgou as lideranças políticas mineiras, ainda muito próximas ao tradicional quadro partidário existente antes do Golpe de 1964. Apesar da imposição do governo em permitir a competição entre Movimento Democrático Brasileiro e Aliança da Renovação Nacional, as articulações ainda permaneceram por muito tempo a partir de proximidades entre PSD e UDN.

Os políticos de Minas seguiram, segundo Motta, à tendência nacional de vincularem-se à ARENA, secundarizando o papel do MDB nos primeiros anos de regime. O MDB tinha relativa força nas capitais e cidades populosas. Ainda assim, os governadores de estado eram do partido do governo, especialmente pelas manobras feitas pelo governo ditatorial para manter maioria nas Assembleias Estaduais. O MDB só vai ganhar força ao longo dos anos de 1970.

Segundo Márcio Achtschin (2015), a Câmara Municipal de Teófilo Otoni vai seguir inicialmente a tendência nacional de ter a maioria dos vereadores pertencentes à ARENA. Com o fim do pluripartidarismo, a maioria dos partidários do PR, PSD, PTB e UDN preferiram, conforme expressão da época, “sentarem no colo do governo”. Em 1967 eram 11 vereadores da ARENA e 4 do MDB. No entanto, nas eleições de 1972, a ARENA deixa de ser maioria, sendo 6 do partido do governo e 9 do MDB.

Se, inicialmente, no plano da política institucional, houve uma adesão em massa ao governo militar, ao longo dos anos o MDB incorporou os embates e interesses do jogo de poder local (ACHTSCHIN, 2015). Mas, diferente do que se pode imaginar, essa tendência não significou um possível surgimento prematuro de uma oposição ao regime militar nas eleições de 1972. O que se pode afirmar é que a legenda do MDB não apresentava em Teófilo Otoni um confronto ideológico à ditadura. Tanto assim que inexistia qualquer pronunciamento por parte dos medebistas em plenário registrado em Ata da Câmara, ao longo desse período, se manifestando contra o governo ditatorial. O afastamento de quadros que pudessem alterar a tradicional forma de fazer política local preservou longa trajetória das práticas autoritárias e excludentes iniciadas no século XIX.

Após o Golpe de 64, a disputa eleitoral regional, os interesses e as articulações meramente locais eram quem definia qual partido pertencia o

candidato. Nesse aspecto, pode-se afirmar que os militares e a elite local alcançaram seus objetivos abortando qualquer tendência reformista ou revolucionária iniciada em Teófilo Otoni e outros municípios do Mucuri (ACHTSCHIN, 2015). Se houve antes de abril de 1964 propostas partidárias que chegavam a apoiar projetos de mudança, a ditadura militar tratou de alinhar novamente a tradição da política local em seguir tendências autoritárias. Para tanto, não foi incomum práticas eleitorais fraudulentas para garantir no poder essa política conservadora. Foi o caso das eleições municipais de 1972 em Teófilo Otoni, que ganhou repercussão nacional.

No final de 70, segundo César Machado (2009), embalados pela reabertura política nacional, padres próximos à Teologia da Libertação, respaldados pela Diocese de Teófilo Otoni, reestruturaram os movimentos sociais do Mucuri. Na cidade de Teófilo Otoni foram estimuladas as Comunidades Eclesiais de Base, que resultou na formação de diversos sindicatos e Associações de Bairros. Movimentos grevistas voltaram a aparecer na região. Foi o caso da greve dos funcionários do Hospital Santa Rosália, em 1979, e dos professores estaduais organizados pela União dos Trabalhadores de Ensino.

No campo, para grande preocupação dos proprietários rurais, as ocupações surgiram. De acordo com Arnaldo Zamgelmí (2017) o pioneiro foi o assentamento de Aruega, fruto de uma ocupação do Movimento dos Sem Terra, na década de 80, tendo a participação de 400 famílias. Apesar de estar localizado no município de Novo Cruzeiro, teve forte atuação da Comissão Pastoral da Terra articulado a partir da cidade de Poté, e contou majoritariamente com grupos vindos de diversas regiões do Mucuri, como Poté, Águas Formosas, Ladainha, dentre outros municípios (ZAMGELMI, 2017).

Segundo Machado (2009), a reação da elite local contra o clero progressista foi intensa: duras críticas por parte de alguns setores da imprensa contra a atuação dos padres progressistas, divulgação de panfletos com falsas informações, perseguições a funcionários grevistas. A pressão tendo como discurso de estar a Igreja “jogando os pobres contra os ricos” surtiu efeito. O movimento conservador pentecostalista da Renovação Carismática Católica ganhou força. O bispo da Diocese, Dom Quirino Schmitz renunciou o episcopado em 1985, e os padres mais ativos foram afastados.

Esse tipo de reação conservadora não ocorreu apenas contra a Igreja Católica. De um modo geral, o enraizamento de práticas políticas excludentes foi continuado mesmo com o fim da ditadura militar. A possibilidade de alternância partidária no poder local, a partir da abertura dos anos 80, foi incapaz de romper com os traços que o Mucuri tem em comum no seu

aspecto cultural: localismo, patrimonialismo, clientelismo, personalismo e mandonismo. Essa herança, construída a partir de meados dos anos de 1800, contribuiu para o elevado déficit de participação política regional existente em pleno século XXI.

O contexto socioeconômico pouco favorece rupturas. Alguns indicadores evidenciam essa realidade. É o caso do Índice de Desenvolvimento Municipal (IDH-M), no qual nenhum município do Vale do Mucuri está entre os 200 melhores de Minas Gerais. É alarmante também o baixo grau de instrução dos eleitores da região. Não é por acaso que os municípios do nordeste mineiro estão nas piores colocações no Ranking de Transparência do Ministério Público Federal.

Municípios	Ranking IDH-MG/ PNUD	Eleitores Analfabetos/ TSE	Eleitores com Ensino Fundamental incompleto/ TSE	Ranking de transparência MPF
Águas Formosas	576º	19,4%	24,8%	199º
Ataleia	803º	17,5%	30,2%	334º
Itambacuri	630º	19,2%	27,4%	268º
Ladainha	848º	24,5%	25,0%	191º
Malacacheta	721º	22,2%	26,0%	781º
Nanuque	220º	10,3%	32,3%	365º
Poté	701º	15,9%	33,0%	692º
Serra dos Aimorés	542º	10,8%	28,5%	781º
Setubinha	847º	24,10%	27,2%	781º
Teófilo Otoni	223º	10,4%	32,9%	753º

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/2010¹ ; Tribunal Superior Eleitoral/2015², Ministério Público Federal/2016³.

1 <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/idh/rdhs-brasil/relatorio-nacional-desenvolvimento-humano-2017.html>. Acesso em 01 de fevereiro de 2018.

2 www.tse.jus.br/eleitor/estatistica-do-eleitorado. Acesso em 01 de fevereiro de 2018.

3 www.mpf.br/mg/sala-de-imprensa/docs/mg.pdf. Acesso em 02 de fevereiro de 2018.

Algumas considerações

O modelo de reocupação do Mucuri iniciado no século XIX deixou marcas profundas que permanecem fortemente enraizadas até os dias atuais. Tais práticas foram favorecidas pelo isolamento da região por décadas, o que dificultou a penetração dos limites da lei, dando amplo poder de controle à elite local. Essa estrutura se institucionalizou, ganhou autonomia e resistiu às mudanças ao longo do século XX. Baseada no mandonismo, localismo, personalismo e patrimonialismo, a política autoritária conseguiu se adequar à dinâmica da sociedade capitalista.

O crescimento econômico vivido no Mucuri nos anos de 1930 e 1960 não assumiu um caráter democratizante. A tentativa de um processo mais participativo vindo de segmentos populares nos anos 60 foi abortada pelo Golpe de 1964. A repressão atuou com extrema violência na região. O Golpe de 1964 e o regime militar que o sucedeu vieram ao encontro dos interesses da elite local, conseguindo sufocar movimentos sociais e afastar do cenário lideranças progressistas das mais diversas tendências.

Com a ditadura militar, a continuidade das tradições locais de uma política conservadora e o grau elevado de exclusão dessa prática mantiveram as diferenças sociais que ainda marcam a região em pleno século XXI. Essa incapacidade de rupturas tem trazido impactos também para o setor produtivo, limitando o crescimento econômico regional. Na agricultura, a ausência de investimentos em tecnologia resultou em estagnação, não se ajustando aos avanços da agroindústria ocorridos em outras regiões. O setor de serviços, base da economia regional, não se desenvolveu, quer seja pela incapacidade do capital mercantil em garantir as mudanças necessárias, quer seja pelos limites das administrações públicas em romper com as velhas práticas políticas herdadas do século XIX.

Por fim, mas não menos importante, essa herança autoritária refletiu de forma intensa nas representações identitárias regionais. Grande parte dos segmentos excluídos perdeu as referências de suas manifestações culturais em função do apagamento causado pelas violentas e contínuas práticas de domínio desde o século XIX. Muitas vezes no confronto direto, mas na maior parte do tempo nas práticas do cotidiano, indígenas e afrodescendentes, naturais da terra ou retirantes, foram e são massacrados nas suas expressões culturais. Naturalmente essas manifestações culturais existem e fervilham em múltiplos espaços, adaptando e se reestruturando às investidas dos religiosos cristãos contra os terreiros e valores xamânicos.

Essa baixa percepção de referências culturais em decorrência das ações autoritárias acabou por dar pouca expressão até mesmo nos símbolos

construídos pela elite local. É o caso de Teófilo Ottoni, o mito fundador, que tem como representação mais significativa a luta republicana e as causas democráticas. Ora, as relações de poder das elites mucurienses têm muito pouco de republicano e menos ainda de princípios democráticos. De modos que a imagem de Ottoni, contraditoriamente, é frágil e de pouca identificação até mesmo por quem a criou. Por outro lado, a grande maioria da população, muito menos se reconhece em Ottoni, ou no imigrante alemão.

Se é possível reconhecer uma identidade mucuriense, um aspecto homogêneo que seja referência do Vale do Mucuri, ela vai ser verificada nas práticas autoritárias e violentas fortemente enraizadas tanto na vida política como nas relações econômicas e sociais.

FONTES

- Atas das reuniões da Câmara Municipal de Teófilo Otoni de 1946 a 1985.
- Documento do DOPS – Arquivo Público Mineiro APM
- Jornal “Nova Philadelphia” – Arquivo digitalizado
- Jornal “O Mucury” – Arquivo digitalizado
- Jornal “O Rádio” – Acervo Academia de Letras de Teófilo Otoni
- Jornal “Norte de Minas”. 1935 -, 1955. Arquivo Digitalizado. Resgate da memória: a imprensa em Teófilo Otoni. Volume 1 e 2.
- Jornal “Tribuna Estudantil”, agosto a setembro de 1954.
- Inventários post mortem compreendidos entre 1856 e 1885 no Cartório de Primeiro Ofício de Teófilo Otoni, maços 1 e 2
- Inventários post mortem compreendidos entre 1860 e 1880 no Cartório de Primeiro Ofício de Minas Novas, maços datados de 1860-1870, e 1871 a 1888

- Livro de Registros de ocorrências trabalhistas da Estrada de Ferro Bahia e Minas, 1954.

- Processos Criminais compreendidos entre 1872 e 1887 do Cartório de Primeiro Ofício de Teófilo Otoni, maços 1, 2 e 3

- Processos Criminais compreendidos entre 1862 e 1887 do Cartório de - Primeiro Ofício de Minas Novas. Sem ordem de arquivos

- MORETZSOHN, Luiz. Pedido de concessão para estabelecimento de colônias em Mucuri, Revista do Arquivo Público Mineiro, 1837.

- NUNES, Sebastião Machado. Relatório para exmo. Sr. Conselheiro Sérgio Teixeira de Macedo, ministro e secretário de estado dos negócios do império. Rio de Janeiro, 1859. APM

- OTTONI, Teófilo Benedito. Documento enviado ao presidente e mais vereadores da Câmara Municipal da Villa de São José de Porto Alegre, 1847. APM

_____. Condições para incorporação de uma Companhia de Comércio e Navegação do Rio Mucuri, Rio de Janeiro, 1847. APM

_____. Ofício ao Inspetor de Terras da Província de Minas, 1856. APM

_____. Relatório apresentado aos acionistas da Companhia do Mucuri, Rio de Janeiro, 1856. APM

_____. Relatório apresentado aos acionistas da Companhia do Mucuri, Rio de Janeiro, 1857. APM

_____. Relatório sobre a colonização do Mucuri, Rio de Janeiro, 1859. APM

_____. Relatório apresentado aos acionistas da Companhia do Mucuri, Rio de Janeiro, 1860. APM

_____. Breve resposta ao relatório da liquidação da Companhia do Mucuri por parte do governo, Rio de Janeiro, 1862. APM

_____.&OTTONI, Ernesto Benedicto. Relatório que o ex-diretor da

Companhia no Mucuri dirigiu ao comissário árbitro encarregado da parte dos acionistas de superintender a liquidação da mesma Companhia, 1862. APM

- PENNA, Herculano V. Ferreira. Carta a Theophilo B. Ottoni, 1860. APM

- Recurso de número 260/72 da Procuradoria Regional Eleitoral de Minas Gerais

- Registros de Decretos da Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni entre 1922 e 1938

- Registros de Batismo constantes nos Livros I, II, IIA e III da paróquia Nossa Senhora da Conceição de Filadélfia

- Relatórios apresentados à Assembleia Legislativa de Minas Gerais pelos Presidentes de Província entre 1847 e 1875.

- RENAULT, Pierre Victor. Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, 1837. APM

BIBLIOGRAFIA

ACHTSCHIN, Márcio. *A Filadélfia não sonhada: escravidão no Mucuri do século XIX*. Teófilo Otoni, 2008.

_____. (org.) *As Gerais distantes das Minas: fragmentos da história do Vale do Mucuri*. Teófilo Otoni: Frota, 2009.

_____. SOREL, Igor. *Rua Direita versus 'Rastacoro': dominação e resistências em Teófilo Otoni e região no século XX (1910-1974)*. Teófilo Otoni: s.n., 2015.

_____. BARROSO, Leônidas Conceição. *A estrada Santa Clara no século XIX: caminho de 'gentes' e vivências no Mucuri*. Belo Horizonte: O Lutador, 2017.

_____. Nas margens da linha: território negro e o lugar do branco na ocupação urbana na cidade de Teófilo Otoni em meados do século XX. *Revista Espinhaço* | UFVJM, [S.l.], p. 32-41, mar. 2017.

_____. As. Lentes republicanas do jornal “Nova Philadelphia”: fragmentos da vida política, social e econômica da cidade de Teófilo Otoni e região no final do século XX. *Revista Vozes dos Vales*. UFVJM. nº 11, ano VI, 05/2017.

ALVARES, Myriam Martins. *Yãmiy, os Espíritos do canto: a construção da pessoa na sociedade Maxakali*. Dissertação de mestrado. Campinas: Unicamp, 1992

APOLINÁRIO, Flávio; BARROSO, Leônidas Conceição; DINIZ, Alexandre Magno Alves. Hierarquia da Rede Urbana do Vale do Mucuri utilizando técnicas de análise multivariada. *E-xacta*. Belo Horizonte, v. 5, n. 2, p. 19-32. Belo Horizonte: 2012. Acesso www.unibh.br/revistas/exacta/ Acesso em 02 de fevereiro de 2018.

ARAÚJO, Valdei Lopes de. *A Filadélfia de Theófilo Ottoni: uma aventura cidadã*. Belo Horizonte: Afato, 2002.

_____, Política e historiografia: a polêmica em torno da estátua equestre de d. Pedro I. ARAÚJO, V. L. [2008]: Conceitos e linguagens políticas na historiografia brasileira à época da Independência. In: Encontro Regional de História Anpuh-Mg, 2008, Belo Horizonte. *Anais do XVI Encontro Regional de História - Anpuh-MG*. Belo Horizonte : Anpuh-MG. <http://principo.org/politica-e-historiografia-a-polmica-em-torno-da-estua-equestre.html> Acesso em 17 de abril de 2018

ASSIS, Flávia Gieseler de Assis. *Visões do agregado em Machado de Assis*, dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe (1859)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Onda Negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BALDISSERA, Marli de Almeida. Onde estão os Grupos de 11? <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/onde-estao-os-grupos-de-onze>. Acesso em 11 de maio 2018.

BANDEIRA, Maria de Lourdes. Terras negras: invisibilidade expropriadora. Terras e territórios de negros no Brasil. *Textos e debates: núcleo de estudos sobre identidade e relações interétnicas*. Ano I, nº 2, 1991. <http://ufsc.br/bitstream/handle/123456789/126236>. Acesso em 28 de fevereiro de 2016.

p. 7-23.

BATELLA, Wagner Barbosa. *Os limiares das cidades médias: reflexões a partir da cidade de Teófilo Otoni-MG*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP, Campus de Presidente Prudente, São Paulo, 2013.

BAUER, Caroline Silveira. O Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (DOPS/RS): terrorismo de Estado e ação da polícia política durante a ditadura civil-militar brasileira. p. 10. *Revista Ágora*, Vitória, n. 5, 2007, p. 1-31. <http://www.periodicos.ufes.br/agora/article/viewFile/1908/1420>. Acesso em 02 de julho de 2017. p. 1-31.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. *Racismo institucional: fórum de debates.educação e saúde*. Belo Horizonte, 2014. <http://www.cehmob.org.br/wp-content/uploads/2014/08/Caderno-Racismo.pdf#page=5>. Acesso em 01 de março de 2018.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *Famílias e escravarias: demografia e família escrava no norte de Minas Gerais, no século XIX*. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003

BRAGA, Sérgio Soares. *Quem foi quem na Assembleia Nacional Constituinte de 1946: um perfil socioeconômico e regional da Constituição de 1946*. Brasília: Câmara dos deputados/coordenação de publicações, 1998

CHAGAS, Paulo Pinheiro. *Teófilo Otoni: ministro do povo*. 3 ed. Belo Horizonte: Itatiaia; Brasília: INL, 1978.

CARRARA, Ângelo Alves. O sertão no espaço econômico da mineração. LPH/*Revista de História*, n. 6, X Encontro Regional de História da ANPUH/MG, 1996.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002.

_____. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. *Dados* [online]. 1997, vol.40, n.2, pp.-. ISSN 0011-5258. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003>. Acesso em 18 de abril de 2018.

CASTALDI, Carlo. A aparição do demônio no Catulé. *Tempo soc.* São Paulo, v. 20, n. 1, p. 305-357, 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010320702008000100016&lng=en&nrm=iso>. acesso em 31 de maio de 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702008000100016>.

CLARET Marques Fonseca, Ivan. *Nanuque, seu povo, sua história*. Nanuque, 1985.

COIMBRA, Cecília Maria Louças. Doutrina de Segurança Nacional: banalizando a violência. *Psicologia em Estudo*. DPI/CCH/UEM. v. 5, n. 2, p. 1-22. 2000. <http://www.scielo.br/pdf/pe/v5n2/v5n2a02.pdf>. Acesso em 02 de julho de 2017.

COSTA, Ana Carolina Estrela da. *Cosmopolíticas, olhar e escrita: experiências cine-xamânicas entre os Maxalali*. Dissertação do programa de mestrado em antropologia da UFMG, Belo Horizonte, 2015.

CULTERA, Samuele. *Entre os selvagens*. Belo Horizonte: BDMG cultural, 2000.

CUNHA, Alexandre Mendes. A diferenciação dos espaços: um esboço de regionalização para o território mineiro e algumas considerações sobre o redesenho dos espaços econômicos na virada do século. *X Seminário sobre a economia mineira, 2002*.

DECINA FILHO, Breno. . [et al.] *Colônia Santa Clara: a história do primeiro núcleo de ocupação do nordeste de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Limiar engenharia, 2005.

DUARTE, Regina Horta. Olhares estrangeiros. Viajantes no vale do rio Mucuri. *Revista Brasileira de História, n. 44, dezembro, São Paulo, 2002*.

_____, Conquista e civilização na Minas oitocentista, *In Teófilo Otoni. Notícias sobre os selvagens do Mucuri*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

FALCI, Miridan Britto Knox. *Escravos do sertão, demografia, trabalho e relações sociais – Piauí, 1826-1888*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil 12 ed.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

FELIPPE, Miguel Fernandes. BUENO, Justine. COSTA, Alfredo. Desmatamento na Bacia do Rio Mucuri (MG, Brasil) no período de 1989 a 2008: uso de imagens Cbers e Landsat na espacialização dos remanescentes florestais. *Anais XIV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Natal, Brasil, 25-30 abril 2009, INPE, p. 2713-2720*. <http://marte.sid.inpe.br/col/dpi.inpe.br/sbsr@80/2008/11.17.21.23.43/doc/2713-2720.pdf>. Acesso em 01 de maio de 2018.

FERREIRA, Godofredo. *Os bandeirantes modernos, Teófilo Otoni: s.n., 1934*.

FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão. (orgs.). *As Esquerdas no Brasil: nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 2.

FUNDAÇÃO João Pinheiro. *A colonização alemã no vale do Mucuri. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1993*.

GARROCHO, Walter Teófilo Rocha. *Retalhos da tortura*. Teófilo Otoni: s.n., s.n.

GIFFONI, José Marcello Salles. *Trilhos arrancados: história da Estrada de Ferro Bahia e Minas (1878-1966)*. UFMG. p. 307. Tese de doutorado. Belo Horizonte, 2006.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GODINHO, Alice Lorentz de Faria. *Expedição Mucuri*. Belo Horizonte: s.e, 2010.

GUERRA, Cláudio Bueno. O eucalipto no Vale do Mucuri: lições do passado e preocupações com o futuro. In: *Expedição Rio Todos os Santos*: Rio de

todos que te queremos santo. FERNANDEZ, Marco Antônio (coord.). Teófilo Otoni: s.n. 2006.

HARTT, Charles Frederick, *Geologia e geografia Física do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.

HÖRNER, Erik. *Em defesa da Constituição: a guerra entre rebeldes e governistas (1838-1842)*. Tese doutorado em História Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. Agricultura e mercado de trabalho: trabalhadores brasileiros livres nas fazendas de café e na construção de ferrovias em São Paulo, 1850-1890. *Estud. Econ.*, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 353-372, June 2007. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010141612007000200005&lng=en&nrm=iso>. access on 19 Feb. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-41612007000200005> Acesso em 18 de abril de 2018.

LEITE, Ilka Boaventura. Território negro em área rural e urbana: algumas questões. Terras e territórios de negros no Brasil. *Textos e debates: núcleo de estudos sobre identidade e relações interétnicas*. Ano I, nº 2, 1991. <http://ufsc.br/bitstream/handle/123456789/126236>. Acesso em 28 de fevereiro de 2018. p. 41-46.

MACHADO, C. A. *A ação política da Teologia da Libertação, em Teófilo Otoni, durante as décadas de 1970 e 1980*. 2007. Monografia graduação em história, Centro Universitário de Caratinga, Caratinga, 2009.

MARTINS, Marcos Lobato. Ferrovias e desenvolvimento regional em Minas Gerais: o caso da Bahia-Minas. *Revista sÆculum*; João Pessoa, jan./jun. 2015.

MARTINS, Roberto B. Minas e o tráfico de escravos no século XIX. *História & Perspectiva*, 1994.

_____. Ocupação e desflorestamento numa área de fronteira: Vale do Mucuri, MG – 1890-1950. *Revista de História Regional* 15 (1): 40-77, Verão, 2010. file:///C:/Users/Milene-pc/Downloads/Ocupa%C3%A7%C3%A3o-e-desflorestamento-numa-%C3%A1rea-de-fronteira-Vale-do-Mucuri%20(4).pdf. Acesso em 12 de junho de 2018.

MATTOS, Izabel Missagia de. *Civilização e Revolta: os Botocudos e a catequese na Província de Minas*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

_____, Considerações sobre política e parentesco entre os Botocudos (Borún) do Século XIX: Uma interpretação da articulação de uma rede social e simbólica. *Revista de Antropologia da UFSCar*, v.5, n.1, jan.-jun., p.82-96, 2013.

MICELI, Sérgio. Apud BRAGA, Sérgio Soares. *Quem foi quem na Assembleia Nacional Constituinte de 1946: um perfil socioeconômico e regional da Constituição de 1946*. Brasília: Câmara dos deputados/coordenação de publicações, 1998.

MIRANDA, Leonardo Souza de Araújo. *A democracia de gravata lavada: Teófilo Ottoni, vida, identidade política, espaço público e republicanismismo entre 1826-1842*. Dissertação mestrado em História. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008.

MIRANDA, Nilmário. TIBÚRCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo: mortos e desaparecidos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado*. São Paulo: Boitempo-Fundação Perseu Abramo. 1999.

_____, *Teófilo Ottoni: a república e a utopia do Mucuri*. São Paulo: Caros Amigos, 2007.

MONOGRAFIA DO MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI. Gonzaga de Carvalho e Ronildo Zanon. 1967.

MORAES, Wallace Gomes. *Kischem Katak: nossa aldeia*. São Paulo: Ixtlan, 2018.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O Golpe, o regime militar e a elite mineira. p. 198. *Hoje em Dia*. Belo Horizonte, p. 198-208, 2009.

_____. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. P. 23-24. *In Culturas políticas na história: Novos estudos*. Rodrigo Patto Sá Motta (org.) Belo Horizonte: Argvmentvum, 2009.

MOURA, Margarida Maria. *Os deserdados da terra: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão de terra camponesa no sertão de*

Minas. RJ: Bertrand Brasil, 1988.

NOGUEIRA FILHO, José. *Carlos Chagas: 50 anos de história*. s.n. 1989.

NOVAIS, Weber. Bahia-Minas: lugar de memória em Teófilo Otoni. In: *As Gerais distantes das Minas: fragmentos da história do Vale do Mucuri*. Teófilo Otoni: Frota, 2009.

NUNES, Paulo Giovani Antonino. Golpe civil-militar e repressão no imediato pós-golpe em Minas Gerais. *Tempo Presente: revista interdisciplinar de história*. N. 12, abr./jun. 2013. <http://www.getempo.org/index.php/revistas>. Acesso em 08 de maio de 2017.

OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. O movimento de favelas de Belo Horizonte e o departamento de habitações e bairros populares (1956-1964). *Revista Mundo do Trabalho*. Vol. 4, n. 7, janeiro-junho de 2012. Acesso em 12 de dezembro de 2017. p. 100-120.

OLIVEIRA, Teófilo Carlos. Missão cristã no Mucuri: desocupação de terras e disciplina para o novo trabalhador mineiro. In: *As Gerais distantes das Minas: fragmentos da história do Vale do Mucuri*. Teófilo Otoni: Frota, 2009.

OTTONI CARVALHO, Christiano. (a) *A mesorregião do Vale do Mucuri: contextualização histórica e Análise do desenvolvimento*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia/ Tratamento da Informação Espacial PUC MG, Belo Horizonte, 2006.

_____. (b) Aspectos históricos do desenvolvimento sócio-ambiental nos Vales dos Rio Todos os Santos e Mucuri. In: *Expedição Rio Todos os Santos: Rio de todos que te queremos santo*. FERNANDEZ, Marco Antônio (coord.). Teófilo Otoni: s.n. 2006.

PALAZZOLO, P. Fr. Jacinto de. *Nas selvas dos vales do Mucuri e do Rio Doce: como surgiu a cidade de Itambacuri fundada por Frei Serafim de Gorizia*. Petrópolis: Vozes, 1945.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro, 1999, 'Maxakali', *Povos Indígenas do Brasil*, Instituto Socioambiental, São Paulo, SP, pib.socioambiental.org/en/povo/maxakali. Acesso em 22 de fevereiro de 2018.

PEREIRA, Larissa Duarte Araújo. CALDEIRA, Altino Barbosa. BARROSO, Leônidas Conceição. Revisão de alguns aspectos da paisagem cultural de Teófilo Otoni, na mesorregião do Vale do Mucuri, Minas Gerais – Brasil. *Revista Científica Vozes dos Vales*. nº 07, ano IV, 05/2015. www.ufvjm.edu.br/vozes. Acesso em 11 de junho de 2018.

PORTO, Reinaldo Otoni. *Notas históricas do município de Teófilo Otoni*. Teófilo Otoni: s.n., 1932.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil*. Zahar: Rio de Janeiro, 2000.

RENAULT, Victor. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, p. 1040, Belo Horizonte, 1837.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães. *O Cavalheiro e as selvas: as aventuras de Teófilo Benedito Otoni, o Mucuri e o Jequitinhonha do século XIX*. Belo Horizonte, 1998

RIBEIRO, Eduardo Magalhães. *Estrada da vida: terra e trabalho nas fronteiras agrícolas do Jequitinhonha e Mucuri, Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

RODRIGUES, Alberth Alves. *O sindicato de trabalhadores rurais de Teófilo Otoni: uma aproximação à configuração histórica da “questão agrária” no Brasil*. 212 f. Dissertação mestrado em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

RODRIGUES, Cláudio Eduardo. Emancipação afrodescendente: uma análise do exercício da cidadania nas comunidades quilombolas do Vale do Mucuri à luz dos conceitos filosóficos modernos. *Revista Identidade!*, São Leopoldo, RS, v.15,n.1,jan.-jun.2010. <http://periodicos.est.edu.br/index.php/identidade/article/view/22/35>. Acesso em 30 de abril de 2018.

ROUQUIÉ, Alain. *O Estado militar na América Latina*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.

ROTHER, Max. *Cem anos de colonização alemã em Teófilo Otoni*. Ijuí: Correio Serrano, 1956.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.*

SALES JÚNIOR, Ronaldo Laurentino. O terreiro e a cidade: ancestralidade e territorialidade nas políticas de ação afirmativa. *Estudos de Sociologia*. v. 2, n. 20, 2014. <http://www.revista.ufpe.br/revsocio/index.php/revista/article/view/391/326>. Acesso em 22 de dezembro de 2017.

SANTOS, Milton. *Economia espacial: críticas e alternativas*. São Paulo: Hucitec, 1979.

SCOFIELD, Alyne Rachid Ali. *Modos de vida e integração social do imigrante: libaneses em Teófilo Otoni*. Dissertação de mestrado apresentado no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da PUC-MG, Belo Horizonte, 2011.

SILVA, Eva Aparecida et alii. *Comunidades remanescentes de quilombo do Vale do Mucuri: conhecer para transformar*. Relatório técnico. BH: Fapemig, 2010.

SILVA, Eva Aparecida da. Territórios Quilombolas no Vale do Mucuri: As comunidades remanescentes de quilombo de Teófilo Otoni/MG. *Revista do Instituto de Ciências Humanas*, v.7, n.8, p. 19 - 33, ago-dez. 2012.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. A modernização autoritária: do golpe militar à redemocratização 1964/1984. In LINHARES, Maria Yedda. *História Geral do Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

SLENES, Robert W. O que Rui Barbosa não queimou: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX. In *Estudos Econômicos do Instituto de Pesquisas Econômicas*, V. 13, jan/abr, 1983.

SOARES, Geralda Chaves. *Na trilha guerreira dos Borun*. Belo Horizonte: Núcleo de Publicação do Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix, 2010.

SOUZA, Sérgio Luiz de. Outras memórias, outras histórias: da invisibilidade social à multiplicidade do vivido. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de história* – ANPUH.SP, julho 2011. p. 1-12.

VENTURINI, Andressa. Modernidade na tangente: edifícios de apartamentos Art Déco em Porto Alegre. *X Salão de Iniciação Científica PUCRS, 2009*. http://www.pucrs.br/edipucrs/XISalaoIC/Ciencias_Sociais_Aplicadas/Arquitetura_e_Urbanismo/84155-ANDRESSADEOLIVEIRAVENTURINI.pdf. Acesso em 07 de julho de 2017.

WEYRAUCH, Cléia Schiavo. *Pioneiros alemães de Nova Filadélfia*: relato de mulheres. Caxias do Sul: EDUCS, 1997.

TIMMERES, Olavo. *Theophilo Benedicto Ottoni*: pioneiro do nordeste mineiro e fundador de Teófilo Otoni. Divinópolis, 1969.

VILELA, Elaine Meire. Sírios e libaneses: redes sociais, coesão e posição de status. *Rev.bras. Ci. Soc.* São Paulo, v. 26, n. 76, p. 157-176, junho de 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092011000200009&lng=en&nrm=iso>. acesso em 02 de fevereiro de 2018.

ZANGELMI, José. Convergências, divergências e confrontos na luta pela terra: o processo de ocupações no nordeste mineiro (1985-1997). *Revista Tempos Históricos*, Vol. 21, 2017. P. 230-260.



MÁRCIO ACHTSCHIN

Doutor em História e Cultura Política pela Universidade Federal de Minas Gerais
Professor do Magistério Superior da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Autor de diversos livros, entre eles “A Filadélfia não sonhada: a escravidão no Mucuri do século XIX”

